

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CAMILA LEDESMA SANTANA DE ALMEIDA**

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM CAMPO GRANDE/MS:  
UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL A PARTIR  
DO COTIDIANO DA MULHER**

Dourados-MS

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

**Camila Ledesma Santana de Almeida**

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM CAMPO GRANDE/MS:  
UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL A PARTIR  
DO COTIDIANO DA MULHER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação –  
Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da  
Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para  
a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: **Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria José Martinelli Silva Calixto**

Dourados-MS  
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A447p Almeida, Camila Ledesma Santana De  
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM CAMPO GRANDE/MS:  
UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL A PARTIR DO  
COTIDIANO DA MULHER [recurso eletrônico] / Camila Ledesma Santana De Almeida. --  
2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Maria José Martinelli Silva Calixto.

Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados,  
2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. PMCMV. 2. Cotidiano da mulher. 3. Segregação socioespacial. 4. Mobilidade  
urbana. 5. Campo Grande-MS. I. Calixto, Maria José Martinelli Silva. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

BANCA EXAMINADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria José Martinelli Silva Calixto – Orientadora - PPGG/UFGD

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol – UFMS

Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza – UNIFESSPA

## **A menina cansada que espera o ônibus**

Vejo uma paisagem densa  
Cheia de gente, de seres humanos, a cidade, afinal,  
De fumaça dos ônibus lotados  
Do agressivo território do "Terminal".

Os olhos cansados dos que trabalharam  
São cheios de desencanto; parecem mortos,  
E buscam o lar distante  
Na rotina de mais um dia, incessante.

E a angústia dos olhos dos homens tem raiz  
Uma raiz profunda e dura  
Que é presença permanente em cada olhar  
De perplexidade e indagação.

Esses olhos de tristeza e medo, indagadores,  
Transparecem – insondáveis – que a paz e a alegria  
Só se encontram além da linha do horizonte  
Num lugar inatingível. Que elas são, de fato, impossíveis...

É, "não existe esta manhã que eu perseguia" ...

E, assim, o "Terminal" parece ser um lugar edificado para o sofrimento,  
Como se casas de barro, ferro e cimento,  
Tivessem alma, sentimento, completude  
Como as prisões e os orfanatos, onde a nota é o abandono...

Vejo nos olhos de todos, desesperança e sono...

Essa angústia cava, no homem, a sua imensidão  
Ser profundo e difuso nos seus penares.  
Há muitas penas e fadários no "Terminal"  
Com seus cansaços, fadigas e falares.

Possuo esse desejo de encontrar os outros em mim  
No despertar, para sempre, antigas dissonâncias.  
Vejo a constância dos olhares dos que buscam o coletivo  
Um lenitivo à dureza da vida – Mas o ônibus não vem!

Mas, há essa tarde morrendo no "Terminal", opaca e triste.

Mais um dia que termina no mundo indiferente,  
Em que vejo sombras que brincam na quase escuridão!

É o momento de fronteira que poucos veem,  
Pois também estão nas sombras, pequenos e pisados,  
Como todos os humildes que abriram ruas e levantaram cidades  
Na força bruta dos braços fortes e das mãos calejadas.

As cidades são erguidas nos suores dos que pelem!

Vejo a sombra e vejo que tudo é vão, disperso,  
E confesso que o momento que passa  
Vai ligeiro defrontar minha alma  
Nas perplexidades de um fim de dia, no "Terminal".

Que espetáculo humano formidável  
Infindável,  
Triste e chocante  
O "Terminal" de ônibus!

Na dureza do dia que empedra homens  
Há uma voz do ontem de todos, escondida,  
Como se outrora tivesse a força  
De mudança do destino.

Esse mundo de ruídos, fumaça e transeuntes assusta,  
Na rotina de todos ali passarem, a carregarem suas dores.  
Nos rumores de quem luta pelo pão, em sacolas de ilusão,  
E que se consagra ao sofrer, numa resignação.

Há na estrada de cada um, ali, uma solidão,  
Pois que morreremos sozinhos  
Compelidos a nós mesmos,  
Na fatalidade de todas as coisas.

Nesse burburinho sinto a poesia  
Dentro dos olhos da menina cansada que espera o ônibus.  
Nos braços, uma boneca feia e descabelada,  
Agarrada com cuidado de uma mãe que acalenta a filha.

Ela ainda tem no olhar uma nesga de esperança  
Tão diferente dos olhos dos adultos ali parados  
Que de tão cansados, já não odeiam, e nem amam;  
São projetos inacabados de homens que, um dia, sonharam.

Vejo a sombra do ônibus no olhar ansioso da menina  
Que, cansada, com suas perninhas finas,  
Espera o momento de voltar para a casa simples  
De um bairro muito distante – um reino indiferente.

E nesse seu mundinho de coisas pequenas e simplórias  
Sem glórias e sem valia, vejo lápis, cadernos e livros,  
Na sua escola singela, com a professora cansada e desiludida,  
A desfolhar, entristecida, também, as páginas da vida.

Essa menina magra e malvestida que espera, empurrada, um ônibus,  
Não é personagem de história de fada. Há nela dura realidade  
Da brutalidade social que se derrama na sua idade  
A desmanchar possíveis sonhos e venturas – na dureza inconsciente da cidade.

Essa menina é a poesia de minha tarde tristonha.  
Vejo-a, empurrada e espremida, entrar no ônibus da Vila Mutirão.  
Na sua casinha pobre, de placa de cimento – nesse momento,  
Continua sua existência fadada ao sofrimento do pouco esperar.

Dorme, menina cansada, com suas perninhas finas, suas roupinhas surradas.  
Dorme e sonhe com um reino diferente, na sua caminha pobre.  
Que a paz dos simples reine em seu peito e no seu destino esteja Deus  
E Te proteja – como a singeleza desse versinho meu.

O ônibus foi embora com os pedaços de sofrimentos em cada alma.  
Nos pés doídos da pouca calma da espera angustiante...  
De cada instante, na dureza do dia, sem luxo e sem futuro,  
Embrutece, em cada olhar, as pelejas do destino duro!

Alma da cidade, nos ônibus enfumaçados, os olhos da menina.  
Olhos profundos que filtraram a imagem dos sofrimentos  
E naqueles momentos de espera, pousaram em mim, suas incertezas,  
O que nem sabe definir, apenas, a profunda tristeza...

Seus olhos agora, menina, são grandes faróis, a iluminarem  
A escuridão desolada da minha tristeza, na tarde dessa cidade.

Vejo, no âmago do meu eu, os seus doces e profundos olhos, menina,  
Eles estão imersos e imensos dentro de mim, na sua imagem pequenina!

**Poema do Centro Loyola de Fé e Cultura de Goiânia**

## RESUMO

Tomando a segregação socioespacial como conceito balizador da análise, esta pesquisa considerou a produção habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Faixa 1, com ênfase na realidade cotidiana das mulheres. Aborda a condição feminina nas políticas habitacionais, visando à compreensão da produção do espaço urbano em Campo Grande-MS. O estudo de caso do Residencial Jardim Canguru fornece uma visão da realidade social ali presente. O estudo explora a interação das moradoras com o espaço urbano, por meio da avaliação de acesso à infraestrutura e serviços essenciais. Adotando uma abordagem qualitativa, os procedimentos metodológicos incluem levantamento bibliográfico, análise de dados secundários, trabalho de campo, observação participante, questionários, entrevistas semiestruturadas e percursos urbanos acompanhados. A análise revelou a segregação socioespacial evidenciada principalmente pela baixa interação das residentes com a área central e com o restante da cidade, dificuldade de mobilidade, tempo prolongado de deslocamento, insegurança no interior e nos arredores do residencial, baixa escolaridade, trabalhos mal remunerados e informais e falta de rede de apoio para cuidar dos filhos.

**Palavras- chave:** PMCMV; Cotidiano da mulher; Segregação socioespacial; Mobilidade urbana; Campo Grande-MS.

## ABSTRACT

Considering socio-spatial segregation as a guiding concept for analysis, this research considered the housing production of the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV) - Track 1, with an emphasis on the daily reality of women. It addresses the status of women in housing policies, with a view to understanding the production of urban space in Campo Grande-MS. The case study of Residencial Jardim Canguru provides an insight into the social reality present there. The study explores the interaction between female residents and the urban space, by evaluating access to infrastructure and essential services. Adopting a qualitative approach, the methodological procedures include a bibliographic survey, secondary data analysis, fieldwork, participant observation, questionnaires, semi-structured interviews and accompanied urban walks. The analysis revealed socio-spatial segregation, evidenced mainly by the residents' low level of interaction with the central area and the rest of the city, difficulties in mobility, long commuting times, insecurity in and around the residential area, the residents' low level of schooling, poorly paid and informal jobs, and lack of a support network to look after their children.

**Keywords:** PMCMV; Women's daily life; Socio-spatial segregation; Urban mobility; Campo Grande-MS.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha mais profunda gratidão à minha orientadora, **Maria José Martinelli Silva Calixto**, por sua orientação inestimável, paciência e encorajamento ao longo deste percurso. Sua expertise e dedicação foram fundamentais para a realização dessa dissertação.

Agradeço também aos meus **professores** do mestrado, cujas aulas e discussões ampliaram meus horizontes de conhecimento e contribuíram significativamente para meu crescimento acadêmico e pessoal. Sou muito grata por todo o conhecimento compartilhado e pelo apoio constante.

Meus sinceros agradecimentos aos meus **colegas** do mestrado e doutorado, em especial aos orientados da professora Maria José. A colaboração, amizade e suporte de todos vocês foram essenciais para tornar esta jornada mais leve e enriquecedora.

Não poderia deixar de mencionar o apoio incondicional do meu esposo, **Eduardo Cleber Santana de Almeida**. Sua compreensão, amor e incentivo foram fundamentais para que eu pudesse seguir em frente e concluir esta etapa importante da minha vida.

Aos meus filhos, **Grazielly Ledesma de Almeida** e **Guilherme Ledesma de Almeida**, minha gratidão eterna por compreenderem minhas ausências e por serem minha maior fonte de motivação e inspiração desde sempre.

Agradeço profundamente aos meus pais, **Maria Fátima Demarchi Ledesma** e **Roberto Ledesma**, por todo o apoio e incentivo ao longo da minha trajetória acadêmica. Sem o amor e suporte de vocês, nada disso seria possível.

Quero também expressar minha gratidão aos meus companheiros do **Rotary Club de Campo Grande Alvorada**, por todo apoio, incentivo e por sempre acreditarem no meu potencial. O companheirismo e os valores que compartilharam comigo foram uma fonte constante de entusiasmo e estímulo.

Por fim, agradeço aos meus nove **gatos**, em especial **Artemis** (*in memoriam*) cuja companhia, carinho e ronronar trouxeram momentos de conforto e alegria durante os momentos de estudo e escrita.

A **todos** vocês, meu muito obrigada!

## Lista de Figuras

Figura 1 - Campo Grande – MS. PMCMV. Residencial Jardim Inápolis (2023).....	45
Figura 2 - Campo Grande – MS. PMCMV. Residencial Portal das Laranjeiras (2023). ....	46
Figura 3 - Campo Grande – MS. PMCMV. Residencial Aero Rancho CH7 e CH8 (2023). ....	46
Figura 4 - Campo Grande – MS. PMCMV. Residencial Sírio Libanês I, II e III (2023). ....	47
Figura 5 - Campo Grande – MS. PMCMV. Residencial Jardim Canguru (2023). ....	49
Figura 6 - Campo Grande MS. Aglomerado subnormal (2018) .....	72
Figura 7- Campo Grande MS. Trajeto do residencial até a universidade pública mais próxima (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul) (2023). ....	76
Figura 8 - Campo Grande – MS. Escola Municipal e Escola de Educação infantil (2023). ....	83
Figura 9 - Campo Grande – MS. Frente da Escola Municipal e Escola de Educação infantil (2023). ....	83
Figura 10 - Campo Grande – MS. Frente da Escola Municipal e Escola de Educação infantil (2023). ....	84
Figura 11 - Campo Grande – MS. Frente da Escola Municipal e Escola de Educação infantil (2023). ....	84
Figura 12 - Campo Grande MS. Trajeto entre Residencial Canguru e EMEI Engenheiro Valdemir Corrêa de Resende (2023) .....	85
Figura 13 - Campo Grande MS. Trajeto do Residencial até a Escola Municipal (EM) Professora Arlene Marques Almeida (EM mais próxima) (2023). ....	86
Figura 14 - Campo Grande MS. Trajeto do Residencial até a Escola Estadual (EE) Teotônio Vilela (EE mais próxima) (2023). ....	87
Figura 15 - Campo Grande MS. Distância entre o residencial e a EE (2023). ....	88
Figura 16 - Campo Grande MS. Trajeto do residencial até o shopping Campo Grande (2023). ....	91
Figura 17 - Campo Grande MS. Trajeto do residencial até o shopping Norte Sul Plaza (2023). ....	92
Figura 18 - Campo Grande MS. Trajeto do residencial até a Praça do Cavalo (a mais próxima) (2023). ....	93
Figura 19 - Campo Grande MS. Localização da moradia das mulheres antes da mudança para o Residencial (2024). ....	95
Figura 20 - Campo Grande – MS. Fachada da Unidade Básica de Saúde Doutor Wagner José Bortotto Garcia (2023). ....	103

Figura 21 - Campo Grande MS. Trajeto até os estabelecimentos de saúde mais próximos (2023).....	103
Figura 22 - Campo Grande MS. Trajeto do residencial até a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Doutora Aparecida Gonçalves Saraiva (2023).....	104
Figura 23 - Campo Grande MS. Trajeto até o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (2023). .....	105
Figura 24 - Campo Grande MS. Trajeto até o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (2023). .....	105
Figura 25 - Campo Grande MS. Trajeto do residencial até o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (2023).....	106
Figura 26 - Campo Grande MS. Trajeto do residencial até a 6ª Companhia Independente de Polícia Militar, o 4º Distrito Policial Civil da Moreninha e o Centro Operacional da Guarda Civil Metropolitana (2023).....	109
Figura 27 - Campo Grande MS. Trajeto em relação à Delegacia Especializada de atendimento à mulher (2023). .....	110
Figura 28 - Campo Grande MS. Trajeto do residencial para a Delegacia Especializada de Atendimento a Criança e ao Adolescente (DEPCA) (2023).....	111
Figura 29 - Campo Grande – MS. Terminal Bandeirantes (2024). .....	133
Figura 30 - Campo Grande – MS. Terminal Bandeirantes – Pessoas em pé (2024). .....	133
Figura 31 - Campo Grande – MS. Terminal Bandeirantes – Acesso aos sanitários feminino, masculino e PNE (2024). .....	134
Figura 32 - Campo Grande – MS. Terminal Bandeirantes – Interior do banheiro masculino e PNE. (2024). .....	134
Figura 33 - Campo Grande – MS. Terminal Bandeirantes – Interior do banheiro masculino e PNE, Vandalismo presente. (2024). .....	135
Figura 34 - Campo Grande – MS. Terminal Bandeirantes – Bebedouro. (2024). .....	135

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1 – Campo Grande – MS. Relação de mulheres responsáveis pela família (2010)..	30
Gráfico 2 – Campo Grande – MS. Relação de designados e habilitados para o Residencial Jardim Canguru (2023). .....	69
Gráfico 3 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Idade das moradoras (2023). .....	74

Gráfico 4 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Estado civil das moradoras (2023).	75
Gráfico 5 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Escolaridade das moradoras (2023).	76
Gráfico 6 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Profissão das moradoras (2023).	78
Gráfico 7 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Escolas onde os filhos das moradoras estudam (2023).	80
Gráfico 8 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Rede de apoio das moradoras (2023).	81
Gráfico 9 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Dificuldade de percurso no caminho até a escola dos filhos (2023).	82
Gráfico 10 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Atividades nos finais de semana (2023).	89
Gráfico 11 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Atividades de Entretenimento Passatempo (hobby) (2023).	90
Gráfico 12 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Locais para atividades de lazer (2023).	91
Gráfico 13 - Campo Grande. Residencial Jardim Canguru. Local de residência anterior (2023).	94
Gráfico 14 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Satisfação com o local de moradia (2023).	96
Gráfico 15 - Campo Grande – MS. Residencial jardim Canguru. Vivendo no Residencial (2023).	97
Gráfico 16 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Responsabilidade pelas atividades domésticas (2023).	98
Gráfico 17 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Meio de Transporte mais utilizado (2023).	98
Gráfico 18 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Qualidade do Transporte Coletivo (2023).	99
Gráfico 19 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Deslocamento ao centro da cidade (2023).	100
Gráfico 20 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Frequência de deslocamentos ao centro da cidade (2023).	101
Gráfico 21 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Qualidade de atendimento do Posto de Saúde mais próximo (2023).	101

Gráfico 22 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Patrulhamento policial (2023). .....	107
Gráfico 23 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Segurança para transitar “a pé” pelo bairro (2023). .....	108

## **Lista de Mapas**

Mapa 1 - Campo Grande – MS. Perímetro urbano e Zona de expansão da cidade (2018). .	34
Mapa 2 - Campo Grande MS. Vazios Urbanos (2018). .....	35
Mapa 3 - Campo Grande – MS. Localização dos primeiros bairros (2018). .....	37
Mapa 4 - Campo Grande – MS. Regiões urbanas e loteamentos “coophas” (2018). .....	39
Mapa 5 - Campo Grande – MS. Conjuntos habitacionais implantados pela COHAB (2018).	40
Mapa 6 - Campo Grande – MS. Posição geográfica dos Loteamentos e Conjuntos habitacionais (2018). .....	44
Mapa 7 - Campo Grande – MS. Região Urbana Anhanduizinho e Bairros (2018). .....	50
Mapa 8 - Campo Grande – MS. Bairro Centro Oeste e Residencial Canguru (2018). .....	51
Mapa 9 - Campo Grande – MS. EMElS no entorno do Residencial (2018). .....	52
Mapa 10 - Campo Grande – MS. Escolas Municipais no Bairro Centro Oeste (2018). .....	53
Mapa 11 - Campo Grande – MS. Escolas Estaduais nos Bairros adjacentes ao Centro Oeste (2018). .....	54
Mapa 12 - Campo Grande – MS. Unidades de Saúde no Bairro Centro Oeste (2018). .....	55
Mapa 13 - Campo Grande – MS. Destacamentos policiais nos bairros adjacentes ao Centro Oeste (2018). .....	56
Mapa 14 - Campo Grande MS. Mapa de Percurso Acompanhado Casa-Trabalho-Casa - Joelma (2024). .....	121
Mapa 15 - Campo Grande MS. Mapa de Percurso Acompanhado Casa-Trabalho-Casa - Maria (2024). .....	127

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 - Campo Grande – MS (2023). Loteamentos/ Conjuntos Habitacionais (por região urbana). .....	43
Tabela 2 - Campo Grande – MS (2023). Síntese das Distâncias e tempo de deslocamento aos destinos pesquisados. .....	112

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO AO TEMA E PRESSUPOSTOS DA PESQUISA. O CAMINHO METODOLÓGICO E OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS .....	16
CAPÍTULO 1 .....	22
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS NO BRASIL .....	22
1.1 Antes do PMCMV: breve histórico das Políticas Habitacionais Nacionais .....	22
1.2 O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) .....	28
CAPÍTULO 2 .....	33
O PROCESSO DE EXPANSÃO TERRITORIAL URBANA DE CAMPO GRANDE-MS E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS .....	33
2.1 A Distribuição espacial dos empreendimentos do PMCMV .....	41
CAPÍTULO 3 .....	58
O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UM OLHAR SOBRE A CONDIÇÃO DAS MULHERES .....	58
CAPÍTULO 4 .....	69
A REALIDADE DAS MORADORAS E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL .....	69
CAPÍTULO 5 .....	115
A MOBILIDADE E A QUESTÃO DE GÊNERO: APONTAMENTOS A PARTIR DOS PERCURSOS CASA-TRABALHO-CASA .....	115
5.1. O percurso acompanhado Casa-Trabalho-Casa .....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	139
REFERÊNCIAS .....	143
APÊNDICE .....	151
I – ROTEIRO DE ENTREVISTA - MORADORAS DO RESIDENCIAL .....	151

## **INTRODUÇÃO AO TEMA E PRESSUPOSTOS DA PESQUISA. O CAMINHO METODOLÓGICO E OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS**

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de segregação socioespacial, tomando como referência o Residencial Jardim Canguru, implantado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), considerando a realidade das mulheres. Com esse propósito, identificamos os principais empreendimentos do PMCMV, Faixa 1 em Campo Grande, MS, e atualizamos os dados de produção habitacional entre 2015 e 2022. Avaliamos como as mulheres moradoras do Residencial Jardim Canguru, vivenciam o processo de segregação e como essa dinâmica impacta suas relações com o espaço urbano. Assim, analisamos a rotina das moradoras no percurso casa-trabalho-casa, utilizando a metodologia dos percursos urbanos, para compreender como suas práticas espaciais e interações com a cidade refletem e reforçam a segregação socioespacial.

Esses objetivos guiaram os procedimentos metodológicos adotados e a coleta de dados, permitindo uma análise das vivências das mulheres no contexto urbano de Campo Grande e sua relação com a produção habitacional do PMCMV.

Aqui convém destacar que, por considerarmos o espaço como produto e produtor de relações sociais, adotaremos segregação socioespacial, como conceito basilar da análise, conforme tratado por Sposito e Góes (2013). E, nesse sentido, entendida como um relativo rompimento com o espaço urbano em seu conjunto, impactando as relações e articulações que configuram vida urbana (Sposito 2013, p.65).

Vale mencionar que a condição da mulher nas políticas habitacionais, geralmente, é abordada de forma homogênea nos estudos geográficos, isto é, por uma abordagem universal. Dessa forma, tratar a questão habitacional, buscando avaliar o processo de segregação socioespacial, com ênfase na mulher, é de extrema importância para o entendimento da produção do espaço urbano de Campo Grande, haja vista que a produção científica que considera essa discussão é praticamente inexistente, o que pode contribuir para a visibilidade do tema, sobretudo no que diz respeito ao papel das mulheres no espaço geográfico e nas políticas públicas.

O recorte temporal da pesquisa compreende o ano de 2009 (ano de implementação do PMCMV) até o ano de 2022, considerando a faixa de renda 01, que consiste naquela com renda de até três salários-mínimos.

Os procedimentos metodológicos adotados, e que serão melhor detalhados posteriormente, são os seguintes: levantamento bibliográfico (livros, teses, dissertações, artigos); dados secundários (aqueles que utilizam fontes de informações existentes); consultas em *sites* (Prefeitura Municipal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Desenvolvimento Regional, Agência de Habitação Popular do Mato Grosso do Sul, mídia eletrônica diversa). Além disso, foram feitas visitas ao local de estudo e seu entorno para observação e coleta de informações que permitiram analisar a interação dos moradores com o espaço. Nas visitas foram realizados registros fotográficos, que contemplaram características e detalhes importantes para fornecer uma representação visual do residencial e de seu entorno.

Objetivamos compreender e descrever a experiência das moradoras em relação ao acesso à infraestrutura, aos equipamentos públicos e aos serviços urbanos, por exemplo: transporte público, educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer e segurança pública, por meio de uma análise da rotina das moradoras, para identificar padrões, comportamentos e percepções delas referentes ao trajeto percorrido.

Para tanto, um dos procedimentos metodológicos utilizados foi a observação participante, apresentada por Becker (1994), como a coleta de dados por meio da inserção do pesquisador na vida cotidiana do grupo estudado. A observação debruçou-se na percepção de situações e comportamentos cotidianos das investigadas para coleta de dados, registro dos eventos, além de ajudar a compreender os trajetos realizados pelas mulheres.

Essa observação participante efetuou-se por meio de trabalho de campo, conforme Minayo (2009), no momento de aproximação do pesquisador com a realidade sobre a qual formulou suas questões e/ou problema. Essencialmente, o pesquisador interage com os sujeitos que conformam a realidade investigada.

Da mesma maneira, foram aplicados, presencialmente, 20 questionários estruturados, com mulheres titulares de residência. Como forma de melhor qualificar o levantamento de informações, também realizamos entrevistas semiestruturadas (individuais gravadas, com o consentimento das participantes), com o objetivo de

coletar dados mais detalhados que permitissem que as moradoras demonstrassem sua opinião e compartilhassem suas vivências, possibilitando também a avaliação das diferentes percepções a partir do olhar da mulher.

Vale mencionar que, como proposta metodológica, o estudo de caso vem sendo amplamente utilizado nas ciências humanas e sociais<sup>1</sup>. A escolha do Residencial Jardim Canguru, como estudo de caso, buscou reunir informações relevantes para apreender a realidade social em sua totalidade. Tal estudo se constitui em análise mais detalhada de alguns fatos, com vistas a apresentar informações sobre o caso específico.

Roese (1998) argumenta que esse procedimento é diferenciado, pois permite entender de maneira satisfatória as características possíveis dentro de um quadro teórico amplo, ou seja, como se manifestam ou não as tendências dentro de realidades concretas. Alencar (2000, p. 86-87) argumenta que

1. os estudos de caso podem ilustrar generalizações que foram estabelecidas e aceitas; ainda que eles sejam poucos abrangentes, as generalizações podem ganhar novos significados sendo ilustradas em diferentes contextos;

2. o estudo de caso pode se constituir em um teste de uma teoria que, embora aceita como uma “verdade universal”, necessita ser comprovada em todas as instâncias. Ao estudar uma situação específica por meio de uma hipótese derivada dessa teoria, os resultados obtidos podem invalidá-las, ainda que em uma instância particular;

3. relações entre circunstâncias particulares observadas de um único estudo de caso podem sugerir conexões que necessitam ser exploradas em outras instâncias. Assim, os resultados de um único estudo de caso podem estimular a formulação de hipóteses que orientarão novas pesquisas, cujos resultados poderão conduzir a generalizações.

Segundo Martins (2008), o estudo de caso deve contemplar as técnicas de levantamento de informações e dados – observação, análise dos questionários e o trabalho de campo. Ou seja, é importante a construção de um protocolo que se constitui em um conjunto de procedimentos e códigos que permitem que o estudo seja confiável.

---

<sup>1</sup> Para Roese (1998), a utilização dessa técnica está relacionada com dois princípios: a redução das explicações das análises microssociais aos grandes modelos teóricos; **os** custos elevados de realização de grandes projetos de pesquisa, que, no cenário brasileiro, acaba se tornando inviável.

Para Paulilo (1999, p. 135), a pesquisa qualitativa objetiva a compreensão detalhada das características das situações do objeto investigado, permitindo o aprofundamento,

[...] trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna.

Foram realizadas também entrevistas (ver roteiro anexo) com as moradoras do residencial, visando obter, no processo de interação social, informações sobre o problema da pesquisa, com foco nos temas centrais e importantes da investigação. Para Minayo (2009), existem dois tipos de dados que poderão ser alcançados por meio da entrevista, sendo eles:

1. Dados Primários: dados obtidos, por meio de entrevistas, sobre o tema da investigação, mas que ainda não foram sistematizados; são informações objetivas e se constituem em fonte primária de pesquisa.
2. Dados Secundários: dados obtidos por meio de informações objetivas passíveis de serem encontradas em documentos oficiais e em outras fontes (censos, relatórios, registros). Nesse caso, as entrevistas podem ser confrontadas com os dados levantados de outras fontes documentais.

As entrevistas, de acordo com a forma, podem ser classificadas da seguinte forma: sondagem de opinião; entrevista semiestruturada; entrevista aberta ou em profundidade; focalizada ou aberta e projetiva. Para esta pesquisa utilizamos a entrevista semiestruturada, que consiste na formulação de questões abertas e fechadas, não previamente codificadas, em que o entrevistado discorre livremente sobre um tema proposto ou sobre uma questão formulada. Essa técnica possibilitou que outras questões pudessem ser formuladas no decorrer da entrevista, caso fosse necessário (Minayo, 2009).

Outros recursos usados como instrumentos de pesquisa foram a cartografia e o geoprocessamento, muito usuais no Brasil. Segundo Archela; Théry (2008, p. 21):

“a busca por métodos que deem conta da representação dos processos complexos da contemporaneidade também provocou aumento de pesquisa em áreas emergentes como o geoprocessamento, a informática, o meio ambiente”.

Como complemento à observação participante, conforme dito anteriormente, utilizamos a metodologia dos percursos urbanos. Segundo Jesus, Catelan e Calixto (2022), o percurso urbano é um procedimento metodológico que tem como objetivo identificar no cotidiano as práticas espaciais dos cidadãos. Por meio do acompanhamento no percurso diário, busca-se compreender não só o tempo de deslocamento, mas como o percurso é realizado. Conforme os autores, consideram-se as relações, as experiências, as práticas envolvidas e o comportamento no decorrer de um percurso considerado óbvio ou repetido rotineiramente. Realizamos dois percursos com duas mulheres/mães moradoras do residencial, cujo detalhamento constam no capítulo 5.

Vale mencionar que a pesquisa teve origem da inquietação da pesquisadora, a qual inicialmente investigava questões relacionadas à moradia de interesse social, como tamanho, funcionalidade e localização das unidades habitacionais. No entanto, essa perspectiva mudou, e as questões relacionadas às mulheres e à sua interação com o espaço se tornaram mais evidentes e relevantes do que o aspecto físico das residências.

Nesse sentido, a dissertação está estruturada em cinco capítulos:

No **Capítulo 1**, realizamos breve resgate das principais políticas habitacionais do Brasil, além de apresentarmos os critérios de priorização das mulheres acerca da aquisição da moradia, segundo a legislação vigente, nas esferas municipal, estadual e federal.

No **Capítulo 2**, analisamos os desdobramentos do processo de expansão territorial urbana em Campo Grande, buscando atualizar o levantamento de dados e mapear os principais empreendimentos do PMCMV, Faixa 1. Para tal tomamos como base, além dos dados levantados no Sistema de Gerenciamento de Habitação (SISHAB) e em outras fontes, a dissertação de mestrado intitulada “Uma análise socioespacial do programa minha casa minha vida - PMCMV - em Campo Grande - MS”, de Daniel Wirti, defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia, sob a orientação da professora doutora Maria José Martinelli Calixto. A referida pesquisa traz discussão sobre os aspectos do processo de produção do espaço urbano em

Campo Grande, com mapeamentos dos empreendimentos habitacionais do PMCMV, entregues até o ano de 2015. Assim, atualizamos o levantamento realizado por Wirti, mapeando os empreendimentos habitacionais implantados de 2015 até o ano de 2022.

No **Capítulo 3**, tratamos do processo de segregação socioespacial, a partir de uma discussão conceitual, procurando destacar as particularidades relacionadas às mulheres moradoras dos empreendimentos PMCMV, Faixa 1. Nesse sentido, consideramos elementos ligados à divisão sexual do trabalho, visto que a desigualdade entre homens e mulheres se reflete no uso e na relação com o espaço.

No **Capítulo 4**, debruçamo-nos no estudo de caso, o Residencial Jardim Canguru (entregue em 2022), visando a caracterizar a realidade das mulheres moradoras desse empreendimento, em relação à diferenciação dos espaços domésticos e públicos; ao acesso desigual à infraestrutura, transporte, saúde, educação e restrição à mobilidade urbana.

No **Capítulo 5**, aplicamos a metodologia do percurso acompanhado casa-trabalho-casa com duas moradoras do Residencial Jardim Canguru, com o objetivo de analisar a relação entre espaço e práticas sociais, sobretudo apresentando uma perspectiva em torno da interação dessas mulheres com a cidade, captando a experiência vivida durante o percurso.

Por último, apresentamos as **Considerações Finais**, as **Referências** e o **Apêndice**.

## CAPÍTULO 1

### HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

#### 1.1 Antes do PMCMV: breve histórico das Políticas Habitacionais Nacionais

Ao tratarmos da produção do espaço tendo como foco a produção habitacional, a partir de políticas públicas, faz-se necessária análise sob a ótica espacial e temporal posto que essas são dimensões indissociáveis. Assim, neste capítulo, apresentamos breve histórico dos programas implementados no Brasil em relação às medidas de mitigação do déficit habitacional. Aqui vale mencionarmos que tais programas, geralmente são apresentados com objetivos de atendimento a demandas de população de baixo poder aquisitivo. Contudo, na realidade, acabam/acabavam por assegurar o processo de reprodução do capital imobiliário, por meio, dentre outros, da especulação e da valorização dos imóveis (Pontarolo, 2015).

A terra urbana é vista prioritariamente como mercadoria em nossa sociedade, onde muitas pessoas não têm condições de comprá-la. Para Corrêa (2002), a habitação é um bem de acesso excludente, pois a nossa sociedade apresenta grande parcela da população que não possui renda para custear aluguel, tampouco para comprar um imóvel.

O termo interesse social está atrelado ao princípio básico da Constituição Federal e do Estatuto das Cidades, trazendo a função social do uso do solo urbano (Bonduki *et.al.*, 2003). Habitação de Interesse Social (HIS) são aquelas financiadas pelo poder público. Podem ser produzidas por empresas, associações e outras formas possíveis. Devem ser destinadas à população pertencente ao segmento social com maior déficit habitacional, que participe de ações inclusivas. Devem também tratar de aspectos que envolvam situações de moradia de risco, preservação ambiental e cultural (Larcher, 2005).

Convém ressaltarmos que a habitação não era considerada um foco da política pública nas primeiras décadas do século XX, conforme indicado por Buonfiglio (2018). Bonduki (1994) observa que as primeiras ações estatais para fornecer habitação social ocorreram durante o governo Vargas (1930-1954). No final dos anos

1930, começa a surgir uma política habitacional incipiente, com subsídios para aquisição de unidades habitacionais por meio dos Institutos de Aposentadoria e Previdência (IAPs). Esses institutos construíram conjuntos habitacionais que ofereciam opções de moradia mais acessíveis aos seus associados (Barros, 2017).

As iniciativas desse período não conseguiram satisfazer as necessidades da população de baixa renda, levando à autoconstrução como solução para a classe trabalhadora. Nas décadas seguintes, a urbanização no país se intensifica, acompanhada pelos fenômenos de metropolização e periferização, o que resultou na precarização das condições de vida. Isso inclui a informalidade urbana, os processos de segregação socioespacial, os déficits de infraestrutura urbana e a falta de acesso aos serviços públicos.

A partir de 1945, a crise habitacional agravou-se no Brasil, devido às mudanças que ocorreram na economia industrial e agrícola, no pós-guerra. Iniciou-se um movimento migratório para os grandes centros urbanos, gerando crescente demanda por habitações.

A Fundação da Casa Popular (FCP), criada pelo Decreto-lei n.º 9218/46, foi o primeiro órgão estatal de âmbito nacional focado na questão habitacional. Sua finalidade incluía prover habitações para populações de baixa renda, respondendo socialmente às fortes pressões de trabalhadores sem condições de conquistar sua própria moradia. Além disso, a FCP recebeu atribuições relacionadas à política urbana em geral.

Inicialmente concebida para enfrentar os problemas habitacionais das populações de baixa renda, a Fundação da Casa Popular passou a atuar, posteriormente, em áreas complementares com a promulgação do Decreto-lei n.º 9.777, de 6 de setembro de 1946. Isso transformou a instituição em um verdadeiro órgão de política urbana lato sensu (Azevedo e Andrade, 2011). Suas incumbências incluíam financiar obras urbanísticas de infraestrutura e indústrias de material de construção; promover estudos e pesquisas para baratear a construção; financiar iniciativas não lucrativas de construção de moradias populares (fosse para venda fosse para aluguel), viabilizadas por prefeituras ou outras instituições, além de estudar e classificar tipos de habitações, inclusive as rurais.

No inciso I, do Decreto-lei n.º 9218/46, destacam-se critérios de seleção para os beneficiários: permanecer no país por, no mínimo, 10 anos; ter nacionalidade

brasileira e renda anual que não ultrapasse Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), o que correspondia a pouco mais de 12 salários-mínimos da época; não possuir outro imóvel em seu nome; ter família composta por, no mínimo, cinco pessoas. A preferência era dada a trabalhadores do setor privado em detrimento de funcionários públicos ou de autarquias, o que enfatizava as camadas sociais economicamente mais elevadas, sem foco no atendimento aos mais pobres. Dessa forma, o programa atendia desempregados e pessoas da classe média (Azevedo e Andrade, 2011).

A Fundação da Casa Popular (FCP) não estabelecia um limite mínimo de renda para o atendimento, o que, de acordo com Azevedo e Andrade (2011), poderia dar a impressão de um perfil de atendimento voltado a classes menos favorecidas. No entanto, a FCP fixava um teto máximo de 12,8 salários-mínimos, o que evidenciava um alcance voltado principalmente para famílias com menores problemas de déficit habitacional. Isso mostrava um desvio da política original de sua criação: atender as camadas mais pobres.

A partir de 1950, o modelo utilizado para implementar a Política Habitacional Brasileira (PHB) começou a entrar em colapso devido a seu caráter fragmentário, de troca de favores entre cidadãos e políticos, agravado pela inflação crescente e pelo retorno dos financiamentos em parcelas fixas. Esse cenário sugere que os governos populistas da época deram pouca prioridade à questão habitacional, o que resultou em uma demanda dos trabalhadores focada principalmente em melhores salários (Azevedo e Andrade, 2011).

Com o desenvolvimento da indústria, ocorrido entre 1955 e 1964, houve crescimento econômico acentuado, porém, poucos investimentos foram voltados para a questão habitacional (Coelho, 2000).

Devido a isso, uma quantidade significativa da população vivia em favelas das grandes cidades brasileiras; como tentativa do governo federal de eliminá-las das paisagens urbanas houve a edição da “Lei das Favelas”, que passou a atribuir aos governos municipais a função de planejar e executar a transferência dos habitantes favelados para moradias de alvenaria. Contudo, essa ideia não prosperou (Coelho, 2002).

Diante do agravamento da crise urbana e habitacional, surgiram iniciativas durante o regime militar, iniciado em 1964. O governo implementou o Plano Nacional de Habitação (BNH) em 1964; criou o Banco Nacional de Habitação; o Serviço Federal

de Habitação e Urbanismo e o Sistema Financeiro de Habitação.<sup>2</sup> O BNH concentrou-se na construção de grandes conjuntos habitacionais localizados em áreas periféricas, com infraestrutura precária. Essa abordagem gerou diversos problemas, como altas taxas de inadimplência, abandono dos imóveis e reclamações sobre a qualidade da construção e da infraestrutura.

A partir de 1967, os recursos do BNH foram ampliados para atender as famílias de renda mais alta. Posteriormente, os investimentos foram direcionados para o desenvolvimento urbano, e a solução adotada para atender as famílias de baixa renda foi a autoconstrução. Com a crise econômica e política no final dos anos 1970, as taxas de inadimplência dos beneficiários aumentaram, assim como a descapitalização do BNH.

Apesar da produção de cerca de 4 milhões de moradias, o déficit habitacional não foi minimizado, e uma parcela significativa da população, para atender suas necessidades de moradia, passou a fazer ocupações informais em favelas, ocupações irregulares em periferias e a efetuar processos de autoconstrução.

Cumpramos lembrar que o BNH foi alvo de diversas críticas em razão da abordagem econômica de sua criação (Azevedo e Andrade, 2011) e da sua incapacidade de atender as populações de baixa renda. Margutti (2018) ressalta que, em geral, os empreendimentos habitacionais estavam localizados nas periferias, onde faltava infraestrutura urbana e serviços, o que contribuiu para um padrão de segregação espacial e de desigualdade social.

Com o processo de redemocratização do país, o BNH foi extinto em 1986, e o setor habitacional enfrentou grave crise interna. O crescimento significativo das grandes cidades, ultrapassando os limites da cidade formal, agravou os desafios urbanos nos anos seguintes. Sem acesso a moradias subsidiadas, os trabalhadores

---

<sup>2</sup> O BNH controlava os dois instrumentos de financiamentos de habitações: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que financiava a produção de habitações para população de baixa renda, e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que atendia a faixa de mercado, que operava sem intervenção direta do governo quanto a financiamentos, produção e distribuição de moradias. Cabe ressaltar que o FGTS tem um papel importante nos financiamentos habitacionais no Brasil, especialmente para trabalhadores de baixa renda que desejam adquirir a casa própria. O FGTS é composto por depósitos mensais feitos pelos empregadores, correspondendo a 8% do salário de cada trabalhador, que forma uma espécie de reserva financeira que objetiva proteger o trabalhador em situações de vulnerabilidade. No entanto, o acesso a esses recursos é restrito a condições específicas, como demissão sem justa causa ou, em casos de aquisição de moradia, o uso do saldo acumulado poderá ser usado para complementar o financiamento da casa própria, conforme especificado nas normativas do sistema habitacional. Assim, o FGTS se configura como uma poupança compulsória do trabalhador, que só pode ser resgatada em momentos de instabilidade financeira ou de grande investimento pessoal, como a aquisição de um imóvel.

urbanos passaram a adquirir, a alugar, a ocupar terrenos irregulares na periferia distante ou em áreas precárias ou de risco, de maneira informal. Segundo Brasil e Carneiro (2014), esse período também foi marcado pelo esvaziamento do planejamento e da política urbana.

Nesse contexto, a agenda da reforma urbana ganha destaque, sendo amplamente discutida por movimentos sociais, pesquisadores, sindicatos e entidades profissionais atuantes nessa área. Esses diversos atores, conforme Ferreira (2014), se organizam e se unem no Movimento de Reforma Urbana (MNRU), que apresenta uma emenda popular de reforma à Assembleia Nacional Constituinte e influencia o texto da Constituição Federal de 1988.

Em 1991, os movimentos de moradia formalizaram um projeto de fundo nacional para moradia popular por iniciativa popular, como observado por Ferreira (2014). No entanto, apesar das mobilizações e dos marcos legais, esses esforços não foram suficientes para impulsionar a política habitacional. Isso porque a questão da moradia não foi totalmente incorporada à agenda governamental ou foi tratada de forma superficial no nível federal.

Além disso, a implementação de tal política pelos estados e municípios ocorreu de maneira descentralizada, desigual e fragmentada. No final da década de 1990, os princípios de mercado na provisão de moradias se tornaram o novo paradigma da política habitacional, com maior envolvimento do setor privado e com descentralização dos recursos federais.

Ferreira (2014) explica que, durante o governo FHC, a política habitacional foi retomada e se caracterizou, entre outros aspectos, pela fragmentação e diversidade de programas. A implementação desses programas foi prejudicada pelas ações da política macroeconômica. Contudo, houve avanços na elaboração do arcabouço legal. Além da aprovação do Estatuto da Cidade, o direito à moradia foi incluído como direito social no Artigo 6.º, da Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda n.º 26, de 2001.

No primeiro governo Lula, em 2003, foram elaboradas propostas para o desenvolvimento de uma política habitacional mais consistente, alinhada às pretensões dos movimentos de moradia e às do Fórum Nacional de Reforma Urbana (Oliveira, 2014).

Uma das primeiras medidas do governo foi a criação do Ministério das Cidades (MCidades) em 2003, juntamente com a instituição da Conferência Nacional

das Cidades e do Concidades. Essa nova pasta foi encarregada das políticas de desenvolvimento urbano, incluindo a Política Habitacional (PNH). A PNH, aprovada em 2004, tornou-se a principal normativa do governo federal sobre o tema. Outro avanço significativo foi o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), o primeiro plano habitacional, desde a extinção do BNH.

Nesse cenário, elaborou-se o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), criado pela Lei Federal n.º 11.124/2005, originada do projeto de iniciativa popular mencionado. Segundo Cardoso (2008, p.8), o SNHIS tem como objetivo articular as políticas de habitação social em um sistema federativo que, de forma descentralizada e democrática, trabalhe na produção de moradias para a população de baixa renda, coordenando a ação conjunta dos diversos agentes promotores.

Em 2007, o governo Lula lançou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que estava sob a coordenação do Ministério do Planejamento. O foco era impulsionar o crescimento econômico por intermédio de um programa de investimentos em infraestrutura. Ferreira (2014) destaca que o desenvolvimento urbano, a habitação e o saneamento foram aspectos centrais dessa iniciativa. Outro avanço importante foi a inclusão, no PAC-Habitação, da urbanização de favelas, uma bandeira histórica dos movimentos sociais.

Para acelerar as ações do PAC e lidar com a crise econômica global, o Ministério da Fazenda desenvolveu o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) como uma medida emergencial anticíclica para apoiar o setor privado. Em 2009, o programa foi lançado como uma iniciativa de grande escala na política habitacional, mas foi concebido sem debates no Conselho das Cidades (Ferreira, 2014). Seus principais objetivos eram reduzir o déficit habitacional e impulsionar a economia por meio dos efeitos multiplicadores da construção civil. A meta inicial era a construção de 1 milhão de moradias, incluindo uma faixa de atendimento totalmente subsidiada pelo governo. Maricato (2011) afirma que o PMCMV foi desenvolvido em parceria entre o governo federal e onze empresas do setor imobiliário, conforme descrito por Ferreira (2014).

Importa registrarmos que, historicamente, as mulheres enfrentaram dificuldades no acesso à moradia e às políticas habitacionais. Na década de 1940, por exemplo, quando a Fundação da Casa Popular foi criada, as mulheres enfrentavam acentuada desigualdade de gênero, com acesso restrito à propriedade, com renda inferior à dos homens e com pouca participação nas decisões políticas e sociais.

Portanto, esse programa habitacional foi concebido com o direcionamento de moradias para famílias chefiadas por homens.

O BNH, por sua vez, apesar de ter fomentado o desenvolvimento urbano no país, não considerava as mulheres como chefes de família e mantinha a titularidade das habitações nas mãos dos homens. Como resultado, as mulheres continuavam enfrentando questões relacionadas à insegurança, à violência doméstica, à dificuldade de acesso a financiamentos e à falta de autonomia.

Essa realidade toma outros rumos com a implementação do PMCMV.

## **1.2 O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)**

Após a extinção do BNH (1986), a política mais relevante em relação à moradia em nível nacional foi o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado no ano de 2009. Um programa inicialmente econômico estabelecido pelos ministérios da Casa Civil e Fazenda, juntamente com representantes do setor imobiliário e da construção civil. Pensado como uma estratégia de enfrentamento à chamada crise dos *subprimes 10* americanos que ocasionou a quebra dos bancos e consequentemente impactou a economia mundial (Amore, 2015). Segundo apontam Barreira; Borges (2013, p. 8-9):

Visando aquecer a economia nacional através de estímulos às atividades da construção civil no país, o MCMV foi moldado para atender a promoção pública habitacional, mas, sobretudo o segmento econômico popular deste mercado, em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos. O aquecimento do setor construtivo no país (para muitos um boom imobiliário) permite afirmar que o impacto das medidas e programas implementados pelo governo federal sobre a economia alcançou grande êxito.

Na perspectiva econômica, o PMCMV teve grande destaque, porém, os produtores de habitações atuaram focados na valorização simbólica do subsídio, na localização e na segurança do negócio ao invés de focaram na qualidade do produto ofertado (Lopes, Shimbo, 2015).

Para Maricato (2018), o PMCMV liberou recursos que propiciaram grandes obras por todo o país, mas a escolha de local para implantação desses empreendimentos acabou ficando a cargo dos proprietários imobiliários, incorporadoras e empreiteiras, repetindo o mesmo padrão do BNH, conforme

salientado por Bolaffi (1979, p.54):

[...] O BNH tem gerado uma cadeia de negociatas inescrupulosas. Como nossas pesquisas confirmaram, e como jornais publicam semanalmente, a burla se inicia com a utilização de terrenos inadequados e mal localizados, prossegue na construção de edificações imprestáveis e se conclui com a venda da casa a quem não pode pagá-la, por preços frequentemente superiores ao valor do mercado.

Desse modo, fica evidente que a localização dos empreendimentos habitacionais do PMCMV também reafirma a expansão territorial para as periferias distantes, considerando a busca das incorporadoras por terrenos de menor preço imobiliário, de forma a aumentar seus lucros. Para Cardoso (2013), apesar disso, o programa foi responsável pela produção de habitação de interesse social nos últimos anos no país, com diretrizes voltadas para a demanda habitacional da população de baixa renda.

Cabe ressaltarmos que a Faixa 1 do PMCMV contempla famílias com renda de até R\$1,6 mil, indicadas pelos governos locais. A aquisição de moradias era feita pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), financiado pela Caixa Econômica Federal e provisionado pelas empresas dos setores da construção civil. Os beneficiários da Faixa 1 do programa, geralmente, são vítimas da desigualdade, da exclusão e da vulnerabilidade social, portanto, é nítido que o benefício ofertado assegura certa inserção na sociedade.

Silva (2015) analisa que, na perspectiva de valorização de direitos, o PMCMV foi o primeiro programa a priorizar as mulheres e suas famílias por meio da titulação dos imóveis. Fato que contribuiu para que atualmente as mulheres sejam as detentoras do maior número de escrituras de imóveis financiados pelo programa, o que tem melhorado sua condição de invisibilidade social e política e evidenciado mudanças muito positivas em suas vidas.

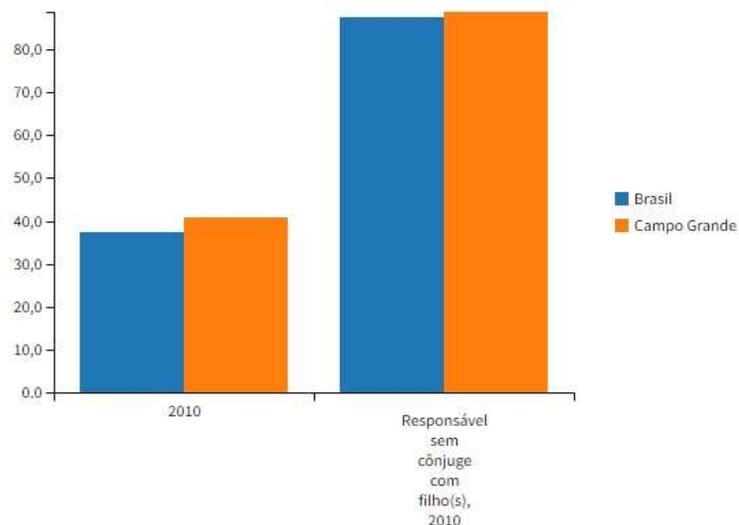
Em março de 2012, a Medida Provisória 561, publicada no dia em que se comemora o dia da mulher, determina que, em caso de separação ou de divórcio, a titularidade do imóvel advindo do PMCMV permaneça com a mulher, exceto nas situações em que a guarda dos filhos fique com o ex-marido.

Para Aguiar (2018), o processo de redemocratização da sociedade brasileira determinou a atual política urbana, que fez renascer os movimentos sociais

articulados em escala nacional. Anteriormente, as causas específicas, como gênero, etnia, regularização de loteamentos e precariedade de condições de vida nas cidades eram discutidas isoladamente nas periferias.

Nesse sentido, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2010, a proporção de mulheres responsáveis pela família, mas com cônjuge era de 37,3%, e a de mulheres sem cônjuge, mas responsáveis pelos filhos, era de 87%. Em Campo Grande a situação é um pouco superior – 40,8% de mulheres são responsáveis pela família com cônjuge, e 88,5% de mulheres sem cônjuge são responsáveis pela família, pelos filhos, conforme gráfico 1:

Gráfico 1 – Campo Grande – MS. Relação de mulheres responsáveis pela família (2010).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Observamos, no gráfico mencionado, que a proporção de famílias monoparentais chefiadas por mulheres apresenta-se com porcentagem alta. Para Bhering (2014), relacionar essas famílias à pobreza é uma questão de desigualdade social e de gênero principalmente devido às oportunidades de acesso da mulher, às situações de desvantagens vivenciadas, o que contribui para que elas façam parte dos grupos de maior vulnerabilidade social.

Castro (2001) aponta:

[...] As mulheres de famílias monoparentais [...] foram esposas, ou seja, empobreceram não porque se tornaram chefe de família, porque deixaram de ter um provedor, mas, com a maior probabilidade, porque foram esposas antes e, assim, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado [...].

Sublinhamos que a maioria das famílias beneficiadas pelo PMCMV no Brasil é constituída por mulheres atuando como responsáveis legais pelo benefício. Informação ratificada por pesquisa realizada, em 2014, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), juntamente com o Ministério das Cidades, para verificar o nível de satisfação entre os beneficiários do PMCMV. No levantamento ficou evidenciado que 87,1% dos beneficiários eram mulheres que haviam assinado contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF) para obtenção da casa própria (Brasil, 2014).

Considerando que as mulheres respondem pela maioria das escrituras das residências do PMCMV em todo o país, o programa tem potencializado e incentivado, por meio de suas diretrizes, o empoderamento dessas mulheres brasileiras, muitas vezes vítimas de invisibilidade social e política. Ao falarmos de empoderamento podemos analisá-lo pela perspectiva da autonomia, processo que denota controle sobre suas vidas, ao participarem ativamente e democraticamente das dinâmicas coletivas e individuais, e, assim, compreendendo criticamente o ambiente em que vivem (Horochovski; Meirelles, 2007).

Entende-se que a proposição política do PMCMV, dando maior visibilidade e autonomia para a mulher, acaba influenciando diretamente na sua capacidade de ação e decisão sob a perspectiva de emancipação e de cidadania. Nesse contexto, Mariano (2009) diz que, em todas as ações públicas, é possível existir uma análise pelo viés da diferenciação sexual entre o “masculino” e o “feminino” ou para reforçar padrões culturais tradicionais ou para transformá-los. Dessa forma, consideram-se de extrema relevância os estudos que debatem a diferenciação sexual no âmbito das políticas públicas, pois eles se tornam uma indagação acerca do acesso igualitário à democracia e à cidadania, no que se refere ao reconhecimento das mulheres na sociedade.

Contudo, cabe enfatizarmos que, apesar do avanço dessa política pública, as condições em que são implantados os empreendimentos do PMCMV impõem às

mulheres dificuldades de diferentes naturezas, que se desdobram no processo de segregação socioespacial. Como forma de dimensionar esse processo, no próximo capítulo, trazemos para discussão os desdobramentos da expansão territorial urbana em Campo Grande.

## **CAPÍTULO 2**

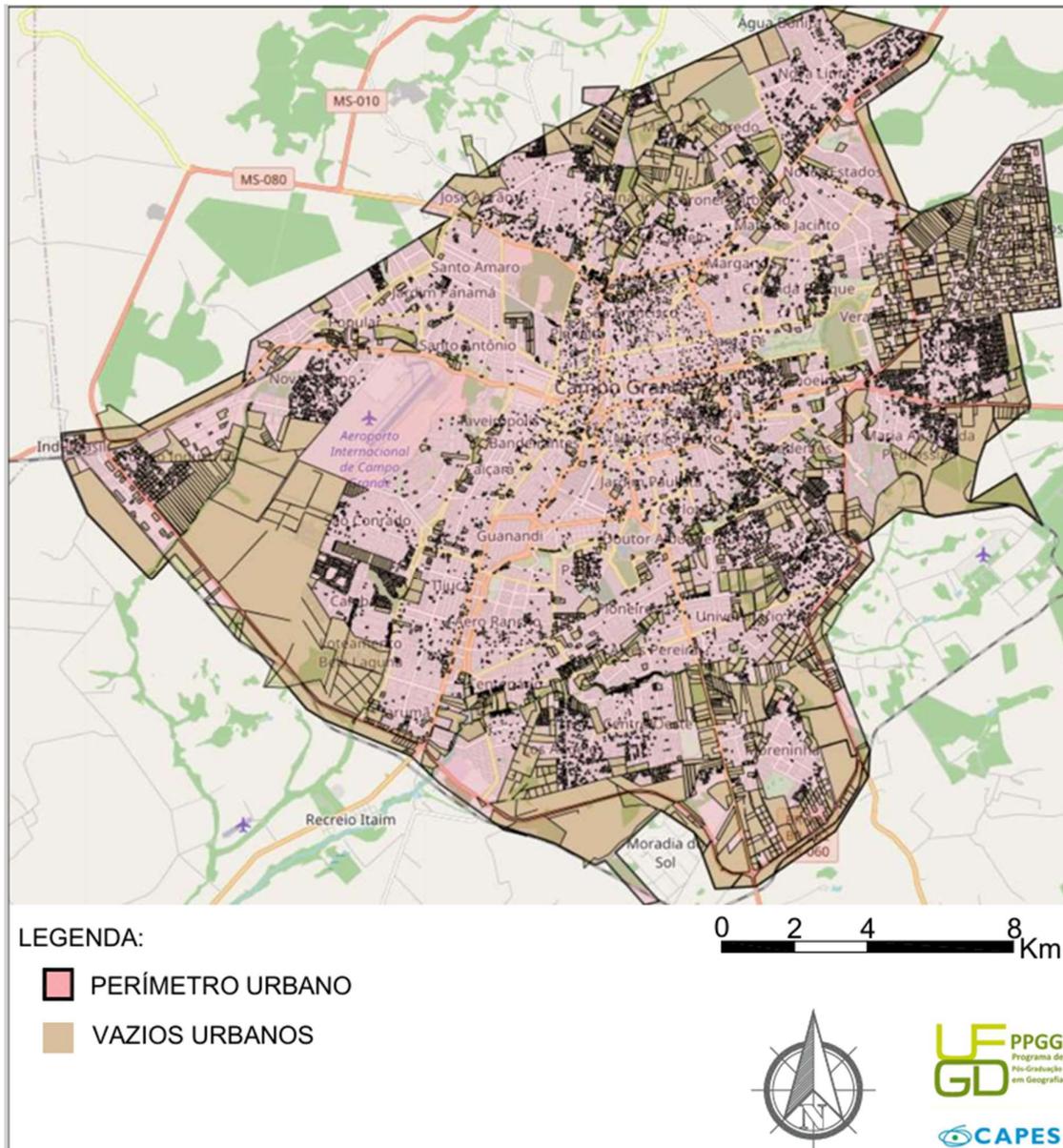
### **O PROCESSO DE EXPANSÃO TERRITORIAL URBANA DE CAMPO GRANDE-MS E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS**

Nesta sessão do texto pretende-se analisar o processo de expansão territorial urbana de Campo Grande (MS), sob uma perspectiva espaço-temporal. Inicialmente, vale destacarmos que, em estudo preliminar do mapa da cidade, na plataforma do Sistema Municipal de Geoprocessamento (criado por meio do Decreto n.º 9.520, de 16 de fevereiro de 2006), foi possível observarmos a existência de vazios urbanos distribuídos de forma descontínua por toda a extensão do perímetro urbano e de modo bastante abrangente nas bordas da cidade. Essa forma de produção do espaço contribui para a implantação de empreendimentos habitacionais populares em locais cada vez mais distantes da área central da cidade, o que reforça o distanciamento socioespacial.

Nessa perspectiva, a cidade atualmente apresenta extenso perímetro, com zona de expansão definida (Lei complementar 341/2018, anexo 2.1 e anexo 3), conforme Mapa 1:



Mapa 2 - Campo Grande MS. Vazios Urbanos (2018).



Fonte: <https://simgeocidadeo.campogrande.ms.gov.br/> gerado e adaptado por Almeida (2024).

Ainda assim, os imóveis mais utilizados para alocar os conjuntos habitacionais de interesse social são preferencialmente os situados na periferia, distantes da área central, e apresentando dificuldade de mobilidade em relação à infraestrutura, a equipamentos e aos principais serviços.

Convém mencionarmos que o processo de ocupação de Campo Grande originou-se com o movimento migratório de mineiros, paulistas, gaúchos e ex-

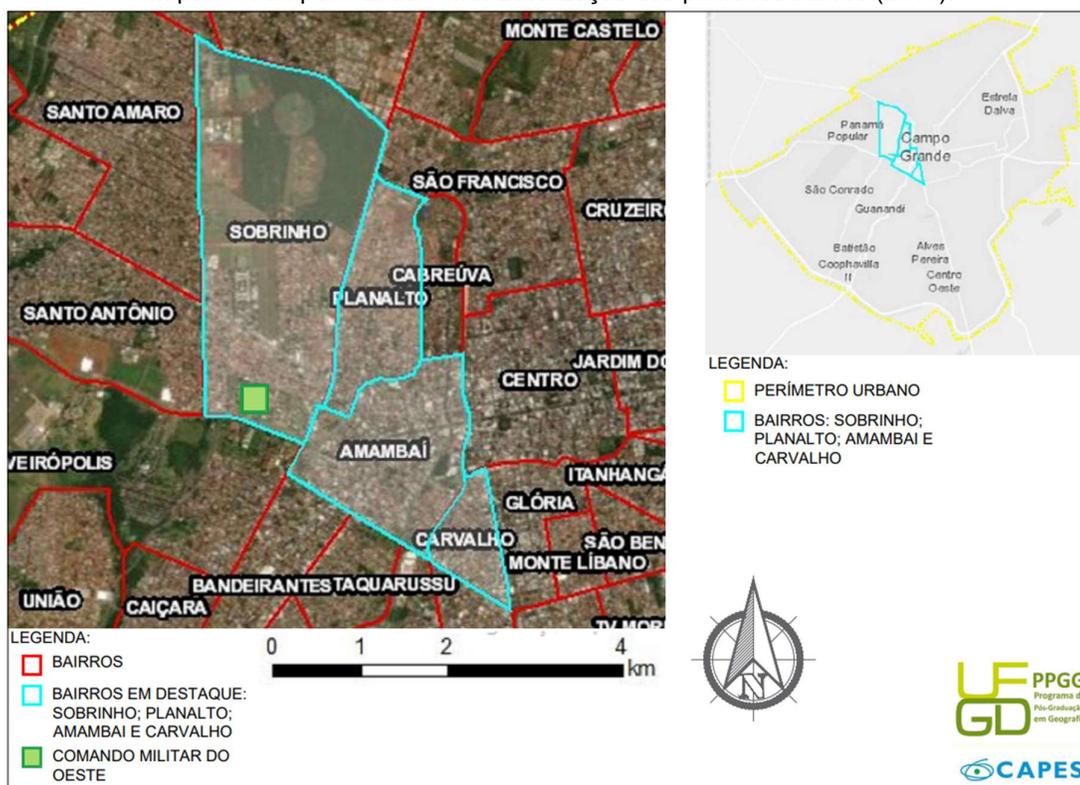
combatentes da Guerra do Paraguai em busca de terras desabitadas, solos férteis para agropecuária, em 1872. A partir de 1905, com a implantação da Ferrovia Noroeste do Brasil, foi lançado o código de posturas da vila de Campo Grande, com ordenação das relações socioeconômicas locais, apresentação de medidas de saúde e estabelecimento de regras para posse dos terrenos e edificações (Weingartner, 2008). A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi o projeto que melhor atendeu às expectativas políticas e econômicas da União, já que a pecuária e a erva-mate eram redirecionadas no sentido contrário à exportação da bacia do Prata. Assim, a Noroeste permitiu redução acentuada de tempo na circulação de bens e pessoas, atraindo assim grande movimento em direção aos portos brasileiros do Atlântico (Le Bourlegat, 2000).

Relativamente à produção do espaço de Campo Grande, a partir do século XX, ela aconteceu, de maneira bastante fragmentada já que a especulação imobiliária mantinha áreas mais centrais sem uso e ocupava locais mais afastados, o que favorecia o desencadeamento do processo de diferenciação socioespacial.

Entre os anos de 1930 e 1940 ocorreu a implantação de quartéis e a formação dos bairros Amambaí, Vila Orpheus Baís, Vila Carvalho e Vila Planalto. Mas um fator que influenciou negativamente na produção do espaço urbano foi a Segunda Guerra Mundial (1936 - 1945), tendo em vista que a construção civil foi bastante afetada, pois o Brasil dependia de importação de materiais básicos como ferro e cimento. Somente no final da década de 1940, alguns edifícios de importância histórica foram construídos, dando início a verticalização da cidade, com a construção de edificações com mais de três pavimentos (Observatório de Arquitetura e Urbanismo UFMS, 2016).

Podemos observar, no Mapa 3, a localização do Comando Militar do Oeste (bairro Sobrinho), dos bairros Amambai, Planalto, Carvalho, e a da Vila Orpheus Baís, situada no bairro Amambaí, conforme o anexo 4-2, da Lei complementar 341/2018:

Mapa 3 - Campo Grande – MS. Localização dos primeiros bairros (2018).



Fonte: <https://simgeocidadeo.campogrande.ms.gov.br/> gerado e adaptado por Almeida (2024).

Segundo Le Bourlegat (2000), outro fato histórico importante ocorreu a partir de 1950, quando Campo Grande passou a concentrar cerca de 30% da população urbana do estado de Mato Grosso (na região que hoje situa-se o estado de Mato Grosso do Sul), conforme apontamento do Censo. Isso se deve ao êxodo rural, marcado pela população rural vinda de regiões pertencentes ao município de Campo Grande e de regiões pertencentes a municípios próximos. Essa população foi se estabelecendo nas proximidades da ferrovia e na de seus ramais, na BR -163, em direção a Cuiabá-MT e, principalmente, a Oeste, chegando até as fronteiras com a Bolívia e o Paraguai.

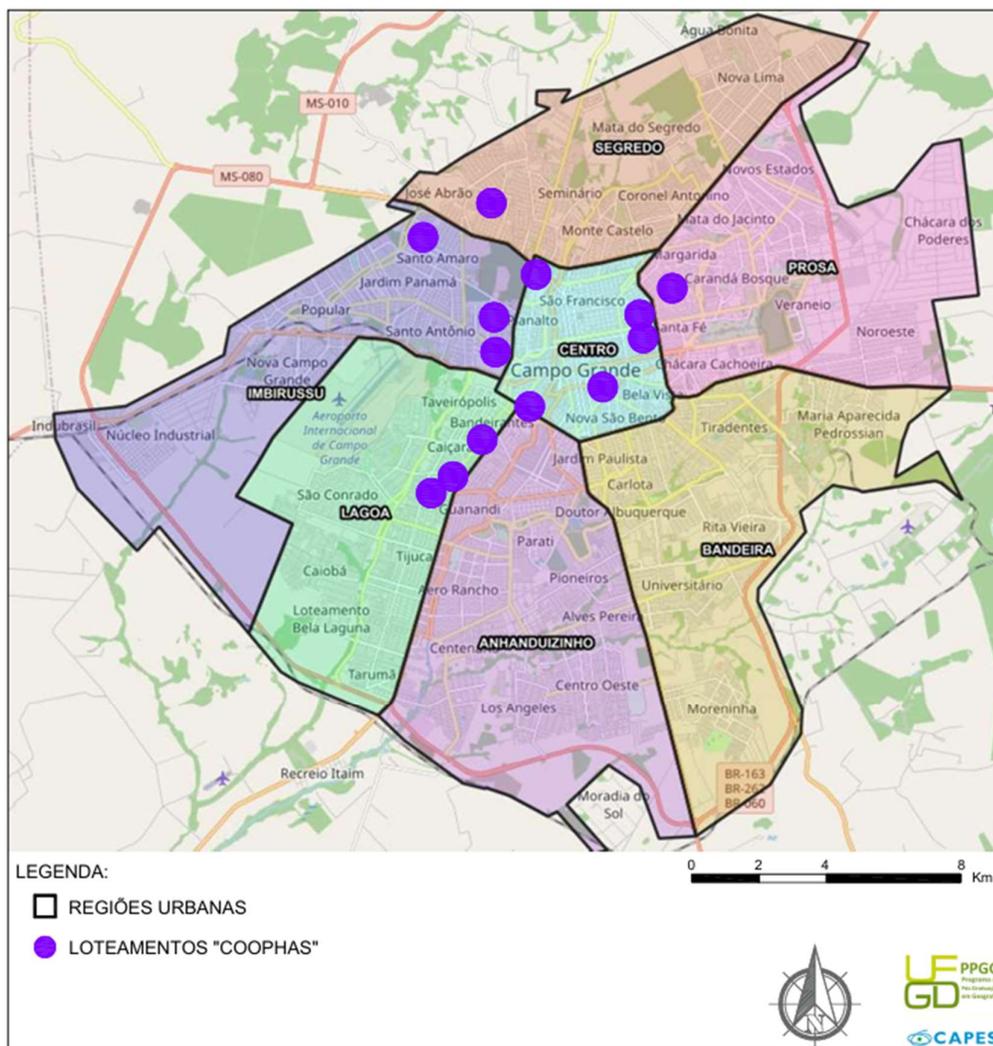
É inegável que muitos fatos históricos contribuíram para o traçado da cidade, mas um dos mais relevantes ocorreu, a partir de 1964, quando se inicia a intervenção do Estado no período da ditadura militar. O Governo Federal, por meio de ações do Plano Trienal (1963-1965) e do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1966), a fim de estimular o desenvolvimento das cidades situadas na porção Oeste

do Brasil, propiciou a Campo Grande o aceleração do processo de ocupação, o que ocasionou crescimento populacional e de expectativas econômicas (Duarte, 2014).

Ainda no sentido de intervenção do Governo Federal, Weingartner (2008) relata que, em 1965, um novo código de obras foi elaborado (Lei 26/25) o qual teve por princípio o urbanismo modernista quanto à habitação, ao trabalho, ao lazer e à circulação. Além disso, regulamentou o uso e a ocupação do solo urbano, por meio de uma setorização funcional, subdividida em quatro zonas: comercial, industrial, residencial e agrícola, o que influenciou no aumento da população urbana.

A partir da implementação do BNH (Banco Nacional de Habitação), por volta de 1970, vários conjuntos habitacionais foram construídos por intermédio de Cooperativas Habitacionais, como a Planoeste – Planejamento de Projetos Habitacionais, de propriedade de Sebastião da Silva Caneca (1930 - 2008) – que construiu os bairros chamados “Coophas”: Coophaban, Coophabanco Coophasul, Coofermat, Vila Sargento Amaral (único bairro que não recebe o termo Coopha em seu nome), Coophamat, Coophavila II) (Campo Grande News, 2016). Além desses bairros, ainda podemos citar os seguintes: Coophatrabalho, Coopharádio, Coophafama, Coophamorena, Coophafe, Coophaco, Coophaco II, que, segundo o parcelamento do solo atual, encontram-se localizados de forma descontínua por diversas regiões urbanas: Centro, Prosa, Segredo, Imbirussu, Lagoa e Anhanduizinho, conforme Mapa 4:

Mapa 4 - Campo Grande – MS. Regiões urbanas e loteamentos “coophas” (2018).



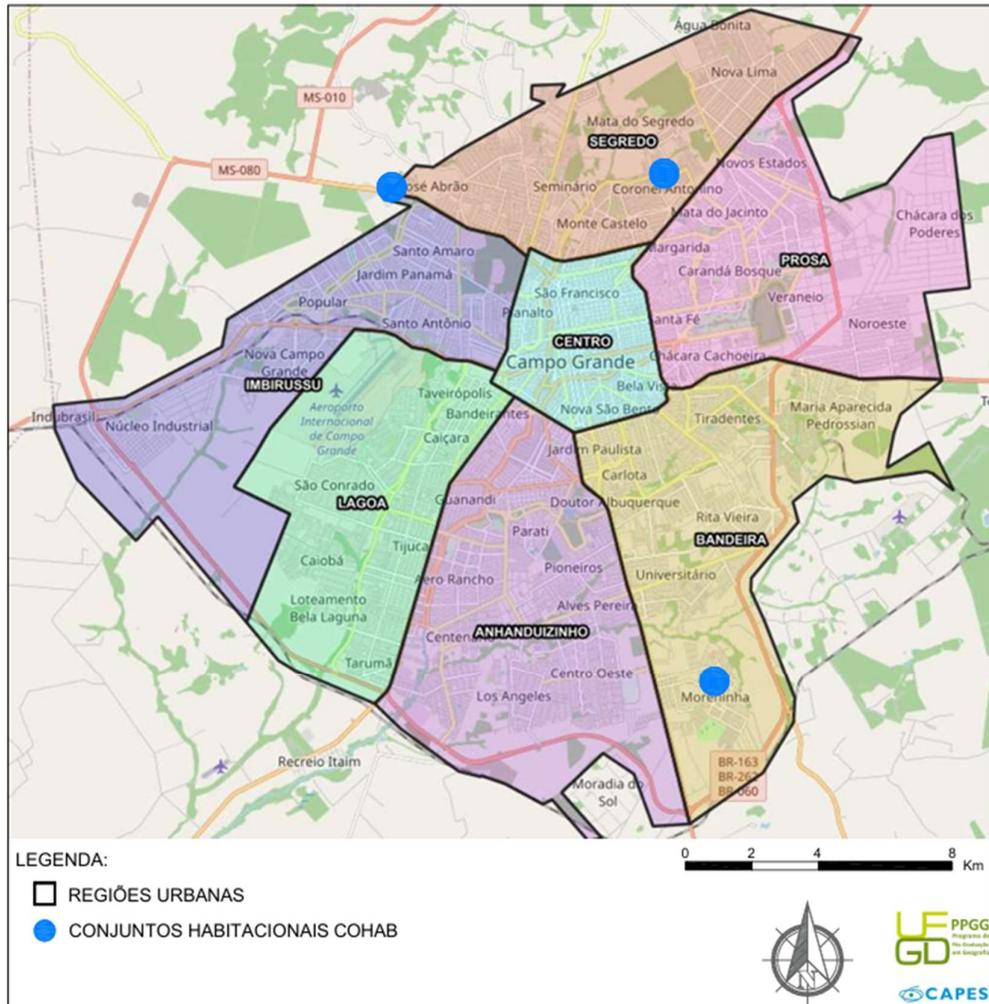
Fonte: <https://simgeocidadao.campogrande.ms.gov.br/> gerado por Almeida (2023).

Na década de 1980, notamos uma expansão seguindo lógicas e interesses específicos, muitas vezes ligados ao capitalismo e à especulação imobiliária. O desenvolvimento urbano frequentemente reflete as dinâmicas do mercado imobiliário, em que a localização, a disponibilidade de infraestrutura e de serviços, assim como as oportunidades de lucro influenciam diretamente na expansão das cidades.

Lembramos que mais de 25 mil unidades habitacionais foram construídas por meio de financiamento federal. Os conjuntos habitacionais da Companhia de Habitação Popular (COHAB), por exemplo, foram sendo implantados em áreas periféricas que apresentavam grande dificuldade de mobilidade, como é o caso dos conjuntos José Abraão, Moreninha I, II e III e Estrela do Sul (Observatório de

Arquitetura e Urbanismo UFMS, 2016). O Mapa 5 nos permite visualizar a distribuição atual desses empreendimentos.

Mapa 5 - Campo Grande – MS. Conjuntos habitacionais implantados pela COHAB (2018).



Fonte: <https://simgeocidadeo.campogrande.ms.gov.br/> gerado por Almeida (2023).

Não é difícil percebermos, pelo mapeamento, que a política habitacional influenciou a expansão da malha urbana. Mesmo com a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo de Campo Grande (promulgada em 1988), que intensificou, por meio da prefeitura, a fiscalização do espaço urbano aperfeiçoando os critérios de aproveitamento da cidade por meio da melhoria na localização dos edifícios públicos e privados.

É notório que a expansão urbana ordenada pelo capitalismo traz uma reconfiguração espacial da cidade que vai ao encontro das demandas do mercado e da lógica de acumulação de capital. A globalização e a especulação imobiliária impulsionam tal processo de maneira a intensificar a segregação socioespacial. A urbanização capitalista é o reflexo das desigualdades sociais, que fragmenta a cidade no que diz respeito ao acesso à infraestrutura urbana e aos serviços básicos de forma desigual.

Dessa maneira, o segmento social de menor poder aquisitivo (grande parcela da classe trabalhadora) vai sendo “empurrado” para as franjas da cidade, passando a ter grande dificuldade de acesso aos principais equipamentos urbanos e sociais e à mobilidade urbana. Tal fato desencadeia o processo de segregação residencial, conceituado por Corrêa (2016) como a representação de classes sociais concentradas no espaço urbano com forte tendência à homogeneidade interna e à heterogeneidade entre elas. Ainda conforme o autor, com a segregação residencial passa a haver a segregação imposta (que significa morar onde não se tem alternativa de escolha) e a segregação induzida (ou seja, embora seja possível escolher entre alternativas, ainda assim são alternativas limitadas pela valorização da terra). Nessa perspectiva, a política habitacional, portanto, é determinante para se entender o processo de reprodução da cidade e da segregação socioespacial.

No que se refere ao PMCMV, a lógica de produção territorial descontínua se reforça, segregando a população em áreas periféricas, conforme veremos a seguir.

## **2.1 A Distribuição espacial dos empreendimentos do PMCMV**

Para compreendermos a produção do espaço urbano a partir do PMCMV, importa destacarmos que a lógica de produção das moradias não é diferente daquelas apresentadas nos programas habitacionais anteriores, isto é, seguem, de maneira geral, sendo produzidas em áreas distantes e desprovidas de infraestrutura, equipamentos e serviços.

O PMCMV foi criado como medida para mitigar a crise internacional de 2008, pois tratava-se de um programa que fomentava a construção habitacional, uma vez

que se percebeu que a bolsa de valores ligada aos empreendimentos imobiliários, de certa forma, apresentava-se na contramão da crise; além disso o setor da construção civil era o setor que mais gerava empregos (Fix, 2011).

Conforme Botelho (2007), as tratativas entre o segmento político local e o do empreendedor imobiliário geram alterações nas legislações que definem o perímetro urbano, o que favorece os proprietários fundiários locais (muitos deles inseridos na política local), uma vez que esses, geralmente, incorporam áreas precárias em infraestrutura e em condições de acesso ao urbano.

Nesse sentido, o programa permitiu o acesso à habitação para uma boa parte da população, mas, ao mesmo tempo, “facilitou” a apropriação de renda pelos proprietários de terra, além de ter gerado novos problemas em relação ao alto custo do fornecimento de infraestrutura para essas novas áreas. Segundo afirma Fix (2011, p. 143):

O espraiamento resultante desse modelo tem alto custo para o poder público, uma vez que a rede de infraestrutura (sistema viário, água, saneamento, energia etc.), transportes e serviços (escola, cultura, lazer etc.) terá que ser estendida. O pacote foi inicialmente lançado sem estímulo à ocupação de imóveis construídos vagos, apesar dos inúmeros edifícios vazios existentes nos centros urbanos e das políticas urbanas já elaboradas para favorecer seu uso. Prevalece, assim, a lógica de produção que interessa ao setor da construção.

Para Rodrigues (2007), existe contradição entre o direito à moradia e o direito à cidade, posto que os conjuntos habitacionais financiados pelo Estado voltados à população de baixa renda vêm sendo construídos de maneira descontínua na malha urbana e em áreas sem infraestrutura básica.

Aqui vale reforçarmos que o direito à cidade não está restrito ao ato de morar. Envolve o acesso ao que a cidade oferece em termos de trabalho, lazer, entre outros. Contudo, as políticas habitacionais acabam por impor aos moradores áreas distantes e desprovidas de infraestrutura, equipamentos e serviços, materializando, conforme Lopes e Souza (2017), as contradições da sociedade de classes.

Em Campo Grande, os conjuntos habitacionais do PMCMV foram distribuídos espacialmente de maneira heterogênea em relação às sete regiões urbanas da cidade. Wirti (2019) apresenta dados com recorte temporal de obras dos empreendimentos iniciados entre 2009 e 2012; dados atualizados por esta pesquisa

relativos a obras iniciadas após 2012, com 100% de entrega, segundo informação disponibilizada no SIS HAB.

Na tabela 1, é possível verificarmos as regiões urbanas de implantação dos empreendimentos da faixa 1, do PMCMV, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

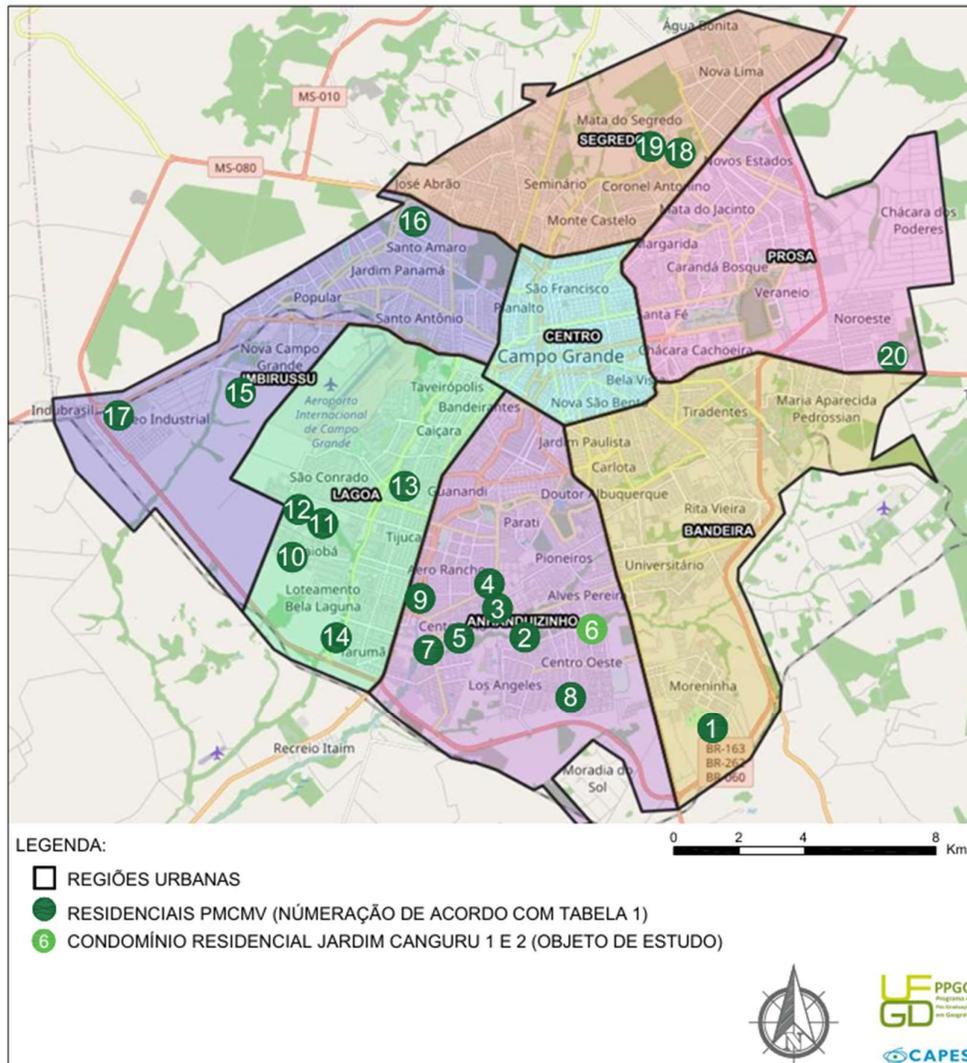
Tabela 1 - Campo Grande – MS (2023). Loteamentos/ Conjuntos Habitacionais (por região urbana).

REGIÃO	NUM.	LOTEAMENTOS/ CONJUNTOS HABITACIONAIS	Unidades Habitacionais
BANDEIRA	1	Residencial José Maksoud	482
ANHANDUIZINHO	2	Residencial Reinaldo Bussaneli 1 e 2	768
	3	Residencial Sebastião Melo	192
	4	Residencial José de Alencar 1 e 2	320
	5	Residencial Albino Coimbra 1 e 2	288
	6	Residencial Jardim Canguru 1 e 2	300
	7	Residencial Zenóbio dos Santos	192
	8	Residencial Rui Pimentel 1 e 2	260
	9	Residencial Aero Rancho Ch7, Ch8*	448
	LAGOA	10	Conjunto Habitacional Celina Jallad 1 ao 8
11		Residencial Fernanda 1 ao 5	860
12		Residencial João Alberto Amorim dos Santos	292
13		Residencial Brizola 1 e 2	272
14		Residencial Portal das Laranjeiras*	368
IMBIRUSSU	15	Residencial Nelson Trad	1624
	16	Cond. Res. Sirio Libanes I, II e III*	256
	17	Cond. Res. Jardim Inapolis*	66
SEGREDO	18	Conjunto Habitacional Atílio Toniazzo	176
	19	Conjunto Residencial Ari Abussafi/Gregório Corrêa	313
PROSA	20	Residencial Nova Serrana	213
		TOTAL	9160

Fonte: Almeida, (2023).

Segundo Wirti (2019), seis dos conjuntos pesquisados localizam-se próximos aos limites do perímetro urbano, são eles: Loteamento José Maksoud; Residencial Celina Jallad, 1 ao 8; Residencial Fernanda, 1 ao 5; Residencial Nova Serrana; Residencial João Alberto Amorim dos Santos e o Residencial Nelson Trad. Os demais conjuntos, ainda que não estejam localizados nos limites do perímetro urbano, encontram-se distantes da área central. Conforme apresentado no mapa 6.

Mapa 6 - Campo Grande – MS. Posição geográfica dos Loteamentos e Conjuntos habitacionais (2018).



Fonte: <https://simgeocidadao.campogrande.ms.gov.br/> gerado por Almeida (2023).

Os empreendimentos, residencial jardim Inápolis (17), Portal das Laranjeiras (14), Aero Rancho ch7 e ch8 (9) e o Sírio Libanês (16) foram iniciados e concluídos posteriormente à pesquisa de Wirti (2019), seguindo o mesmo padrão de implantação com grande distância em relação à área central.

Nesse sentido percebemos que o distanciamento das áreas centrais está intrinsecamente ligado a demandas do setor imobiliário e da construção civil, que buscam grandes terrenos, com valor mais acessível, geralmente encontrados nas

periferias das cidades, o que pode corroborar para o surgimento de novos vazios urbanos, já que muitas famílias vão sendo deslocadas para as periferias.

A seguir, antes de apresentarmos o Jardim Canguru (objeto de nossa análise), apontamos características de alguns empreendimentos implantados. Quando consideramos os de Interesse Social – Faixa 1 – do Programa, temos o Residencial Jardim Inápolis (Figura 1), formado por três residenciais com 20 apartamentos cada um. Cada residencial tem 5 blocos, com 4 apartamentos cada, e 1 bloco com 6 apartamentos de 46,66 m<sup>2</sup>. Entregue em 2020, esse empreendimento começou a apresentar problemas estruturais e de qualidade de materiais em 2022<sup>3</sup>.

Figura 1 - Campo Grande – MS. PMCMV. Residencial Jardim Inápolis (2023).



Fonte: Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB).

Segundo a AGEHAB, o residencial Portal das Laranjeiras<sup>4</sup> (Figura 2) possui, por sua vez, 368 unidades habitacionais, cada unidade é constituída por área útil de 46,63 m<sup>2</sup>, divididos em dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. Conta ainda com quiosques com churrasqueira, playground, quadras de esportes, além de uma vaga de estacionamento para carros, relativa a cada apartamento; 36 vagas para motos e 35 vagas entre carros e motos, para visitantes.

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/moradores-de-apartamentos-recem-entregues-reclamam-de-irregularidades-na-obra>

<sup>4</sup> Disponível em <https://www.agehab.ms.gov.br/familias-beneficiadas-com-apartamento-no-portal-laranjeiras-vao-assinar-o-contrato-e-receber-as-chaves-na-proxima-segunda-feira-23/>

Figura 2 - Campo Grande – MS. PMCMV. Residencial Portal das Laranjeiras (2023).



Fonte: Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB)

Conforme reportagem da Prefeitura Municipal de Campo Grande<sup>5</sup>, o residencial Aero Rancho CH 7 (Figura 3) possui 14 blocos, 4 por andar; um total de 224 apartamentos com dimensão de 39,92 metros quadrados cada. O Aero Rancho CH8 também possui 14 blocos, 4 por andar, com um total de 224 apartamentos, tendo, cada unidade habitacional, 39,92 metros quadrados.

Figura 3 - Campo Grande – MS. PMCMV. Residencial Aero Rancho CH7 e CH8 (2023).



Fonte: Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB).

<sup>5</sup> Disponível em <https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/beneficiarios-dos-residenciais-aero-rancho-ch7-e-ch8-sao-convocados-para-realizar-a-vistoria-dos-imoveis/>

De acordo, ainda, com a AGEHAB, os Residenciais Sírio Libanês I, II e III<sup>6</sup> (Figura 4) foram entregues para famílias carentes em 2021. Contam com 256 apartamentos, com área privativa de 46,63 metros quadrados cada um. A habitação possui dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. Os apartamentos também contam com área externa, envolvendo quiosques, playground, quadra de esportes de areia, guarita, estacionamento com 26 vagas para motos e mais 17 vagas entre carros e motos, para visitantes, totalizando 299 vagas para veículos.

Figura 4 - Campo Grande – MS. PMCMV. Residencial Sírio Libanês I, II e III (2023).



Foto: Almeida (2023).

A seguir deteremos nossa análise sobre o espaço do Residencial Jardim Canguru, destacando a localização, o entorno imediato, os equipamentos urbanos e sociais.

O residencial Jardim Canguru (Foto 5) conta com 18 blocos, contendo 16 apartamentos cada, e um bloco de 12 moradias, totalizando 300 unidades

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.agehab.ms.gov.br/poderes-falam-de-unidade-durante-entrega-do-sirio-libanes-i-ii-e-iii-e-beneficiarios-celebram-conquista-da-casa-propria/>

habitacionais<sup>7</sup>. Os apartamentos possuem 47,01 metros quadrados e contam com dois quartos, sala, banheiro e cozinha integrada com área de serviço. O residencial possui guarita, centro comunitário, playground e quadra poliesportiva, além de vagas de estacionamento para carros e motos. Foi implantado em uma área doada pela Prefeitura de Campo Grande.

O empreendimento, escolhido como objeto de estudo, teve suas obras iniciadas no final do ano de 2018 e entregues no ano de 2022. Desde então, teve destaque em inúmeras manchetes de sites e jornais devido a anúncios relacionados à venda ilegal de apartamentos<sup>8</sup>. O bairro ficou também em evidência nas mídias por questões relacionadas à segurança e ao aumento de usuários de drogas<sup>9</sup>, a fatos relacionados a abandono de crianças no próprio residencial<sup>10</sup>. Nesse sentido, o residencial (Figura 5) chamou-nos a atenção, despertando nosso interesse em compreender mais de perto essa realidade, sobretudo, no que diz respeito aos problemas cotidianos das mulheres.

---

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.agehab.ms.gov.br/contratos-com-beneficiarios-do-residencial-jardim-canguru-serao-assinados-nesta-quarta-feira/>

<sup>8</sup> Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/revenda-no-residencial-canguru-e-tipico-negocio-de-grego;>

<sup>9</sup> Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/visitado-por-presidente-jardim-canguru-reclama-por-asfalto-e-ve-avanco-da-droga>

<sup>10</sup> Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mae-de-criancas-resgatadas-em-meio-ao-lixo-se-diz-arrependida>

Figura 5 - Campo Grande – MS. PMCMV. Residencial Jardim Canguru (2023).

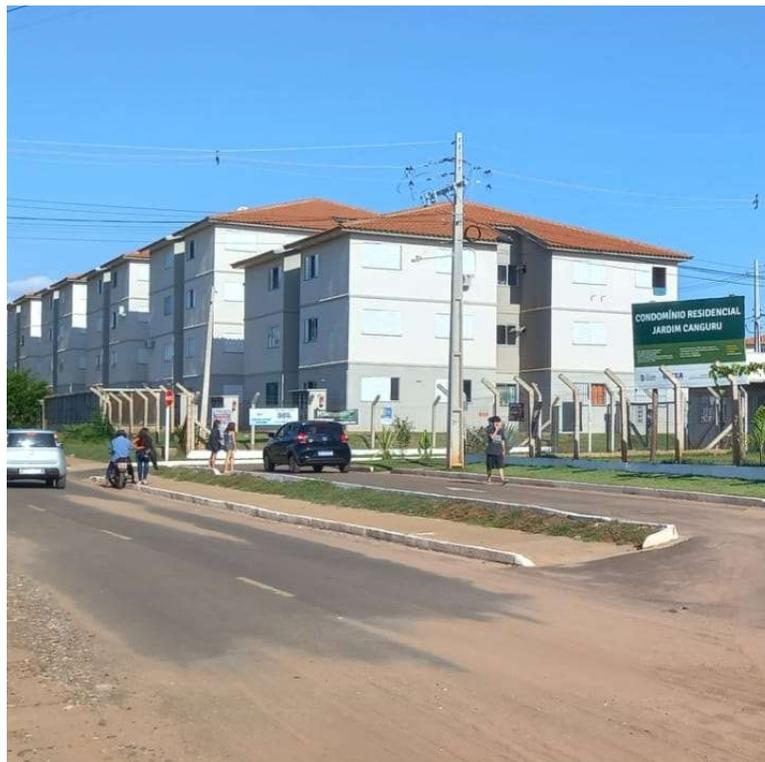
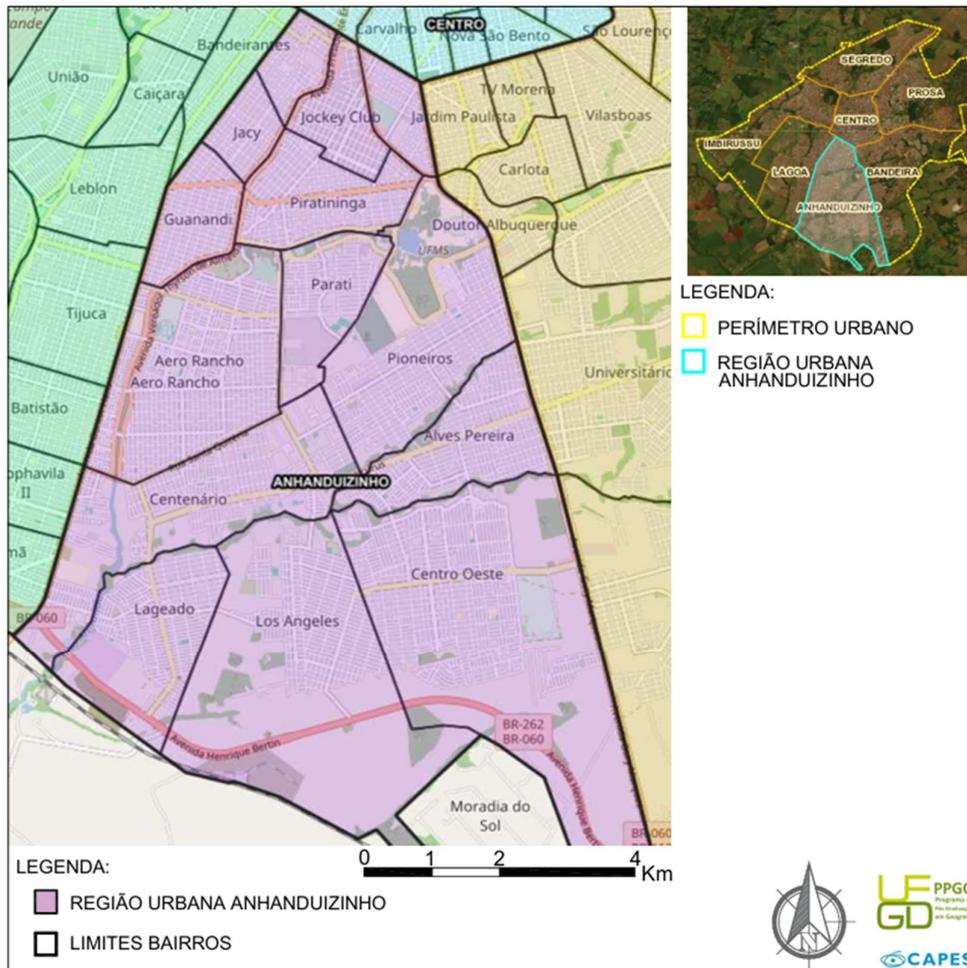


Foto: Almeida (2023).

O Residencial localiza-se na região urbana Anhanduizinho, no bairro Centro Oeste, na Rua Betoia, n.º 129. A região tem 185.558 mil habitantes (conforme aponta o anexo 4.1 – Regiões Urbanas – Lei Complementar N.º 341/2018), dispostos em quatorze bairros: Centro Oeste; Los Angeles; Lageado; Alves Pereira; Centenário; Pioneiros; Parati; Aero Rancho; Guanandi; Piratininga; Jacy; Jockey Clube; América e Taquarussu. Vejamos o Mapa 7 a seguir.

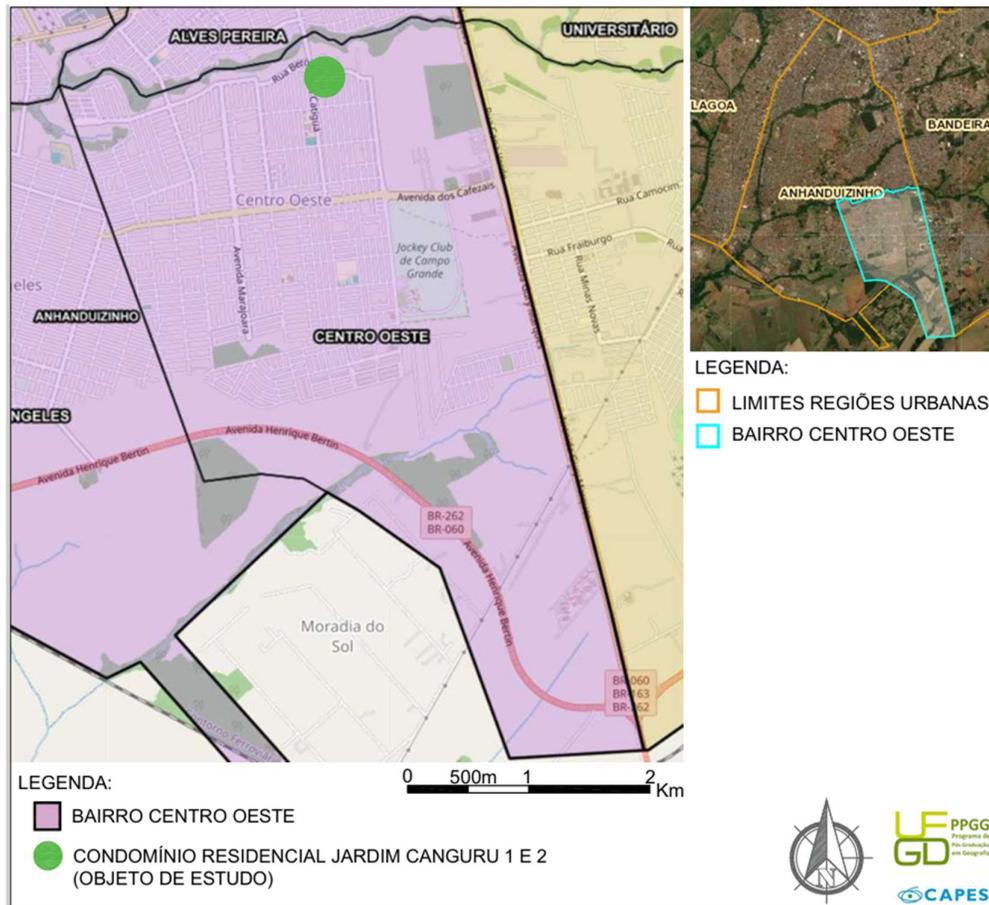
Mapa 7 - Campo Grande – MS. Região Urbana Anhanduizinho e Bairros (2018).



Fonte: <https://simgeocidadeo.campogrande.ms.gov.br/> gerado por Almeida (2023).

O bairro Centro Oeste limita-se com os bairros Los Angeles, Alves Pereira e Moreninha, localizado na região urbana Bandeira. Tem aproximadamente 13% da população total da região urbana Anhanduizinho, conforme observado no Mapa 8 na sequência.

Mapa 8 - Campo Grande – MS. Bairro Centro Oeste e Residencial Canguru (2018).



Fonte: <https://simgeocidadao.campogrande.ms.gov.br/> gerado por Almeida (2023).

O bairro conta com quatro Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI): EMEI Engenheiro Valdemir Correa de Rezende; EMEI Maria Carlota Tibau de Vasconcelos; EMEI Ivone Calarge Zahran e EMEI Varanda dos Campos, o que pode ser observado no Mapa 9.

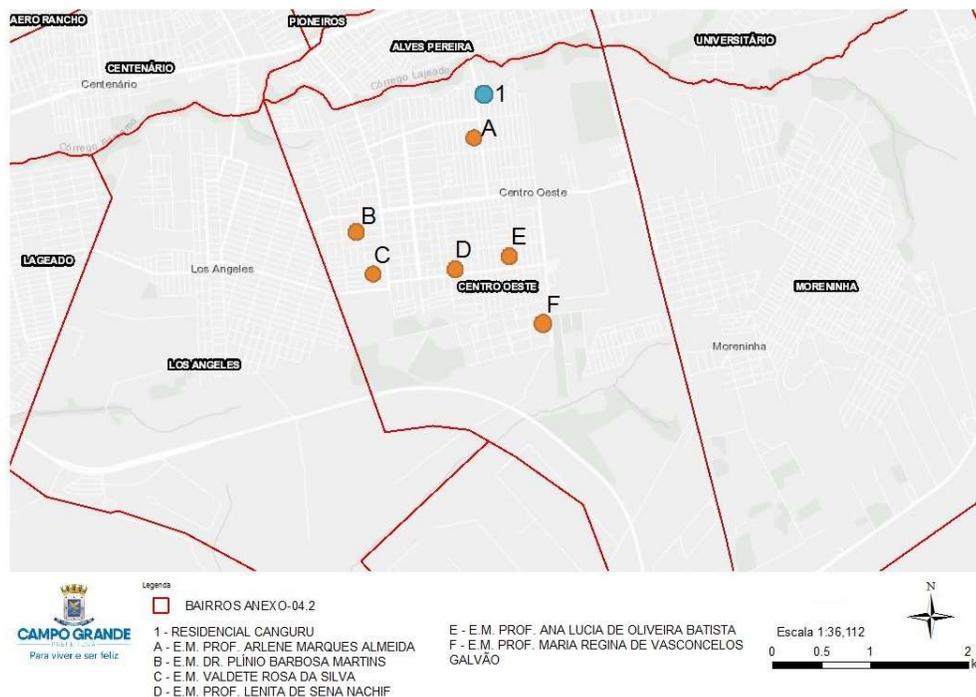
Mapa 9 - Campo Grande – MS. EMEIs no entorno do Residencial (2018).



Fonte: <https://simgeocidadao.campogrande.ms.gov.br/> gerado por Almeida (2023).

Conta também com seis escolas municipais, sendo elas: Professora Arlene Marques de Almeida; Professora Lenita de Sena Nashif; Valdete Rosa da Silva; Professora Maria Regina de Vasconcelos Galvão; Doutor Plínio Barbosa Martins e Professora Ana Lucia de Oliveira Batista, conforme Mapa 10.

Mapa 10 - Campo Grande – MS. Escolas Municipais no Bairro Centro Oeste (2018).



Fonte: <https://simgeocidadao.campogrande.ms.gov.br/> gerado por Almeida (2023).

No bairro Centro Oeste não há nenhuma escola estadual. As escolas estaduais mais próximas se encontram nos bairros adjacentes. No bairro Alves Pereira fica a Escola Estadual Teotônio Vilela; no bairro Los Angeles fica a Escola Estadual Marçal de Souza Tupã-Y; e, no bairro Moreninha, a Escola Estadual Professora Izaura Higa, conforme Mapa 11.

Mapa 11 - Campo Grande – MS. Escolas Estaduais nos Bairros adjacentes ao Centro Oeste (2018).

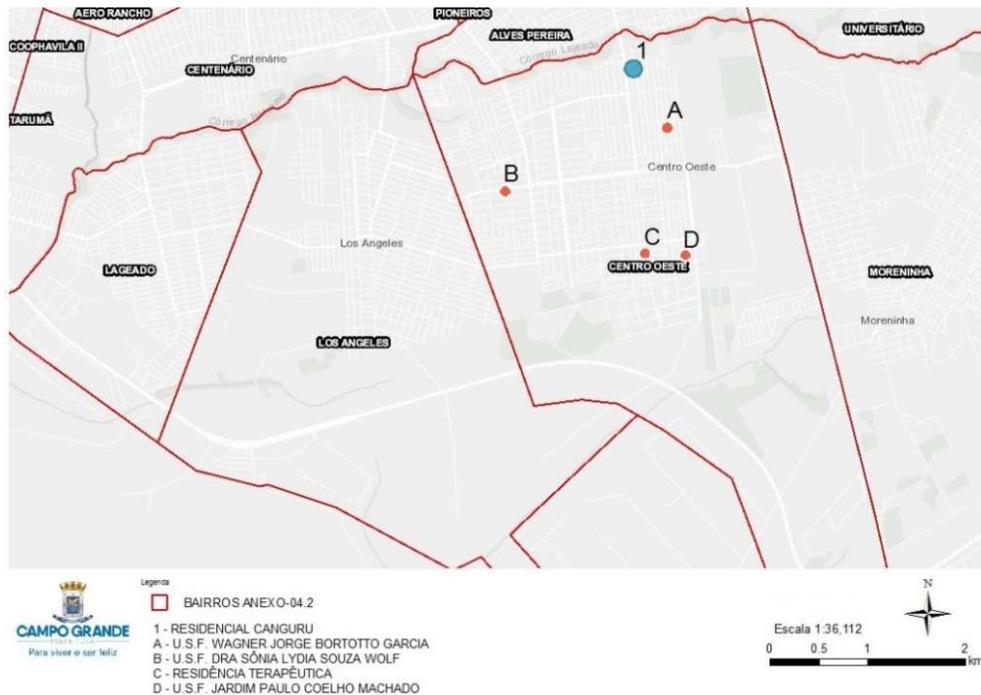


Fonte: <https://simgeocidadao.campogrande.ms.gov.br/> gerado por Almeida (2023).

Também não existem no bairro Escolas Rurais, Federais, Universidades públicas ou privadas. A universidade pública mais próxima é a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul que fica a aproximadamente 6 quilômetros, no bairro Pioneiros.

Quanto a unidades de saúde, o Centro Oeste conta com quatro, sendo elas: Unidade de Saúde da Família, Dr. Wagner Jorge Bortotto Garcia; Unidade de Saúde da Família, Dra. Sônia Lydia Souza Wolf; Residência Terapêutica (atendimento a pessoas em sofrimento mental); Unidade de Saúde da Família, Jardim Paulo Coelho Machado. Veja-se o Mapa 12.

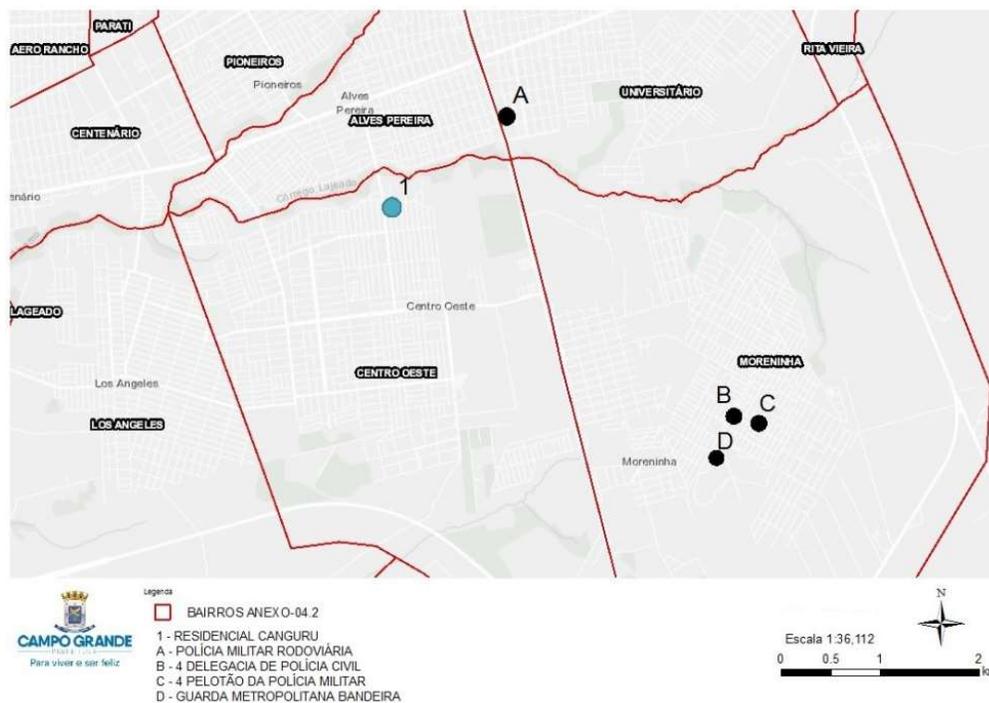
Mapa 12 - Campo Grande – MS. Unidades de Saúde no Bairro Centro Oeste (2018).



Fonte: <https://simgeocidadeo.campogrande.ms.gov.br/> gerado por Almeida (2023).

Em relação à segurança pública, verificamos que não há, no bairro sob análise, destacamentos de Polícia Militar, Guarda Metropolitana ou Polícia Civil. No bairro Universitário existe um destacamento da Polícia Militar Rodoviária, e no bairro Moreninha existem destacamentos da Polícia Militar, Guarda Metropolitana e Polícia Civil, o que pode ser visualizado no Mapa 13.

Mapa 13 - Campo Grande – MS. Destacamentos policiais nos bairros adjacentes ao Centro Oeste (2018).



Fonte: <https://simgeocidadao.campogrande.ms.gov.br/> gerado por Almeida (2023).

Percebemos que o estudo do processo de expansão territorial urbana de Campo Grande demonstra como eventos históricos, políticas públicas e interesses econômicos acabaram moldando a configuração socioespacial da cidade ao longo do tempo. Desde os primeiros movimentos migratórios até as intervenções do Estado, a cidade foi sendo transformada, refletindo diretamente questões relacionadas às dinâmicas do mercado imobiliário e às demandas por moradia. Analisando espaço-temporalmente fica evidente a distribuição desigual dos empreendimentos habitacionais de interesse social, concentrados cada vez mais nas franjas da cidade, afastadas do centro urbano, o que contribui consideravelmente para a segregação socioespacial.

Dessa forma, fica evidente que a relação entre as políticas habitacionais, a especulação imobiliária e a infraestrutura urbana torna-se grande desafio devido às contradições, em que a busca por lucro se sobrepõe ao direito à cidade e à qualidade de vida da população.

Essa realidade sinaliza para a necessidade de se repensar as políticas públicas de habitação e o desenvolvimento urbano, buscando abordagens mais integrativas, considerando não apenas a dimensão física do espaço urbano como também as dimensões sociais, culturais e econômicas para se garantir o acesso equitativo à infraestrutura urbana. Além disso, é preciso assegurar que os mecanismos de controle e fiscalização do uso e ocupação do solo urbano estejam fortalecidos e em pleno funcionamento, de modo a evitar a expansão urbana descontínua e, ao mesmo tempo, garantir a preservação dos recursos naturais e culturais da cidade.

Após tais considerações, nos capítulos subsequentes, buscaremos explorar as dimensões do processo de segregação socioespacial, tendo em vista a condição da mulher.

### CAPÍTULO 3

#### O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UM OLHAR SOBRE A CONDIÇÃO DAS MULHERES

Neste capítulo objetivamos compreender relações espaciais e sociais e mecanismos de segregação socioespacial, a partir de considerações sobre a condição da mulher nesse processo.

Quando refletimos sobre segregação, observamos que muitos estudiosos apoiam seus estudos acerca do tema sob perspectivas distintas. Prêteceille (2004), por exemplo, argumenta que a análise crítica da segregação em países pioneiros em estudos sobre cidades baseou-se inicialmente na Escola de Chicago<sup>11</sup> ou “Escola de Ecologia Humana”.

Segundo Sposito (2013), essa corrente de pensamento relacionava a segregação ao uso residencial do espaço, por meio de um processo de competição que acabou homogeneizando as questões socioeconômicas e/ou culturais das áreas.

Corrêa (2013) defende que a segregação residencial das classes subalternas é o resultado da política de classe executada por quem tem o poder nas mãos e assim controla os diferentes meios de produção.

Park (1970), por sua vez, pondera que os padrões urbanos são explicados pela “natureza humana” por meio dos anseios bióticos e culturais do sujeito.

Gostos e conveniências pessoais, interesses vocacionais e econômicos tendem infalivelmente a segregar e, por conseguinte a classificar as populações das grandes cidades. Dessa forma a cidade adquire uma organização e distribuição da população que nem é projetada nem planejada (Park, 1970, p.29).

Para Corrêa (2013) esse processo manifesta-se por intermédio de áreas que concentram determinados grupos sociais com características homogêneas que viabilizam a existência e a reprodução desses grupos.

---

<sup>11</sup> A Escola de Chicago apresenta ampla lista de autores associados que promovem grandes contribuições teóricas sobre a corrente de pensamento ecológica dentro dos estudos urbanos, dos quais destacam-se Robert Park, Ernest Burgess, Roderick Mckenzie e Louis Wirth.

Cumpramos assinalarmos que o sistema capitalista promoveu significativa disparidade entre a distribuição de renda (concentrada em uma pequena parte da população) e a disseminação da pobreza. As cidades brasileiras foram bastante impactadas por esse processo, posto que apresentam desigualdades interurbanas e intraurbanas. Dessa maneira, vemos o mercado atuando ativamente no processo de segregação, visto que estabelece padrões de preços da terra urbana e da habitação, induzindo a escolha dentro dos limites do que se pode pagar pela moradia (Corrêa, 2013).

Para tratar de segregação socioespacial, abordaremos a perspectiva de autores influenciados pelo pensamento Marxista, que passam a analisar a segregação descartando a ideia de processo comum e natural da cidade. E, nesse sentido, é avaliada como consequência das relações sociais contraditórias (Vieira, 2006). Lefebvre (1991), por exemplo, aponta em seus estudos que as tendências e as práticas da segregação não surgem naturalmente e trazem consequências para a morfologia da cidade.

Vale lembrarmos que, etimologicamente, segregar é o ato de separar, isolar, evitar aproximação, pôr-se à margem. Assim, Sposito (1996) aborda a questão sob o viés da segregação involuntária e voluntária. A segregação involuntária trata-se de concentração não intencional de um determinado grupo em áreas específicas da cidade. Um exemplo são os grupos de baixa renda, que tendem a concentrar-se nas periferias onde o custo de moradia é mais baixo. Já a segregação voluntária é exemplificada pelos atuais modelos de residenciais e loteamentos fechados em que pessoas se separam intencionalmente de outros grupos sociais e/ou de classes. Sobre a segregação voluntária, Sposito (2013) argumenta:

Vários moradores desses empreendimentos, depois de se deslocarem da cidade 'aberta' para esses novos *habitats*, passam a se referir aos 'outros' para falar dos que estão fora dos muros. Revelam, em seus discursos, o prestígio social que julgam alcançar ao se aproximarem das formas de moradia da elite e da classe média, mostram que desejam se distinguir dos que não moram em espaços residenciais fechados, embora há pouco tempo estivessem na mesma situação (Sposito, 2013, p.69).

A forma de urbanismo brasileiro tratou de pensar a cidade por meio de mecanismos de planejamento, como os Planos Diretores, as Leis de Uso e Ocupação do Solo Urbano, os Códigos de Obras, o Zoneamento, dentre outros. Notamos, então,

a legitimação jurídica para práticas segregadoras, por meio da definição de parâmetros urbanísticos que separam intencionalmente os diferentes segmentos sociais no espaço, delimitando áreas de ricos e de pobres.

Desse modo, a segregação, um fenômeno que acompanha o desenvolvimento do urbanismo, torna-se acentuada na segunda metade do século XX, devido aos mecanismos de reprodução do capital e às mudanças ocasionadas na sociedade com a globalização.

Lojkine (1981) considera que existem duas dimensões centrais de análise. Na primeira destaca o papel dos proprietários fundiários na configuração da renda da terra, já que eles detêm e controlam a ocupação e a formulação dos preços da terra urbana. Na segunda dimensão, destaca o papel do Estado como legitimador de práticas segregadoras, por meio de planos urbanos que legitimam a intervenção do espaço, promovendo a sua elitização.

Aqui convém ressaltarmos que o segundo elemento indicado pelo autor vem ao encontro de nossas reflexões, visto que o Estado, via produção habitacional, tem imposto mecanismos segregadores.

Para Corrêa (2013, p. 41-42):

A política em tela se faz por meio da legislação que estabelece normas urbanísticas e tributações diferenciadas no espaço urbano, assim como por meio de obras públicas distintas direcionadas para os diferentes grupos sociais. O controle da terra urbana, especialmente aquela localizada na periferia, viabiliza explícitas políticas de segregação imposta ou induzida.

Salas e Castro (1993) destacam a apropriação seletiva do espaço, garantida pelas legislações urbanas, considera o Estado como o regulador de conflitos sociais, porém, no caso em estudo, observamos que a políticas habitacionais impactam diretamente na estruturação urbana e reafirmam os padrões de segregação.

Para Castells (2000, p. 250), nas situações em que a distância social se expressa sob uma perspectiva espacial tem-se a segregação urbana. Segundo o referido autor: “[...] a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia”.

Cabe aqui mencionarmos Brun (1994), que também buscou aprofundar o conceito de segregação, por meio da origem semântica do termo, que contém a ideia

de discriminação, pois demonstra uma prática voluntária com um ator responsável que afasta uma fração da população das zonas de moradias ocupadas por determinados segmentos sociais. Assim, delimita-se uma espécie de fronteira espacial com o objetivo de proteger os habitantes das zonas privilegiadas do mundo externo, ao mesmo tempo em que isola essa população.

Considerando os espaços residenciais fechados, Sposito (1996, p. 72) argumenta que segregação socioespacial se refere ao

[...] afastamento e isolamento, referindo-se a formas de expressão, no nível espacial, de um processo de diferenciação social, ou mesmo de acentuação da divisão social do espaço no interior da cidade, sem que necessariamente tenham se deliberado mecanismos de exclusão voluntária (embora isso também ocorra), como decorrência de práticas de discriminação.

Castells (2000), por seu turno, defende que a segregação urbana é o reflexo do social sobre o espacial, enquanto Villaça (1998) afirma ser necessária certa configuração espacial para tornar viável a dominação do espaço, sem essa organização, a dominação e a apropriação desigual dos resultados do trabalho investido na produção do espaço seriam, talvez, inviáveis – ou extremamente difíceis. A classe dominante utiliza a segregação para controlar o espaço urbano, moldando-o de acordo com seus próprios interesses.

O estudioso (2000) afirma ainda que a segregação urbana nas cidades brasileiras tem como questão central a localização, ou seja, compreende-se o espaço urbano não somente como espaço de produção, mas, sobretudo, como espaço de consumo. No ponto de vista do autor, a localização tem papel de destaque já que estão melhor situados na cidade aqueles que estão melhor localizados, tanto na reprodução do capital – no que diz respeito à produção, ao consumo e à distribuição –, como na reprodução da força do trabalho, no que se refere à moradia, ao lazer, ao consumo, dentre outros.

A partir da visão de diferentes autores, podemos perceber que há formas diferenciadas de considerar a segregação. Contudo, por entendermos o espaço como produto e produtor de relações sociais, adotaremos a concepção de segregação socioespacial, conforme Sposito (2013) e Sposito e Góes (2013). E, nesse sentido, partimos do pressuposto de que

[...] cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento,

sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana (Sposito, 2013, p.65).

Com isso fica evidente que a segregação não é um processo natural e sim uma construção social que amplia e aprofunda as desigualdades existentes na sociedade. Dessa forma, a segregação é um fenômeno de muitas facetas que engloba a distribuição desigual dos grupos sociais no espaço urbano e envolve aspectos simbólicos e culturais.

E, no que diz respeito ao papel das mulheres, são maiores os desafios enfrentados; portanto, relacionar gênero e espaço se torna fundamental para evidenciar as disparidades no acesso, por exemplo, à infraestrutura urbana e às inúmeras formas de resistência e de ressignificação do espaço pelas mulheres. Faz-se necessário também compreendermos que a segregação socioespacial tanto “molda” como é “moldada” pelas vivências femininas, e essa relação complexa acaba sendo reproduzida na vida e nas oportunidades das mulheres na cidade.

Assim, a segregação socioespacial, analisada sob o viés estrutural da cidade capitalista, gera impactos em processos que influenciam o cotidiano. A relação entre a produção do espaço urbano e a divisão sexual do trabalho advém das relações de poder que geram impactos significativos na participação da mulher na sociedade (Hirata, 2020).

No estudo aqui desenvolvido, parte-se da realidade enfrentada por mulheres que assumem dupla jornada de trabalho, que compreende o trabalho produtivo, remunerado, mas também o trabalho reprodutivo, ou seja, o trabalho de cuidadoras da casa, dos filhos. Delphy (2015) aponta que o trabalho produtivo se relaciona ao emprego formal e reconhecido e que o trabalho reprodutivo engloba as atividades domésticas e de assistência à família, ocorre tanto dentro de casa quanto fora; é um trabalho desvalorizado e subestimado.

Sob a perspectiva urbana, existe um agravante relacionado à produção da infraestrutura das cidades que não consideram a experiência feminina como embasamento, o que implica drasticamente o cotidiano das mulheres (Moreno, 2015).

Caldeira (2000) aponta que o espaço construído não é uma “área neutra” onde ocorre a reprodução das relações sociais. A qualidade desses espaços influencia diretamente a qualidade das relações sociais. Nessa perspectiva, entendemos que os mecanismos de segregação possuem relação com a condição de gênero, podendo

dificultar, sobretudo, para as mulheres, o acesso à infraestrutura, a equipamentos e a serviços. Assim, ainda que a casa própria seja imprescindível, que o PMCMV tenha possibilitado a titularidade das mulheres (o que constitui avanço, principalmente, quando consideramos outros programas habitacionais), há um processo de distanciamento imposto a elas, marcando mecanismos de segregação. Nesse sentido, sem a pretensão de discutir questões estritamente ligadas a gênero tecemos algumas ponderações importantes para pensarmos a questão do acesso à moradia e a dos desdobramentos dele decorrentes.

Segundo Hartman (1982), historicamente a sociedade capitalista influencia as desigualdades relacionadas aos processos de reprodução social e aos mecanismos político-ideológicos, baseando-se, geralmente, nas questões biológicas ou naturais que tentam justificar a desigualdade de gênero.

A divisão sexual do trabalho situa o homem no universo da produção e a mulher no da reprodução. Com isso, os homens, na maioria das vezes, apropriam-se das funções que ofertam melhores salários em diversas áreas de atuação. Essa forma de organização é regida pelos princípios de separação, em que ficam caracterizados trabalhos exclusivos de mulheres e trabalhos exclusivos de homens; e, pelo princípio da hierarquização, trabalhos executados por homens são mais valorizados que os executados por mulheres. Nessa direção, Kergoat (2007, p. 36) assevera:

Destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher).

Pesquisadores de diversas áreas, como da antropologia, da etnologia feminista argumentam que há uma relação de poder entre homens e mulheres e que as atividades não são exclusivas de mulheres, pois isso depende de cada lugar e cultura. Mas foi necessário que pesquisadoras se debruçassem em seus estudos para verificar que existiam muitos trabalhos sendo realizados de forma gratuita pelas mulheres, baseados, acima de tudo, no amor e no dever materno; invisíveis aos olhos da sociedade e realizados em benefício de outrem. De acordo com Kergoat (2007, p.37): “enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, que

este trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal”. Segundo Federici (2019, p. 74):

Desde que ‘feminino’ se tornou sinônimo de ‘dona de casa’, nós carregamos para qualquer lugar essa identidade e as habilidades domésticas que adquirimos ao nascer. É por isso que as possibilidades de emprego para mulheres são tão frequentemente uma extensão do trabalho doméstico, e o nosso caminho ao assalariamento muitas vezes nos leva a mais trabalho doméstico.

Até a década de 1960, a área da sociologia ainda não considerava a questão de gênero em suas pesquisas, limitava-se a estudos relativos à área da sociologia da família e à diferenciação dos papéis dos homens e das mulheres. O livro *A mulher na sociedade de classe: mitos e realidade* representou uma evolução nos estudos de gênero no Brasil. Com uma abordagem marxista, sinalizava para as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mundo do trabalho.

Hirata e Zarifian (2007) dizem que, a partir da década de 1970, até 1980, a sociologia do trabalho passa a reconsiderar a categoria de gênero. Os pensadores da sociologia julgavam o trabalho como assexuado, pois o homem era um sujeito universal. Desse modo, os pesquisadores começam a incluir em suas análises o sexo social e o trabalho reprodutivo, ampliando o entendimento de trabalho, incorporando os trabalhos não remunerados, não assalariados e não de mercado, por exemplo, o trabalho doméstico e informal. Nesse contexto, produção e reprodução, salário, família, classes sociais e sexo social são intrínsecos. Bruschini (2000, p. 16) reitera:

o significativo aumento das atividades das mulheres – uma das mais importantes transformações ocorridas no País desde os anos 70 – seria resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, em conjunturas específicas, mas também, em grande parte, das transformações demográficas, culturais e sociais que vêm ocorrendo no Brasil e que têm afetado as mulheres e as famílias brasileiras. A intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e regiões mais desenvolvidas do País, liberando-a para o trabalho. A expansão da escolaridade e o acesso às universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. [...] transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos 70 e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicaria não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo (Bruschini, 2000, p. 16).

Segundo Schwebel (2007), entende-se por trabalho reprodutivo as atividades realizadas no ambiente familiar, como cuidado, educação, acompanhamento dos filhos e adultos dependentes; geralmente executadas de forma gratuita pelas mulheres. Atividades administrativas e domésticas, artesanato e profissões liberais também entram nessa categoria de trabalho. No entanto, surgem movimentos que discutem esse tema por meio de perspectivas diferentes, as feministas tradicionais, por exemplo, valorizavam o trabalho e as feministas materialistas questionavam esse trabalho, pois ele oprimia as mulheres. Nos países ocidentais, mesmo com os avanços de inserção de mulheres em trabalhos produtivos, ainda existe uma prevalência de destinação de trabalho reprodutivo para as mulheres.

Campos e Oliveira (1975) apresentam as dificuldades que os movimentos feministas encontram para interpretação marxista das questões relacionadas à mulher, haja vista que os avanços em melhoria das condições femininas relativos à igualdade de gênero entram em contradição com a lógica do capitalismo que necessita da submissão das mulheres para se reproduzir.

O conceito de trabalho reprodutivo não é discutido pela sociedade com base em atividades remuneradas e, sim, nos termos da dupla/tripla jornada, acumulação, conciliação de tarefas e delegação de responsabilidades, em que as mulheres sofrem questionamentos sobre a conciliação do trabalho e da família nas mídias, enquanto os homens são raramente questionados. Dessa forma, entende-se que essa pressão da sociedade causa consequências significativas na vida das mulheres, afetando a continuidade dos estudos, a escolha de carreira, o estado civil, o lazer, a mobilidade urbana, a maternidade. Assim, a divisão sexual do trabalho reprodutivo ainda pressupõe que as mulheres são exclusivamente responsáveis pelas tarefas domésticas.

A maternidade e outros fatores também podem influenciar a carreira das mulheres, trazendo consequências como interrupção do trabalho, redução de jornada de trabalho, mudança de profissão para adequarem-se aos compromissos com os filhos. Além disso, podem aumentar as dificuldades para progressão salarial e de carreira.

Segundo Kovaleski (2002), a Revolução Industrial como marco histórico acabou consolidando os conceitos que influenciam a vida das mulheres até hoje: conceito esfera privada (para as mulheres), esfera pública (para os homens) e o

conceito de menor valor do trabalho da mulher. Esses conceitos já existiam na Grécia antiga e foram reforçados pela Revolução Francesa – vários estudiosos afirmavam que a mulher era incapaz de ver tudo o que é exterior ao mundo fechado da domesticidade.

Após a Revolução Francesa, estudiosos das áreas da filosofia, da política, da medicina, da religião e sindicalistas trataram de glorificar o papel da mãe, o anjo do lar, a guardiã da família e o futuro da nação. Segundo Badinter (1986), a família moderna adquiriu um novo modelo centrado na mãe que passa a adquirir uma importância jamais vista. De acordo com Scott (1991), o Estado acabou reforçando o papel reprodutor da mulher e conseqüentemente deixou para segundo plano a sua atividade produtiva.

Convém sublinhar que a mudança do local de trabalho das mulheres, saindo do mundo doméstico para as indústrias resultou em mulheres trabalhando somente antes de se casarem e antes de terem filhos, voltando ao trabalho apenas depois de terem criado os filhos; como consequência ficaram fadadas a subempregos com baixo salário (Scott, 1991).

Observamos que o avanço da atividade assalariada das mulheres foi um marco importante de sua transformação social, desde o início da Revolução Industrial. Muitas mudanças ocorreram, porém, ainda é necessário que muitas outras ocorram. O acesso à educação, ao emprego foram significativos, mas as desigualdades salariais e de carreira, assim como a precariedade de emprego são recorrentes. Nos séculos XX e XXI houve avanço no sentido de reconhecimento, pelos países ocidentais, do trabalho reprodutivo realizado por grande parte das mulheres, apesar de nenhum país ter solucionado o problema da dupla/tripla jornada das mulheres.

Em relação ao tema desigualdade associado às mulheres e à cidade, vale notarmos que na cidade, há "cidades" distintas. Mais do que uma expressão da diversidade, isso é reflexo das desigualdades. Recursos, infraestrutura, saneamento básico, equipamentos públicos e áreas de lazer não são distribuídos igualmente, concentrando-se geralmente nas áreas habitadas por segmentos de maior renda. Maricato (2000) afirma que existe uma exclusão urbanística, na qual uma parte da cidade permanece invisível, não se encaixa no mercado imobiliário legal/formal, e é ignorada pelo poder público ao planejar investimentos e políticas. Além disso, nesse

cenário, não só mulheres, mas também negros, imigrantes são invisíveis, vivendo realidades cotidianas complexas.

As construções sociais, no geral, consideram a experiência masculina como padrão universal. Nesse sentido, a estruturação das cidades tem como referência a vida de homens adultos, possuidores de emprego e de bens, como automóvel. Também, ao contrário da maioria das mulheres, a experiência dos homens, geralmente, não é marcada pelas responsabilidades de reprodução, pelo trabalho doméstico e pelos cuidados. Desse modo, a vivência cotidiana relativa a trabalho, deslocamentos, encontros e lazer varia significativamente entre homens e mulheres, e entre as próprias mulheres, em vista de sua classe, raça e nacionalidade (Moreno, 2015).

Essa lógica de produção dos espaços, na cidade, contribui ativamente para a reprodução de desigualdades. Quando, por exemplo, a maioria das ruas, praças e edifícios públicos recebem nomes masculinos, a memória das mulheres é apagada. Calçadas malconservadas, estreitas e cheias de obstáculos indicam que não foram projetadas tendo em vista a circulação de carrinhos de bebê, de crianças pequenas, de pessoas em cadeiras de rodas ou de idosos com mobilidade reduzida. Para Moreno (2015, p. 69):

Cada mulher tem um mapa em sua cabeça com informações que não estão sinalizadas, mas que todas conhecemos. A partir deste mapa mental decidimos, quando é possível, seguir pela rua que queremos, qual é mais iluminada, qual é mais movimentada, a hora que nos sentimos mais seguras para voltar para casa.

Importar notarmos que, para as mulheres, o direito à moradia adequada e à independência financeira estão interligados e se reforçam mutuamente. Por isso, é premente ressaltamos a importância do acesso a serviços públicos, como educação e saúde, que estão relacionados ao trabalho diário de cuidado e de atenção às pessoas que dependem delas.

Dessa maneira, entendemos que a relação entre a divisão sexual do trabalho e a organização urbana demonstra que existe uma dimensão socioespacial da divisão sexual do trabalho, que hierarquiza a produção e a reprodução da cidade e traz uma configuração urbana que impacta a vida e o cotidiano das mulheres, de maneira diferenciada.

Logicamente, as relações sociais não ocorrem fora do espaço social, ou seja, as relações sociais fazem parte do espaço social, ao mesmo tempo que são condicionadas por ele. Lefebvre (2013) argumenta que o espaço deve ser concebido como um produto socialmente produzido, fruto das relações sociais e econômicas predominantes em determinados períodos da história. Além disso, esse produto não é estático, advém da própria produção e gera impactos nas relações sociais. O espaço, para Lefebvre, é constituído como “produto-produtor”, tendo relação direta na produção e na reprodução da sociedade (Lefebvre, 2013).

Quando consideramos a cidade, na sua complexidade, a periferia surge como um cenário marcado por contrastes e desigualdades, revelando a segregação socioespacial de forma contundente. Nessa conjuntura, para a mulher, a realidade se torna mais complexa, refletindo e reforçando a divisão sexual do trabalho.

Relativamente aos empreendimentos do PMCMV- Faixa 1, enfatizamos que eles se encontram, em sua maioria, em áreas distantes do centro da cidade de Campo Grande. Assim, desprovidas de infraestrutura, de equipamentos e serviços as mulheres têm desafios intensificados e possibilidades restringidas. Isso mostra que a convergência entre gênero e espaço, nesses empreendimentos, acaba revelando as múltiplas facetas da segregação feminina.

Apesar desse contexto, entendemos que a titularidade feminina das moradias de interesse social, proporcionadas pelo PMCMV, desempenha papel importante na garantia da autonomia econômica das mulheres. A posse legal e o controle sobre a moradia têm impactos positivos nas oportunidades econômicas e na capacidade das mulheres tomarem as rédeas de suas vidas.

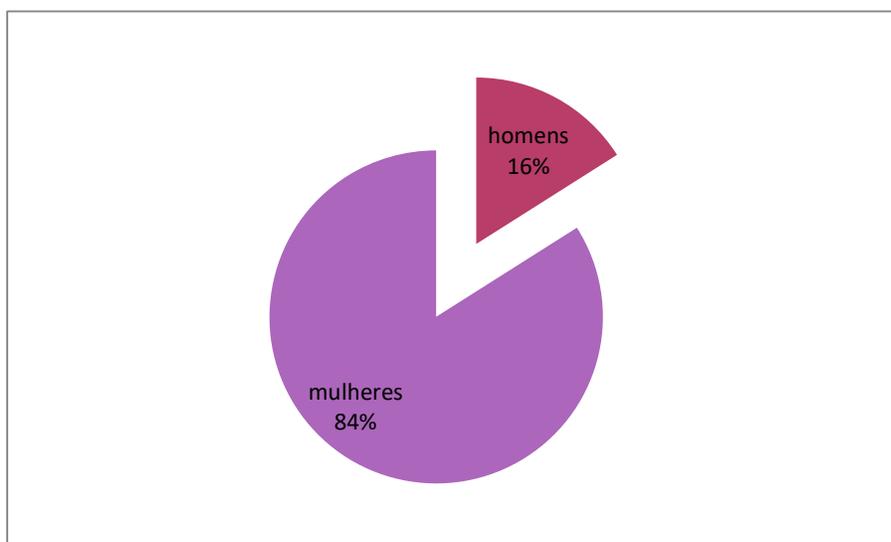
## CAPÍTULO 4

### A REALIDADE DAS MORADORAS E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Considerando a segregação socioespacial como conceito explicativo, neste capítulo, daremos ênfase à realidade das mulheres moradoras no empreendimento denominado Residencial Jardim Canguru.

Vale ressaltarmos que, buscando embasamento para a análise, efetuamos pesquisa documental, por meio de reportagem do Diário Oficial de Campo Grande, ano XXV, n. 6.598, de 30 de março de 2022. Nesse documento a Diretora-Presidente da Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários, no uso de suas atribuições legais, tornou pública a relação da designação, localização do bloco/pavimento, apartamento e a relação dos candidatos habilitados para as 300 unidades localizadas no Residencial Jardim Canguru, construídas com interveniência da Caixa Econômica Federal, gestora do Programa Casa Verde e Amarela (PMCMV). Nessa análise, foi possível identificarmos a participação expressiva das mulheres como designadas e habilitadas no programa, conforme representado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Campo Grande – MS. Relação de designados e habilitados para o Residencial Jardim Canguru (2023).



Fonte: Diário Oficial de Campo Grande. Elaborado por Almeida (2023).

Os dados permitem avaliarmos a relação entre homens e mulheres na aquisição dos 300 apartamentos do Residencial, o que torna esse estudo bastante relevante para compreendermos as especificidades, a partir dos conceitos de segregação socioespacial e divisão sexual do trabalho.

Aproximadamente 250 apartamentos são de titularidade de mulheres. Assim, aplicamos o questionário em 8% das mulheres titulares de apartamentos o que corresponde a 20 mulheres no total.

Analizamos a trajetória anterior relativa à moradia das entrevistadas, visando a compreendermos as condições de origem e as mudanças que a nova moradia trouxe para suas vidas. Debruçamo-nos a entender a realidade dessas moradoras em relação à diferenciação entre os espaços domésticos e públicos; entre o acesso à infraestrutura, ao transporte, à saúde e educação; à mobilidade urbana; aos padrões de deslocamentos, dentre outros. Para tanto, conforme apontado, um dos procedimentos metodológicos utilizados foi a observação participante.

Trazemos mapas indicando o trajeto a ser percorrido, a partir do residencial, até alguns locais: escola, equipamentos de saúde e de segurança, praça pública. Da mesma forma, apresentamos gráficos gerados a partir de questionários estruturados, aplicados a 20 moradoras do residencial.

Como forma de complementar a observação participante, adotamos a metodologia dos percursos urbanos (Jesus, Catelan e Calixto, 2022) para acompanhar/entender o trajeto das mulheres até os locais de seus trabalhos, até as principais áreas de lazer da cidade, postos de saúde, hospitais, creches e/ou escolas dos filhos, principais faculdades da cidade e delegacias mais próximas. Por meio de reflexão sobre os processos sociais que envolvem as mulheres, da contextualização e conexão com as informações obtidas, acompanhamos duas mães no trajeto até a escola (ou até a creche) dos filhos e, depois, até o local de trabalho.

A partir de dados secundários (aqueles que utilizam fontes de informações existentes), destacamos aqui a reportagem realizada pela jornalista Karina Campos, intitulada “Com a favela era melhor: Novo residencial não afastou Canguru do abandono e descaso”<sup>12</sup>. Um morador vizinho ao residencial fez o seguinte comentário:

O matagal alto e a escuridão favorecem uso de drogas, esconderijo de bandido e lixão para entulho. Quando os moradores da favela estavam, eles

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2023/com-a-favela-era-melhor-novo-condominio-nao-afastou-canguru-do-abandono-e-descaso/>

zelavam e cuidava. A noite tinha luz na casa deles. Era tudo simples, mas era muito melhor. De manhã tem gente que entra com a caminhonete e joga lixo, falamos e acham ruim, quase batem na gente. Nem a entrega ajudou na valorização. Se pelo menos cercassem, colocasse placa para evitar. Teve uma época que todo mundo se disponibilizou em iluminar por conta própria, eu fiz a fiação, mas não adiantou nada. Continuam jogando lixo e entrando no matagal (Fala de Alexandre Cardoso dos Santos, reportagem Midiamix, 12 de fevereiro de 2023).

Nos casos específicos das mulheres, podemos ressaltar as questões de violência, o acesso limitado à educação e à saúde. Situações bem ilustradas na mesma reportagem, a qual traz o relato de uma moradora que sofreu uma tentativa de abuso sexual. Voltando para casa durante a noite, ela foi arrastada para o matagal por um homem.

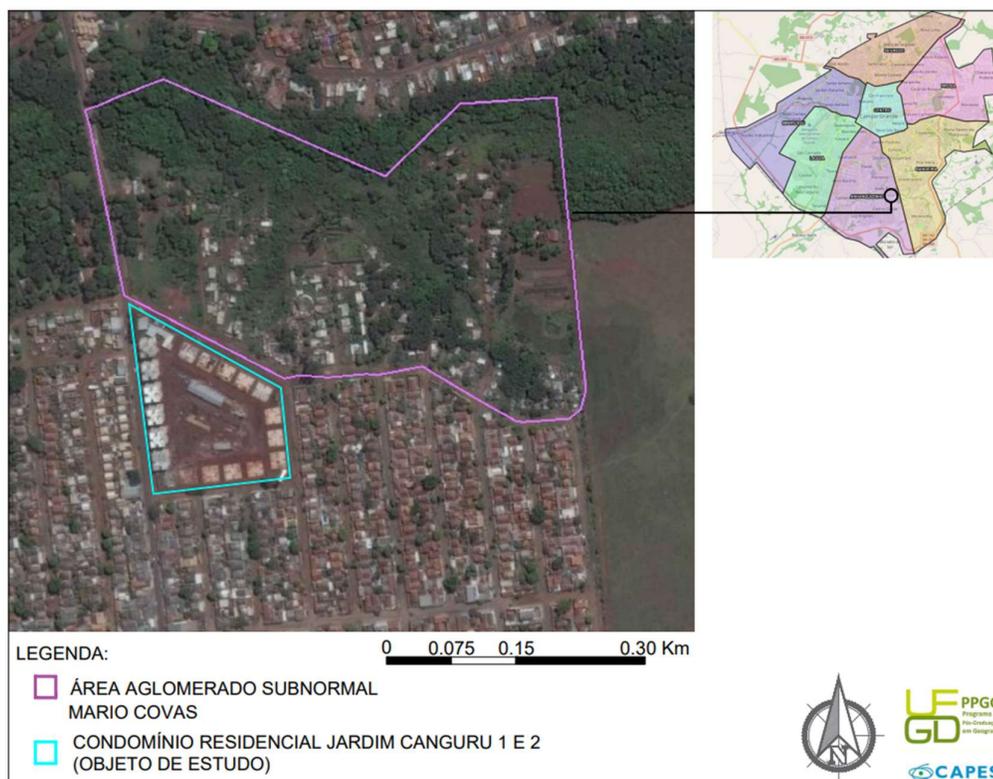
Vivo aqui há mais de 19 anos, toda minha família mora no bairro. No fim do ano passado aconteceu isso [tentativa de abuso], foi um susto. Meu marido disse para vender a casa, mas quem vai querer comprar e ter isso do lado? Eu queria começar o ano estudando, mas como vou se quando voltar para casa vou passar por medo e o risco de morrer aí dentro? (Sandra Regina de Souza Lindoca. Reportagem midiamix, 12 de fevereiro de 2023).

A figura 06, a seguir, demonstra a proximidade do Residencial Jardim Canguru com a área de ocupação denominada<sup>13</sup> Mário Covas.

---

<sup>13</sup> Segundo o IBGE, é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação.

Figura 6 - Campo Grande MS. Aglomerado subnormal (2018)



Fonte: <https://simgeocidadeo.campogrande.ms.gov.br/> gerado e adaptado por Almeida (2024).

Sublinhamos que poucas pessoas foram removidas desse aglomerado para o Residencial Canguru, muitas foram removidas para outras localidades. Atualmente a área tem acumulado lixo, mato alto, mosquitos e animais peçonhentos, assim como conta com novos “barracos” alocados.

A implantação do residencial no terreno em frente à referida área potencializa estigmas e preconceitos em relação aos moradores, afetando sua percepção e identidade social. A proximidade física não garante a integração social. Barreiras sociais, culturais e econômicas podem se perpetuar.

Para identificar o perfil das mulheres moradoras do Residencial Jardim Canguru iniciamos a fase de coleta de dados marcada por desafios que puseram em evidência questões relacionadas, por exemplo, a contradições relativas à distribuição de apartamentos do PMCMV. Distribuição que se deu em parceria entre a Prefeitura

Municipal de Campo Grande, a Amhasf (Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários) e a Agehab (Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul).

Houve dificuldade também, no início da pesquisa, em razão de a síndica do Residencial Canguru, que, embora tenha demonstrado, nos primeiros contatos, interesse em colaborar, posteriormente, se absteve de atender as inúmeras tentativas de contato realizadas. Sempre postergava o aceite de nossa entrada no residencial (que possui controle de acesso), sob a alegação de que ela estava sem tempo para auxiliar no andamento da pesquisa.

Desse modo, para não interrompermos o estudo, adotamos o seguinte procedimento para aplicação dos questionários estruturados: passamos a abordar as moradoras, pelo lado de fora do residencial, no momento em que entravam e/ou saíam do local.

Durante essas interações, surgiu um quadro muito mais complexo do que o inicialmente previsto. Ficou evidente o fato de que muitas mulheres não eram as verdadeiras titulares dos apartamentos e o de que se autodeclaravam “chefes de família” (já que juridicamente eram solteiras), ocultando o companheiro na composição de renda. Situação que contradiz com um dos critérios nacionais de priorização: “famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração”.<sup>14</sup>

As moradoras também demonstravam receio em fornecer informações precisas, temendo prejudicar a si mesmas e aos verdadeiros titulares das unidades habitacionais. Na Faixa 1, os beneficiários não podem, na vigência do contrato, ceder, emprestar ou alugar o apartamento para outra pessoa.

[...] o imóvel destina-se exclusivamente para a residência do beneficiário e sua família e deve ser ocupado no prazo estabelecido pelo Ente Público e pela CAIXA. A venda, o aluguel, o abandono ou a cessão a qualquer título do imóvel não são permitidos durante a vigência do contrato (Caixa Econômica Federal (2023))<sup>15</sup>.

Propusemos inicialmente uma amostra de 10% da população de moradoras titulares dos apartamentos, o que corresponderia a 25 mulheres. No entanto, com o

---

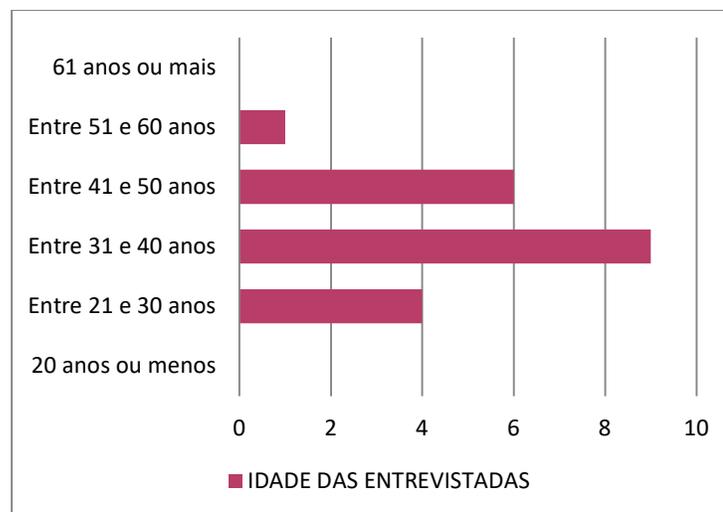
<sup>14</sup> Disponível em: [https://www.agehab.ms.gov.br/criterios-de-priorizacao-2/#:~:text=fam%C3%ADlias%20com%20filho%20\(s\)%20em,3](https://www.agehab.ms.gov.br/criterios-de-priorizacao-2/#:~:text=fam%C3%ADlias%20com%20filho%20(s)%20em,3).

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/faixa-I/Paginas/default.aspx>

andamento do trabalho de campo e com os percalços ocorridos, só foi possível conversar com 8% das titulares dos apartamentos, o que correspondeu a 20 mulheres.

No gráfico 3, podemos identificar nove mulheres com idade entre 31 a 40 anos; seis mulheres com idade entre 41 a 50 anos; quatro mulheres com idade entre 21 a 30 anos; e uma mulher com idade entre 51 a 60 anos. A importância de registrarmos a idade das moradoras está relacionada à interpretação de informações significativas em relação às perspectivas e às experiências femininas nas diferentes faixas etárias, a seus papéis familiares e profissionais.

Gráfico 3 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Idade das moradoras (2023).



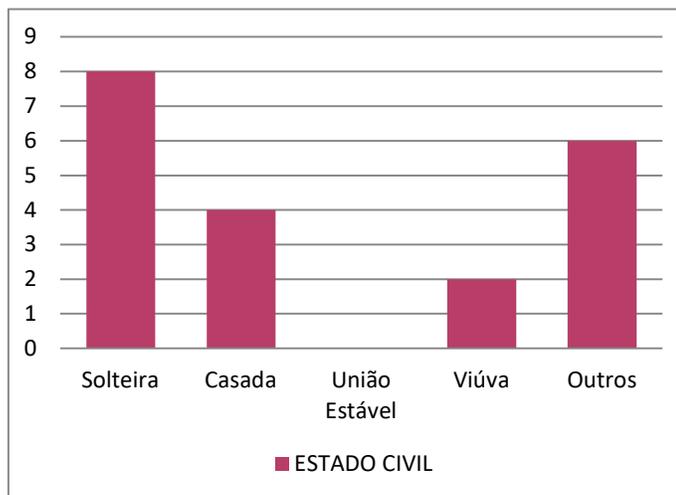
Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

Cumpramos sublinharmos que a identificação do estado civil das moradoras do residencial foi relevante uma vez que é considerado fator decisivo na pontuação para se eleger as beneficiárias do programa. Além disso, influencia no acesso a benefícios sociais e assistenciais em termos de auxílio do governo. Salientamos que o estado civil poderá ainda servir para detectar maior vulnerabilidade em relação às mulheres solteiras, auxiliando na formulação de políticas habitacionais para um grupo de mulheres específico, assim como para o de mulheres com maior risco de violência doméstica.

Nesse sentido, verificamos, no Gráfico 4, que há, no residencial, a prevalência de mulheres solteiras (oito mulheres); além de seis mulheres com estado civil “outros”

(amasiadas, morando junto); de quatro mulheres casadas; e de duas mulheres viúvas. Ninguém respondeu viver em união estável.

Gráfico 4 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Estado civil das moradoras (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

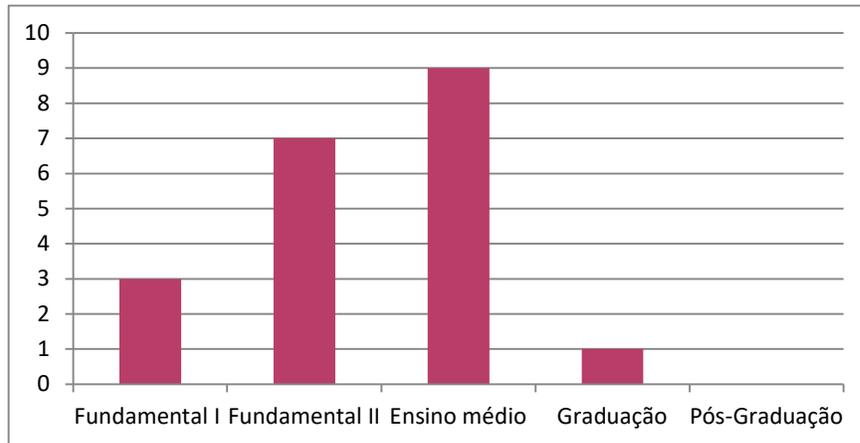
Outro aspecto que avaliamos ser necessário constatar é o relativo ao nível de escolaridade das moradoras, pois essa variável está fortemente relacionada com a renda, com as condições socioeconômicas, tendo em vista que o acesso à escola também diz respeito à inserção no mercado de trabalho. Constitui ferramenta para o aumento da capacidade de enfrentamento a situações de vulnerabilidade social, a qual pode agravar a segregação socioespacial, posto que essas mulheres enfrentam barreiras significativas para participar igualmente da vida social, econômica e política.

No Gráfico 5, a seguir, observamos que nove moradoras declararam possuir o ensino médio completo; sete moradoras têm o ensino fundamental II completo; três têm o ensino fundamental I completo; e uma moradora tem graduação. Nenhuma declarou ter feito pós-graduação.

A prevalência da baixa escolaridade sugere a ocorrência de acesso limitado a oportunidades de emprego de qualidade e com boa remuneração, o que acaba restringindo as possibilidades de melhoria nas condições de vida e perpetuando um ciclo de pobreza. Isso revela que a segregação socioespacial se manifesta na concentração dessas mulheres em locais específicos onde as condições de vida são precárias.

Fatores que indicam a necessidade de políticas complementares que incentivem a continuidade dos estudos e o desenvolvimento profissional, por meio de uma abordagem que integre a questão habitacional com melhorias de acesso à educação, sobretudo, a superior, e a efetivação de suporte social a essas mulheres.

Gráfico 5 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Escolaridade das moradoras (2023).

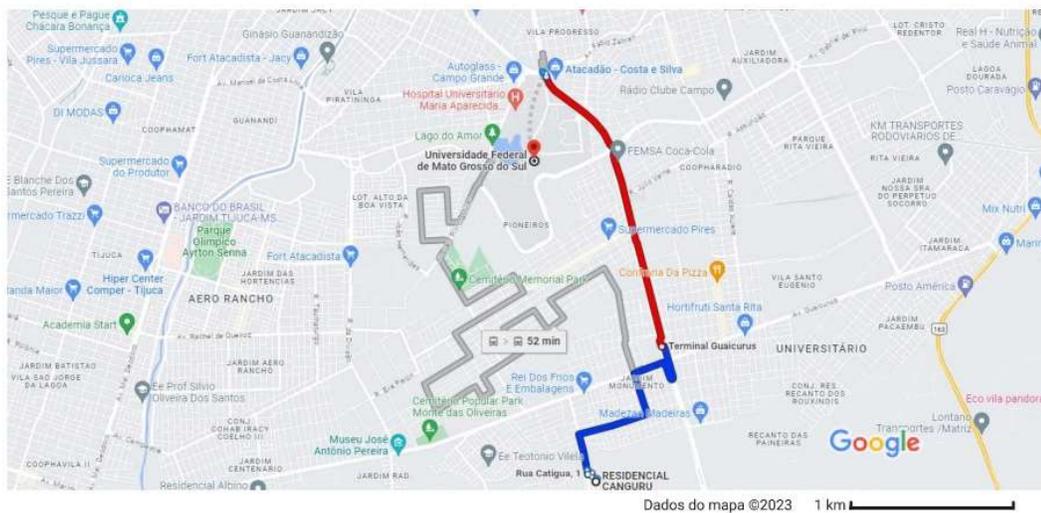


Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

O trajeto do residencial até a universidade pública mais próxima (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul) pode ser visualizado na figura 07.

Figura 7- Campo Grande MS. Trajeto do residencial até a universidade pública mais próxima (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul) (2023).

Google Maps de RESIDENCIAL CANGURU, R. Betoia, 129 - Jardim Canguru, Campo Grande - MS, 79072-260 a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul 09:25 - 09:57 (32 min)



Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

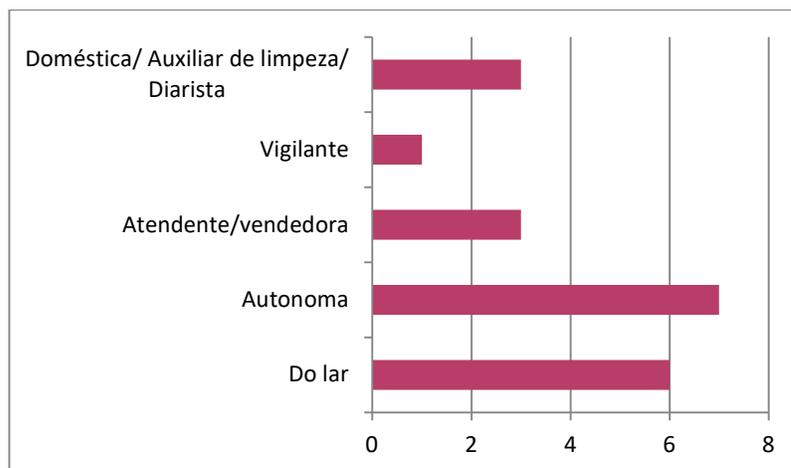
Analisando esse trajeto, observamos que os passageiros acessam o ônibus da linha 105 na parada de ônibus mais próxima, na Rua Catiguá; seguem até o terminal de transbordo Guaicurus, podendo acessar as linhas 061, 064, 087, para chegar até a Avenida Costa e Silva e, então, finalizar o percurso com uma caminhada “a pé” de cerca de 220 metros.

Em relação ao Gráfico 6, na sequência, constatamos o seguinte: sete mulheres moradoras do residencial atuam de forma autônoma (ou seja, não possuem os direitos trabalhistas assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT); seis mulheres declararam ser “do lar” e não ganharem nenhum tipo de remuneração pelo trabalho realizado no lar, além de estarem muitas vezes restritas à convivência social somente com os vizinhos do residencial; três mulheres disseram ser “domésticas, diaristas, auxiliares de limpeza”; três disseram ser vendedoras/atendentes no comércio; uma informou trabalhar como vigilante.

Segundo Corrêa (2002), o espaço urbano é uma dimensão da sociedade, aquela mais visível que se materializa nas formas espaciais. Nesse contexto, fazem parte de grupos sociais, muitas vezes invisibilizados, as empregadas domésticas, as diaristas, as mulheres que realizam afazeres domésticos no lar, as autônomas que têm renda incerta e, conseqüentemente, não têm garantias trabalhistas. Notamos, pelo estudo realizado, que as mulheres participantes da pesquisa podem ser incluídas nesses grupos invisibilizados, o que contribui para a segregação socioespacial.

Além disso, as baixas remunerações, por exemplo, limitam a capacidade de essas mulheres melhorarem suas condições de vida. Assim, as políticas públicas devem ser pensadas para dar visibilidade às necessidades específicas das mulheres, garantindo que elas sejam incluídas no planejamento urbano e nas políticas de desenvolvimento social.

Gráfico 6 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Profissão das moradoras (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

Tendo em vista que os filhos são importantes no universo feminino, entendemos que as profissões declaradas pelas moradoras corroboram para a percepção de que a busca por flexibilização no trabalho e pelo investimento em negócios próprios é uma forma de elas terem maior controle dos seus horários, com vistas a conciliarem as demandas da maternidade com as demandas profissionais, o que acaba muitas vezes impactando na escolha profissional.

Com relação às escolas onde os filhos frequentam, Gráfico 7, constatamos que as escolas municipais e estaduais mais próximas atendem à demanda do residencial. Apenas uma moradora declarou que a filha estuda em local distante do residencial (Associação Juliano Valela), pois é uma instituição que presta atendimento a portadores de deficiências – o caso de sua filha. Duas moradoras disseram que os filhos estudam em outros bairros, por escolha própria da família. Três moradoras declararam que os filhos pararam de estudar, e quatro moradoras afirmaram que os filhos terminaram o ensino médio.

Verificamos que os filhos da maioria das moradoras frequentam escolas públicas próximas ao residencial. Ainda assim, a proximidade das escolas não implica necessariamente qualidade. Em muitos casos, as escolas localizadas em áreas periféricas sofrem com falta de recursos, infraestrutura adequada, o que resulta em menor qualidade de ensino, afetando a educação das crianças e perpetuando a lógica da segregação socioespacial.

Aqui lembramos também a falta de infraestrutura local para atendimento de crianças com necessidades especiais. Isso fez com que uma das moradoras, conforme mencionado, precisasse matricular sua filha, que necessita desse tipo de atendimento, em uma instituição distante do residencial. Convém ressaltarmos que o PMCMV tem como critério de prioridade atender famílias que possuem dependentes deficientes. Sem dúvida, é uma medida positiva para garantir que essas famílias tenham acesso a moradias adequadas. Contudo, espera-se que essa priorização seja acrescida de serviços complementares, como escolas para crianças com deficiências nas proximidades de suas moradias. A ausência de tais escolas nas proximidades, por exemplo, do residencial representa falta de coordenação entre a oferta de moradia e a provisão de serviços essenciais e, sobretudo, impõe às mulheres mães desafios de diferentes ordens. A busca por atendimento especializado em locais distantes pode acarretar maior ônus financeiro e logístico e até mesmo dificultar o acesso regular à educação especial. Nesse sentido, há que se pensar políticas públicas de habitação por meio de planejamento integrado que assegure a oferta de serviços essenciais nas áreas de maior implantação dos empreendimentos de interesse social.

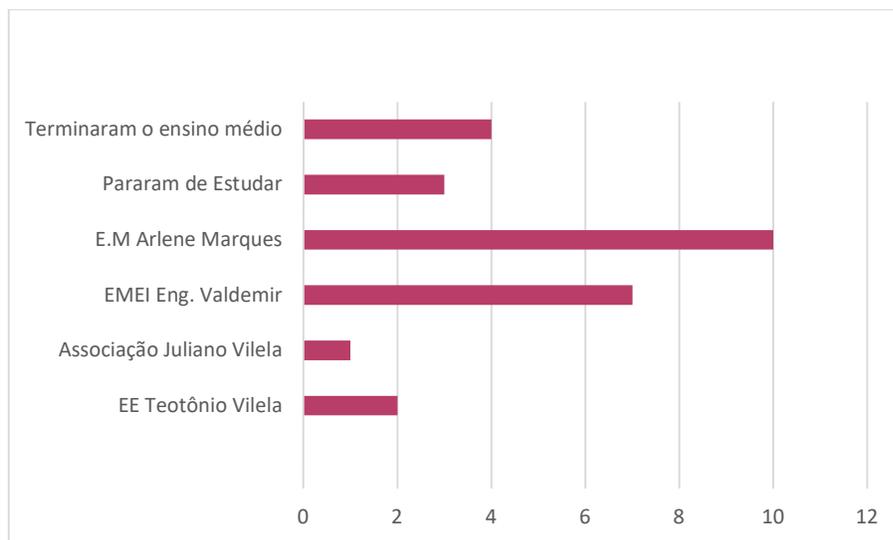
Acrescentamos que o fato de duas moradoras apontarem que seus filhos estudam em outros bairros pode indicar falta de vagas nas escolas próximas, interesse em buscar melhor qualidade de ensino ou interesse em programas específicos, indisponíveis nas escolas locais.

Quanto à informação dada por três moradoras em relação ao fato de seus filhos terem parado de estudar, ou seja, terem desistido sem concluir a educação básica, supomos que seja reflexo de condições sociais e econômicas desfavoráveis. A desistência pode ser um indicativo crítico de que a segregação socioespacial se manifesta em diferentes níveis.

Relativamente às quatro moradoras que indicaram terem seus filhos terminado o ensino médio, esclarecemos que elas não mencionaram se os filhos continuaram os estudos por meio de cursos técnicos ou superiores; tampouco disseram se eles estavam inseridos ou não no mercado de trabalho.

O gráfico 7 indica apresenta as escolas que os filhos das moradoras frequentam a maioria encontra-se estudando na Escola Municipal Arlene Marques, seguido pela Escola de Educação Infantil Engenheiro Valdemir, escolas próximas ao Residencial.

Gráfico 7 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Escolas onde os filhos das moradoras estudam (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

Importa sinalizarmos que, nesses espaços sociais, a exemplo o Residencial Jardim Canguru, as pessoas interagem e as relações entre elas e os espaços oferecem possibilidades de apoio em momentos de necessidade, além de qualificarem meios de subsistência, como viabilidade de emprego, estudo, relações de suporte e afeto. A rede de apoio nesse sentido é mantida por laços afetivos (Brito, Koller, 1999).

Para Bowlby (1988), as redes de apoio estão associadas à prevenção de violência, além de aumentarem o senso de pertencimento e de melhoria da qualidade dos relacionamentos. Segundo Bronfembrenner (1996), a rede de apoio favorece a redução de depressão e sentimento de desamparo. A ausência dessa rede, por sua vez, causa aumento da vulnerabilidade em determinadas situações.

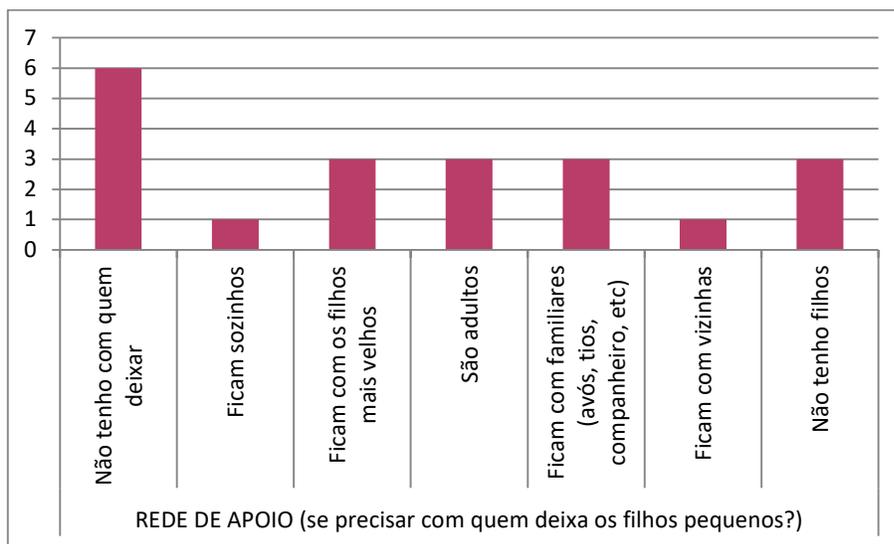
No Gráfico 8, a seguir, verificamos que seis das moradoras alegaram não terem com quem deixar os filhos em caso de necessidade; uma deixa os filhos sozinhos; três deixam os filhos menores com os filhos mais velhos (três são adultos); três disseram que os filhos ficam com familiares; uma respondeu que os filhos ficam com vizinhas do próprio residencial; e três alegaram não ter filhos.

A falta de rede de apoio formal e informal reforça a segregação socioespacial, deixando as moradoras vulneráveis e limitando suas oportunidades de desenvolvimento pessoal. Diante desse cenário, é preciso implementar políticas que

atuem paralelamente com a política habitacional, que promovam a criação de rede de apoio comunitário, com atividades extracurriculares no contraturno escolar, e de centros comunitários que ofereçam suporte às famílias.

A melhoria das redes de apoio poderá aumentar o sentido de pertencimento, de segurança e de bem-estar das moradoras. Dessa forma, a integração das políticas habitacionais com os serviços sociais e comunitários é essencial.

Gráfico 8 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Rede de apoio das moradoras (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

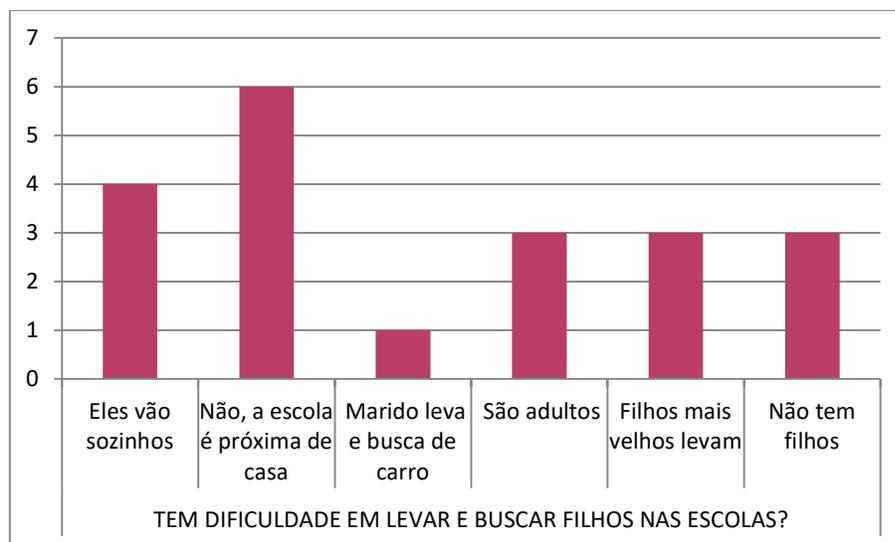
O ato de levar e buscar os filhos na escola também foi uma das preocupações deste estudo, pois problemas com os trajetos até a escola podem impactar negativamente na qualidade de vida das mulheres participantes, em razão, por exemplo, de longas distâncias, por vezes, a serem percorridas e de falta de segurança nos percursos.

No Gráfico 9, é possível verificarmos que seis moradoras disseram que não encontram dificuldade para levar e buscar os filhos na escola, já que as escolas de educação infantil e municipais ficam a poucos metros do residencial. Contudo, um dado inquietante diz respeito às quatro moradoras que alegaram que as crianças seguem para a escola sozinhas. No trabalho de campo foi possível identificar intensa movimentação na Rua Catiguá, além de calçadas irregulares e comércios que avançam com seus produtos nas calçadas. Três mulheres responderam que as

crianças vão à escola com os irmãos mais velhos; somente uma alegou que a filha vai de carro. Notamos, então, que o fato de haver proximidade entre as escolas e o residencial facilita o cotidiano das moradoras, mas as condições inseguras dos trajetos refletem uma infraestrutura inadequada, característica de áreas segregadas socioespacialmente.

Quanto à situação de as crianças seguirem sozinhas para a escola ou acompanhadas por irmãos mais velhos, reflete a dificuldade de conciliação entre horários de entrada de trabalho de determinadas mães e horário de abertura dos portões das escolas, um desafio adicional para as moradoras do residencial. Sem opções de cuidado infantil disponíveis antes da abertura das escolas, as mães enfrentam dificuldades para garantir que seus filhos estejam seguros e supervisionados antes do horário escolar.

Gráfico 9 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Dificuldade de percurso no caminho até a escola dos filhos (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

Nas figuras 8 e 9, a seguir, apresentamos as escolas que ficam próximas do Residencial. As fotos foram tiradas em um domingo e, por isso, não evidenciam o movimento intenso de carros no local.

Figura 8 - Campo Grande – MS. Escola Municipal e Escola de Educação infantil (2023).



Foto: Almeida (2023)

Figura 9 - Campo Grande – MS. Frente da Escola Municipal e Escola de Educação infantil (2023).



Foto: Almeida (2023)

Na figura 10, observamos o comércio próximo, que faz uso das calçadas para expor seus produtos. As pessoas precisam transitar pelo asfalto, porque o trecho da calçada é ocupado pelo comércio. A foto também foi tirada em um domingo, portanto, não reflete o acentuado movimento da Rua Catiguá.

Figura 10 - Campo Grande – MS. Frente da Escola Municipal e Escola de Educação infantil (2023).



Foto: Almeida (2023)

Na figura 11, apresentamos uma foto relativa ao trabalho de campo, em que pudemos reconhecer os trechos que ligam o Residencial Jardim Canguru às escolas e avaliar que existem inúmeras irregularidades nas calçadas: padrões diferentes, materiais diferentes, trechos com falta de pisos táteis (acessibilidade para deficiente visual), com desníveis acentuados.

Figura 11 - Campo Grande – MS. Frente da Escola Municipal e Escola de Educação infantil (2023).



Foto: Almeida (2023)

Cabe salientar que o trajeto do Residencial até a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Engenheiro Valdemir Corrêa de Resende (EMEI mais próxima), pode ser observado na Figura 12.

Figura 12 - Campo Grande MS. Trajeto entre Residencial Canguru e EMEI Engenheiro Valdemir Corrêa de Resende (2023)



Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

A distância entre o residencial e a EMEI é de 600 metros, cerca de 8 minutos de caminhada “a pé”, e o trajeto pode ser realizado pela Rua Catiguá ou pela Rua Ibirá – o realizado pela Rua Catiguá é o mais curto.

A Figura 13, mostra o trajeto do Residencial até a Escola Municipal (EM) Professora Arlene Marques Almeida (EM mais próxima).

Figura 13 - Campo Grande MS. Trajeto do Residencial até a Escola Municipal (EM) Professora Arlene Marques Almeida (EM mais próxima) (2023).



Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

A distância entre o residencial e a EM é de 650 metros, cerca de 9 minutos de caminhada “a pé”; o trajeto pode ser efetuado pela Rua Catiguá ou pela Rua Ibirá. O mais curto é o realizado pela Rua Catiguá.

O trajeto do Residencial até a Escola Estadual (EE) Teotônio Vilela (EE mais próxima), pode ser verificado na figura 14.

Figura 14 - Campo Grande MS. Trajeto do Residencial até a Escola Estadual (EE) Teotônio Vilela (EE mais próxima) (2023).



Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

A distância entre o residencial e a EE é de 1,8 quilômetros, cerca de 22 minutos de caminhada “a pé”; o trajeto pode ser realizado pela Rua Michel Calarge, pela Rua João Trivelato, pela Rua Francisco Martins de Souza; a distância é similar entre elas. Esse trajeto também pode ser efetuado por meio de transporte público (ver Figura 15).

Figura 15 - Campo Grande MS. Distância entre o residencial e a EE (2023).

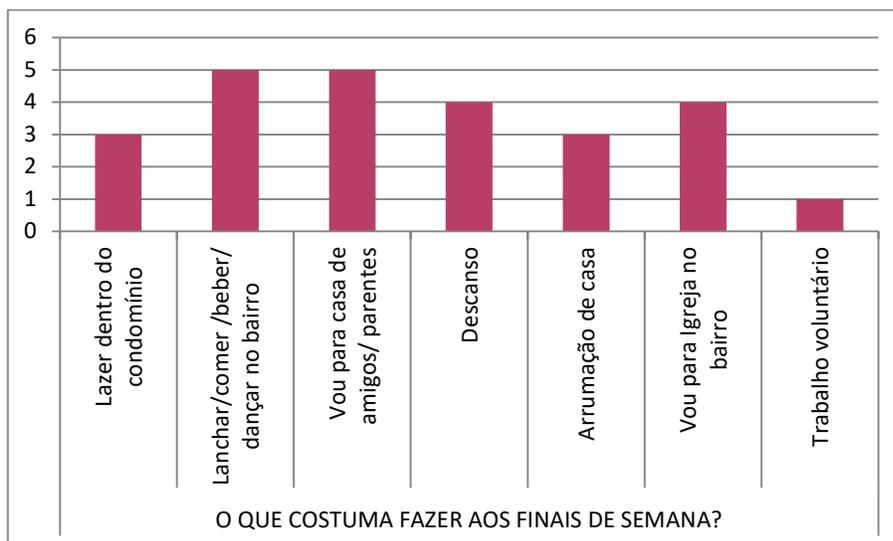


Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

Para fazer esse trajeto usando o transporte público, é necessário realizar uma caminhada de 1,2 quilômetros para chegar até a parada de ônibus, que fica localizada na Rua Clélia dos Santos Rosa; pegar o ônibus da linha 108 e seguir até a Avenida Souza Lima, para, então, finalizar o trajeto com uma caminhada de 56 metros.

No Gráfico 10, na sequência, indicamos os dados relacionados ao questionamento sobre as atividades realizadas pelas moradoras nos finais de semana. Algumas moradoras deram mais de uma resposta; observamos que a maioria das respostas está relacionada a atividades que ocorrem dentro de casa, dentro do residencial e no bairro. A maior concentração de atividades acontece dentro do residencial e no bairro. Isso pode sinalizar que as moradoras enfrentam limitações em termos de mobilidade e de acesso às demais áreas da cidade. Tais limitações possivelmente relacionam-se a fatores econômicos, a transporte público ineficiente ou a insegurança – fatores que corroboram para a segregação socioespacial. A dedicação ao trabalho doméstico nos finais de semana pode revelar também restrições econômicas e sociais que impedem as moradoras de ter acesso a opções de lazer que a cidade oferece.

Gráfico 10 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Atividades nos finais de semana (2023).

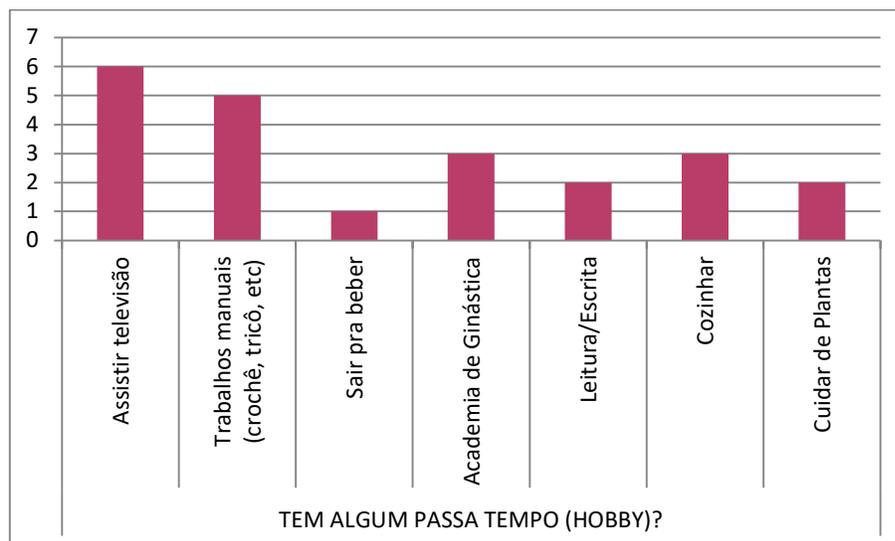


Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

Relativamente à indagação sobre possuírem algum passatempo (*hobby*), as moradoras elegeram mais de um; a maioria apontou atividades que também são realizadas em casa, na maioria das vezes (Gráfico 11).

O fato de a maioria dos passatempos das moradoras do residencial estarem relacionados a atividades efetuadas em casa pode ser visto como um alerta sobre a questão das limitações sociais, econômicas indicando a necessidade de melhorias nas opções de lazer, de recreação nas proximidades do residencial.

Gráfico 11 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Atividades de Entretenimento Passatempo (hobby) (2023).



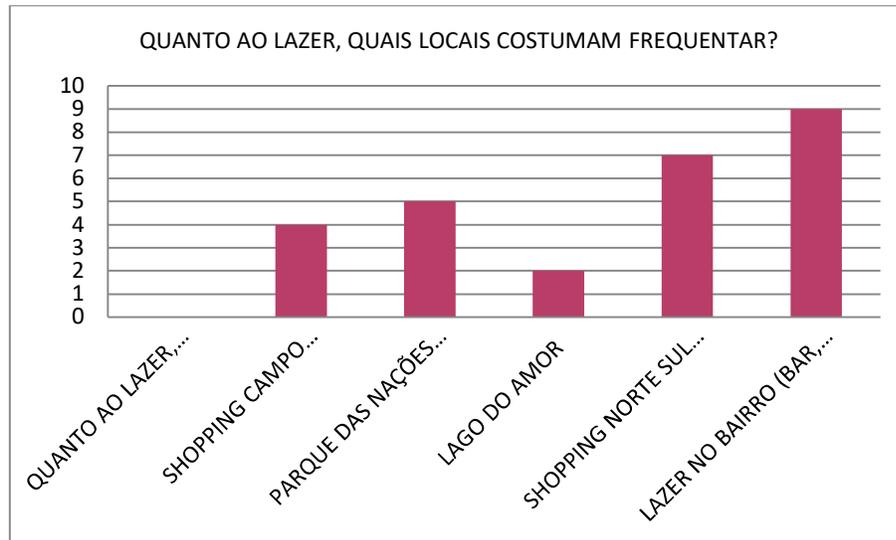
Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

As informações assinaladas mostram que essas mulheres (a maioria) estão “confinadas” em seus apartamentos, passando boa parte de suas vidas com afazeres e entretenimentos que ocorrem dentro de suas casas, dentro do Residencial e dentro bairro em que vivem. Nesse sentido, vale lembrarmos o argumento de Sposito (2013, p. 66-67) acerca da segregação:

[...] se estabelece, sempre, como uma mescla de condicionantes e expressões objetivas e subjetivas. O que devo ressaltar com a indissociabilidade entre objetividade e subjetividade na constituição e existência da segregação é que não sendo natural, mas, sim, social ela revela os campos de ações e lutas que movem a sociedade, sendo essa a mais perversa.

No que diz respeito aos locais de lazer frequentados, verificamos, conforme o Gráfico 12, a seguir, que nove respostas sinalizaram para lazer no próprio bairro; sete indicaram o shopping Norte Sul Plaza; cinco, o Parque das Nações Indígenas; quatro, o Shopping Campo Grande; e duas, o Lago do Amor (as moradoras poderiam eleger mais de um lugar).

Gráfico 12 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Locais para atividades de lazer (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

Quanto a equipamentos de lazer ou de consumo, examinamos o trajeto entre o residencial e o shopping Campo Grande (Figura 16), o shopping Norte Sul Plaza (Figura 17), e a Praça do Cavalo (Figura 18).

Figura 16 - Campo Grande MS. Trajeto do residencial até o shopping Campo Grande (2023).



Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

Nesse trajeto, pode-se sair da Rua Catiguá até o terminal Guaicurus, por aproximadamente 7 minutos, de lá seguir para o shopping Campo Grande, por meio da linha 061, por 30 minutos até chegar ao destino.

Figura 17 - Campo Grande MS. Trajeto do residencial até o shopping Norte Sul Plaza (2023).



Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

O trajeto até o shopping Norte Sul Plaza pode ser feito a partir da Rua Catiguá, pela linha 105 até o terminal Guaicurus, de lá segue-se pela linha 64 até a Avenida Ernesto Geisel; a seguir caminha-se até o shopping por 450 metros.

Consideramos ainda o trajeto do residencial até a Praça do Cavalo (a mais próxima) – Figura 18.

Figura 18 - Campo Grande MS. Trajeto do residencial até a Praça do Cavalo (a mais próxima) (2023).



Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

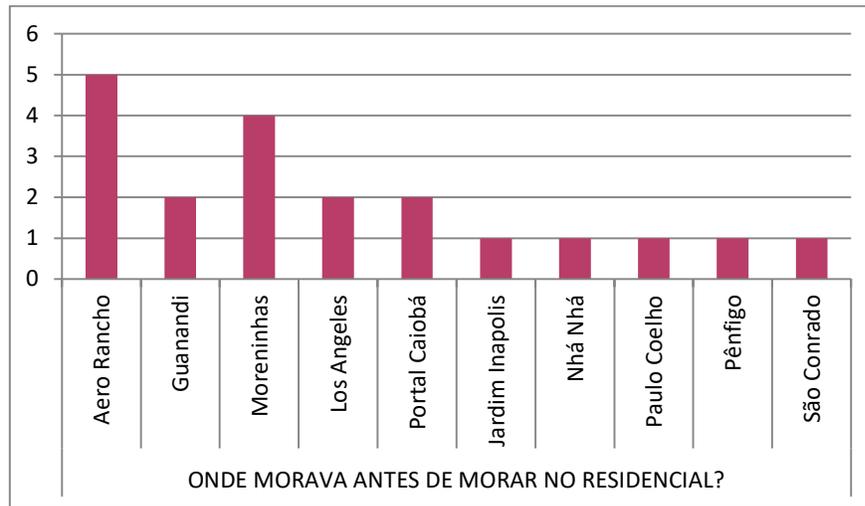
O trajeto também se inicia pela linha 105, na Rua Catiguá, até o terminal Guaicurus, de lá segue-se pela linha 104 até a Rua Carlos Gardel; depois caminha-se “a pé” até o destino, por 350 metros.

No Gráfico 13, são demonstrados os deslocamentos das moradoras dentro da cidade. A maior parte delas já vivia em bairros periféricos, e, ao serem sorteadas pelo programa habitacional de interesse social, mudaram-se para um residencial murado. Os deslocamentos de suas residências anteriores para o Residencial jardim Canguru reflete um padrão de continuidade da periferização e da segregação socioespacial. Embora o PMCMV ofereça melhoria nas condições de moradia, ele não abrange totalmente as barreiras estruturais.

Para Sposito (2013, p. 71), essas mulheres

[...] não se enquadrariam no grupo dos que decidiram se isolar relativamente do restante da cidade, ou por razões (supostas ou efetivas) de segurança ou porque desejam ‘viver entre os seus’, nos termos expostos por Billard *et al* (2005). No entanto, como já destaquei, morando nesses empreendimentos, assumem práticas semelhantes aos que optarem pela autosegregação [...].

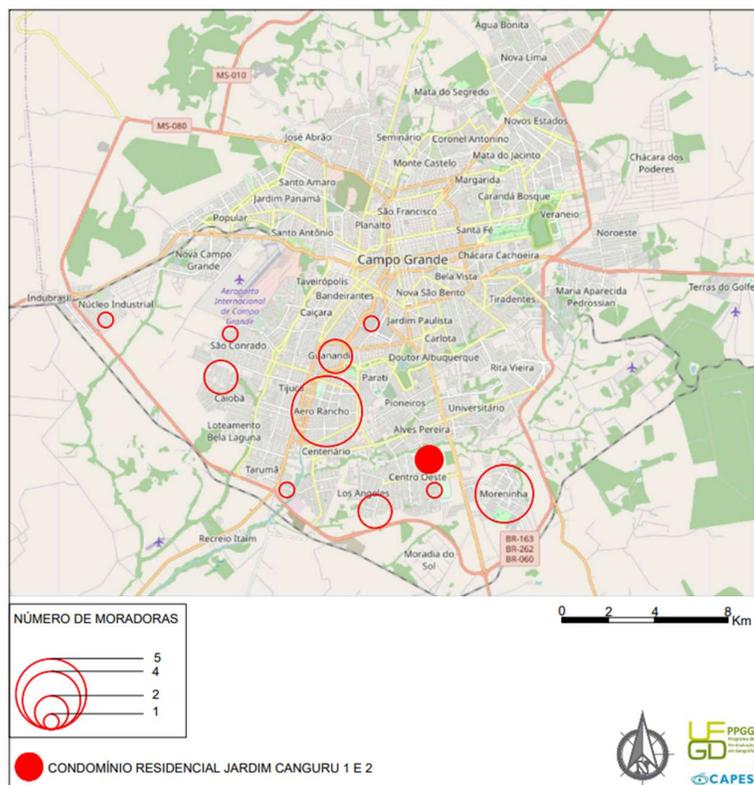
Gráfico 13 - Campo Grande. Residencial Jardim Canguru. Local de residência anterior (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

A figura 19, na sequência, ilustra os deslocamentos das moradoras para o Residencial Jardim Canguru. Em destaque aparecem seus bairros de origem (predominantemente periféricos) antes de serem beneficiadas pelo PMCMV, indicados com marcadores circulares que variam de tamanho de acordo com a quantidade de moradoras por bairro. Cumpre notarmos que, apesar de terem tido acesso a moradias em melhores condições, as moradoras continuam distanciadas socioespacialmente. Isso evidencia que a mudança não resultou em uma melhor integração.

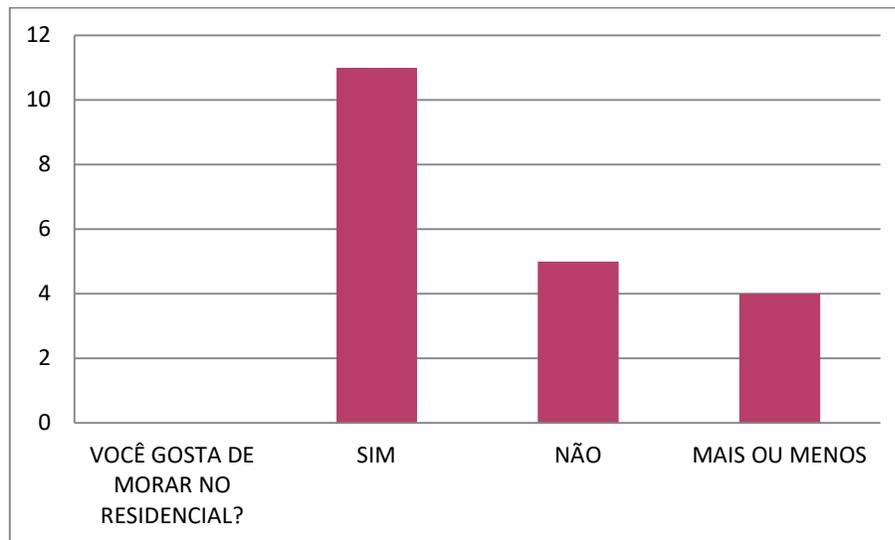
Figura 19 - Campo Grande MS. Localização da moradia das mulheres antes da mudança para o Residencial (2024).



Fonte: <https://simgeocidadao.campogrande.ms.gov.br/> gerado e adaptado por Almeida (2024).

No Gráfico 14, a seguir, constatamos que onze moradoras afirmaram gostar de morar no residencial; cinco disseram não gostar; e quatro alegaram que gostam “mais ou menos”, ou seja, as moradoras demonstraram satisfação parcial em viver no residencial.

Gráfico 14 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Satisfação com o local de moradia (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

No Gráfico 15, observamos que quatorze moradoras afirmaram que viver no residencial é melhor do que na moradia anterior. Muitas delas atribuem a satisfação com a nova moradia ao fato de deixarem de pagar aluguel ou ao de deixaram de morar de favor. Isso nos faz pensar que essa satisfação ainda está fortemente ligada a questões econômicas e de direito à moradia, revelando que o acesso a uma moradia digna, própria, é um grande passo para muitas mulheres saírem da situação de vulnerabilidade social.

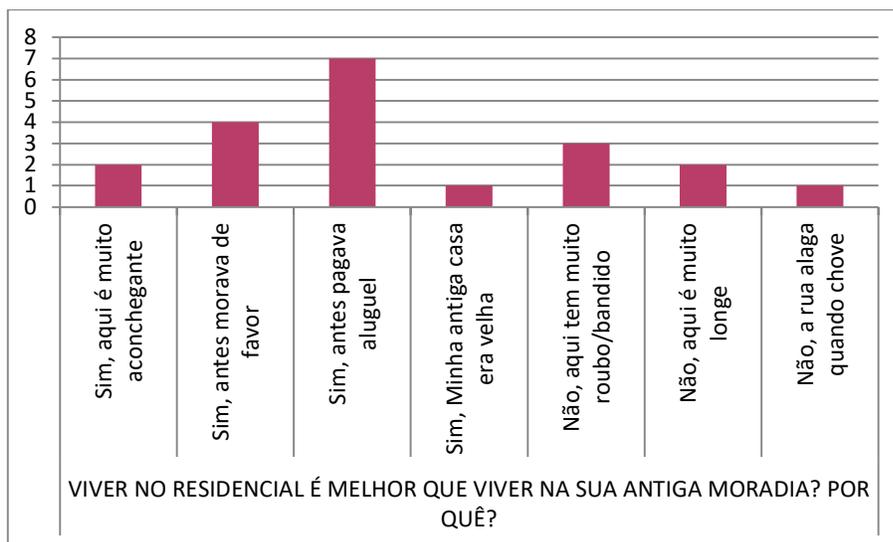
Não podemos deixar de mencionar que seis mulheres responderam que o residencial não é melhor que sua antiga moradia, assinalando dificuldades com as distâncias em relação ao residencial, com problemas de violência dentro do residencial e com transtornos relacionados à infraestrutura de drenagem de águas pluviais no entorno.

A segregação vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade) apresenta-se inicialmente como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (como a expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano), quanto em relação ao transporte urbano como limitação de acesso às atividades urbanas (como expressão de separação do cidadão da centralidade), bem como através da deteriorização/cercamento/diminuição dos espaços públicos (como expressão do estreitamento da esfera pública). Esta diferenciação ganha realidade como separação/apartamento

condicionando as relações sociais, assim como o modo como cada cidadão se apropria do espaço (Carlos, 2013, p.96).

As experiências individuais das mulheres moradoras do residencial variam. No entanto, fica evidente que há algumas razões comuns para as insatisfações demonstradas, por exemplo, localização, violência, segurança, condições inadequadas da moradia inadequada.

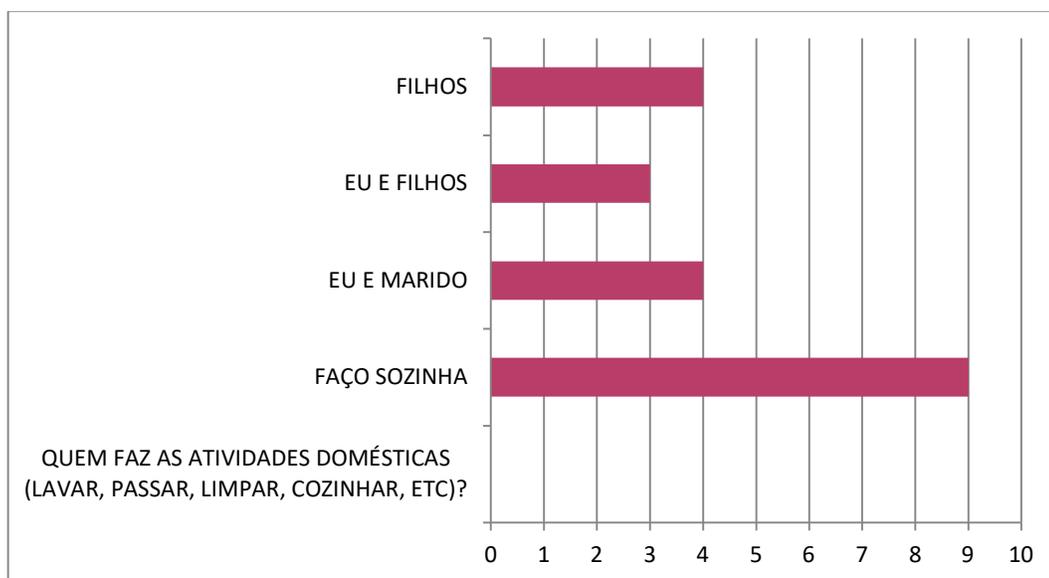
Gráfico 15 - Campo Grande – MS. Residencial jardim Canguru. Vivendo no Residencial (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

No Gráfico 16, fica ressaltado que nove moradoras realizam as atividades domésticas de suas casas sozinhas. Maridos, companheiros nem sempre participam das atividades; apenas quatro mulheres sinalizaram terem ajuda dos maridos/companheiros. Notamos que os filhos menores desempenham papel importante nessa dinâmica já que sete moradoras assinalaram que as atividades são feitas por eles e/ou por ela com a ajuda deles.

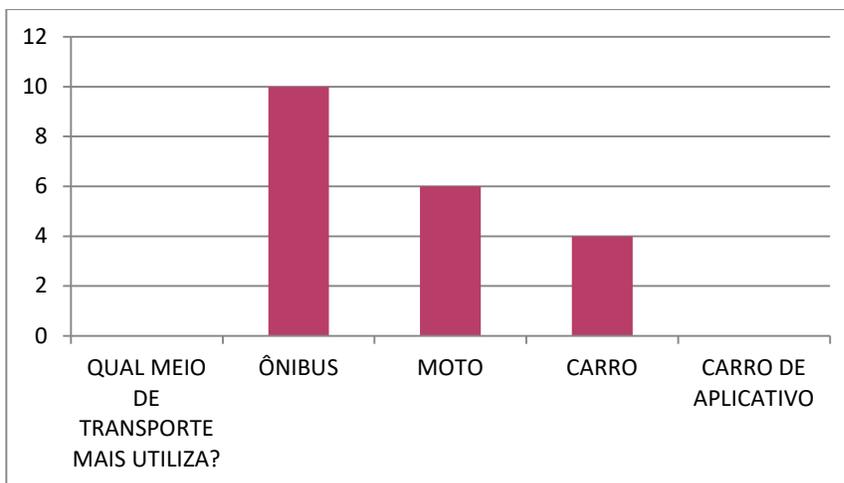
Gráfico 16 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Responsabilidade pelas atividades domésticas (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

O Gráfico 17 mostra que dez mulheres dependem de transporte público; seis fazem uso de moto, mas, devido suas motos serem simples e antigas, deslocam-se com elas somente para o trabalho; quatro possuem veículo, contudo, considerando que seus veículos são antigos e de valores baixos, são utilizados somente pelos companheiros para se dirigirem ao trabalho.

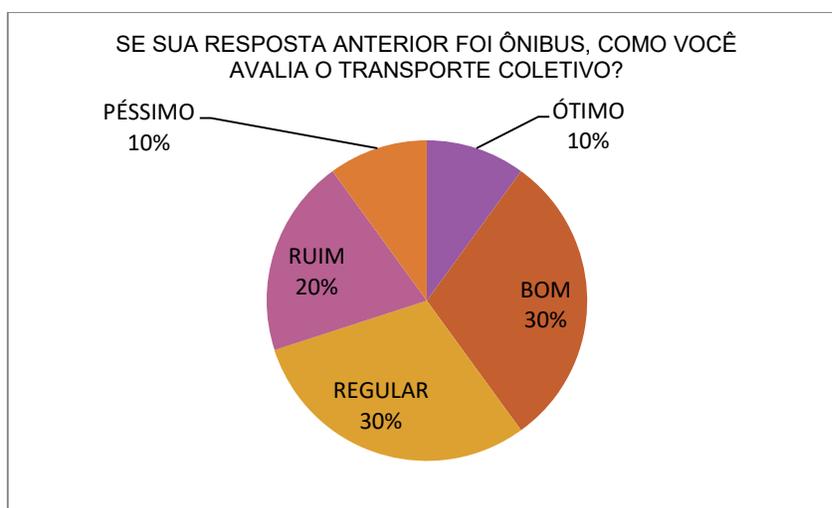
Gráfico 17 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Meio de Transporte mais utilizado (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

As mulheres que disseram utilizar ônibus para se locomoverem responderam sobre a qualidade do transporte coletivo. Podemos aqui enfatizar que, de regular a péssimo, temos uma somatória de doze moradoras. As respostas estão relacionadas ao preço da passagem, à demora de ônibus, à diminuição de linhas aos finais de semana, e à superlotação.

Gráfico 18 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Qualidade do Transporte Coletivo (2023).

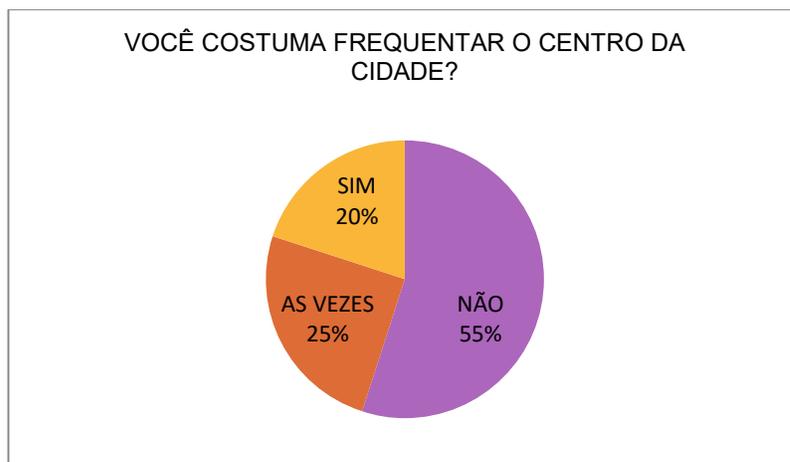


Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

O Gráfico 18 demonstra que onze moradoras disseram que nunca vão ao centro da cidade; cinco afirmaram que vão esporadicamente; quatro relataram ir ao centro com frequência. Nesse sentido, importa reforçar que

[...] cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana (Sposito, 2013, p. 65).

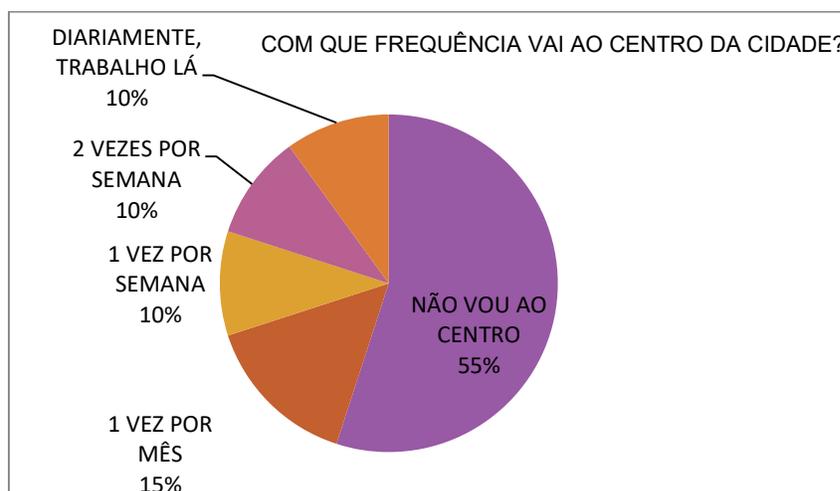
Gráfico 19 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Deslocamento ao centro da cidade (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

Ressaltamos que, em relação às quatro mulheres que disseram ir ao centro com frequência, duas informaram que vão diariamente para trabalhar (Gráfico 19) além disso é possível verificar que, das mulheres que responderam à pesquisa, 55% não vão ao centro, enquanto apenas 10% das que frequentam o centro o fazem a trabalho (gráfico 20). Esses dados sugerem que o centro não exerce um papel significativo como destino para grande parte das mulheres da área estudada, seja por falta de oportunidades de emprego, barreiras de mobilidade, ou pela concentração de atividades e serviços em outras regiões. Essa dinâmica evidencia aspectos relevantes da segregação socioespacial e da distribuição desigual de recursos urbanos.

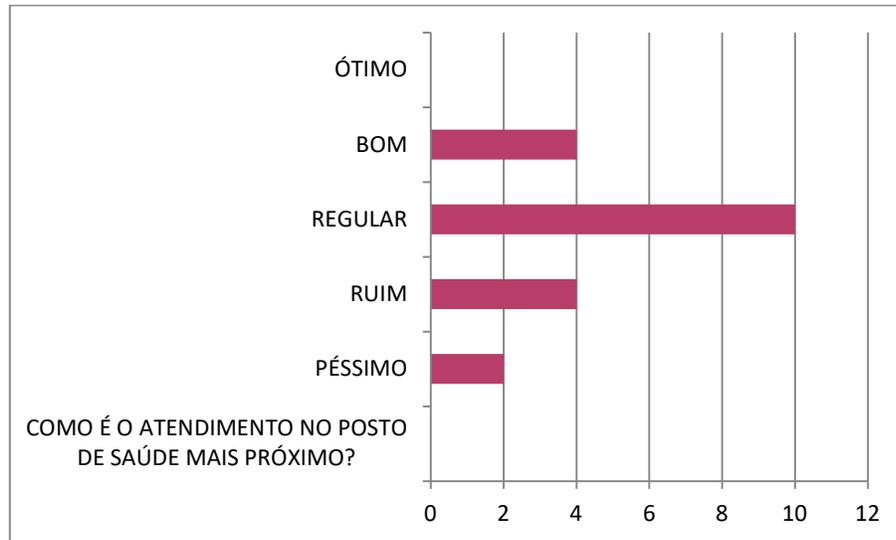
Gráfico 20 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Frequência de deslocamentos ao centro da cidade (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

O gráfico 21 mostra a opinião sobre o atendimento no posto de saúde mais próximo (Unidade de Saúde da Família Doutor Wagner José Bototto). O posto fica no bairro Jardim Campo Nobre e não abre aos finais de semana. Dez mulheres avaliaram como regular o atendimento; quatro, como bom; quatro, como ruim; e duas, como péssimo. Salientamos que as moradoras que avaliaram como ruim e péssimo alegaram falta de médico pediatra para atendimento dos filhos; a maioria mencionou a demora nos atendimentos como um fator negativo.

Gráfico 21 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Qualidade de atendimento do Posto de Saúde mais próximo (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

Para reconhecermos o trajeto entre o residencial e a Unidade de Saúde da Família, fizemos o percurso a pé em um domingo, uma caminhada de aproximadamente 15 minutos por cerca de 950 metros. Registramos que, em caso de urgência, emergência e atendimento aos finais de semana, as moradoras têm de se dirigir à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Universitário (Doutora Aparecida Gonçalves Saraiva), conforme figura 20, que fica a 2,5 quilômetros do residencial.

Figura 20 - Campo Grande – MS. Fachada da Unidade Básica de Saúde Doutor Wagner José Bortotto Garcia (2023).

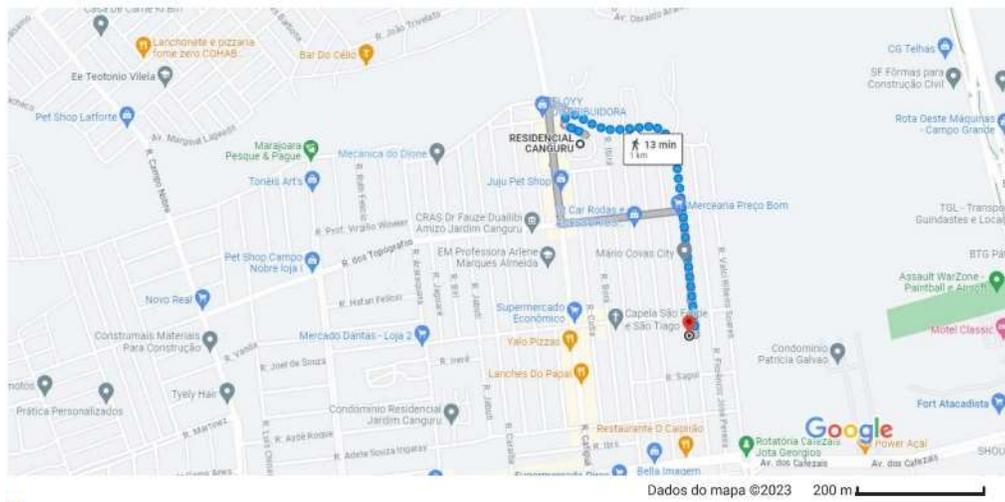


Foto: Almeida (2023)

No que diz respeito à análise do trajeto até os estabelecimentos de saúde mais próximos, apontamos inicialmente o relativo ao posto, conhecido popularmente como Posto de Saúde “Mario Covas” (o nome oficial é Wagner Jorge Bortotto Garcia, conforme Figura 21.

Figura 21 - Campo Grande MS. Trajeto até os estabelecimentos de saúde mais próximos (2023).

Google Maps de RESIDENCIAL CANGURU, R. Betoia, 129 - Jardim Canguru, Campo Grande - MS, 79072-260 a Posto De Saúde Mário Covas, R. Leandro da Silva Salina, S/n - Res. Mario Covas, Campo Grande - MS, 79072-244



Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

O trajeto “a pé” do residencial até o Posto de Saúde “Mário Covas” é de 1 quilômetro, aproximadamente 13 minutos de caminhada.

Também consideramos o trajeto do Residencial até a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Doutora Aparecida Gonçalves Saraiva, conforme consta na figura 22.

Figura 22 - Campo Grande MS. Trajeto do residencial até a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Doutora Aparecida Gonçalves Saraiva (2023).

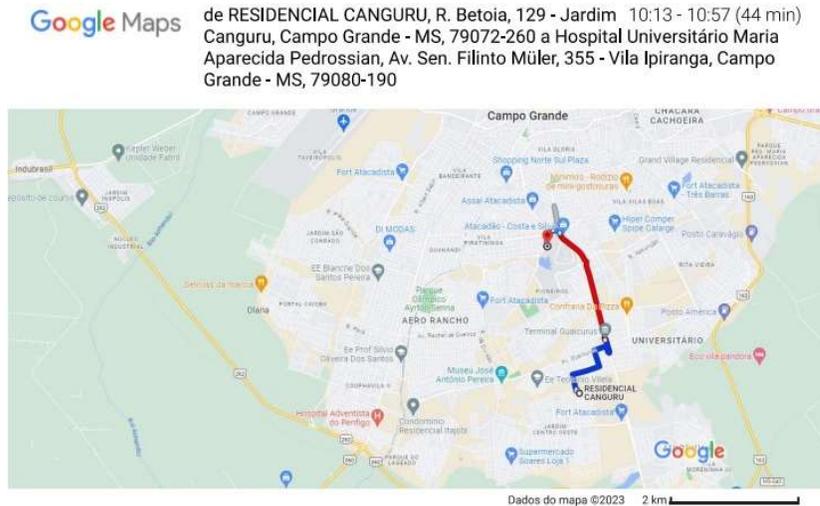


Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

Esse trajeto pode ser realizado “a pé” por um percurso de 2,4 quilômetros, cerca de 30 minutos de caminhada. Ou de transporte coletivo, utilizando a linha 105, que sai da Rua Catiguá.

Já o trajeto até o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian é de aproximadamente 44 minutos, conforme figura 23.

Figura 23 - Campo Grande MS. Trajeto até o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (2023).

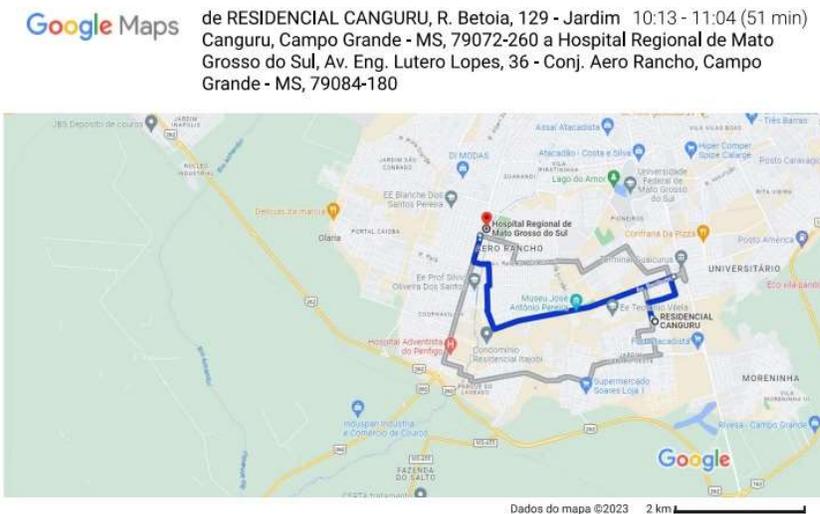


Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

O trajeto pode ser efetuado por meio de transporte público, linha 105, da Rua Catiguá até o terminal de Transbordo Guaicurus; lá é possível acessar as linhas 061, 064 e 087 para seguir até a Avenida Costa e Silva e, então, concluir o percurso com uma caminhada de 650 metros.

Em relação ao trajeto (ver figura 24) até o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, ele é de aproximadamente 50 minutos.

Figura 24 - Campo Grande MS. Trajeto até o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (2023).



Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

O percurso pode ser efetivado por meio da linha 105, que sai da Rua Catiguá e segue até o terminal de transbordo Guaicurus; de lá os passageiros podem acessar a linha 101, que segue até o terminal de transbordo Aero Rancho; e, na sequência, podem seguir “a pé” por mais 300 metros até chegar ao destino.

No estudo, foi possível analisar também o trajeto (figura 25) do residencial até o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Figura 25 - Campo Grande MS. Trajeto do residencial até o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (2023).

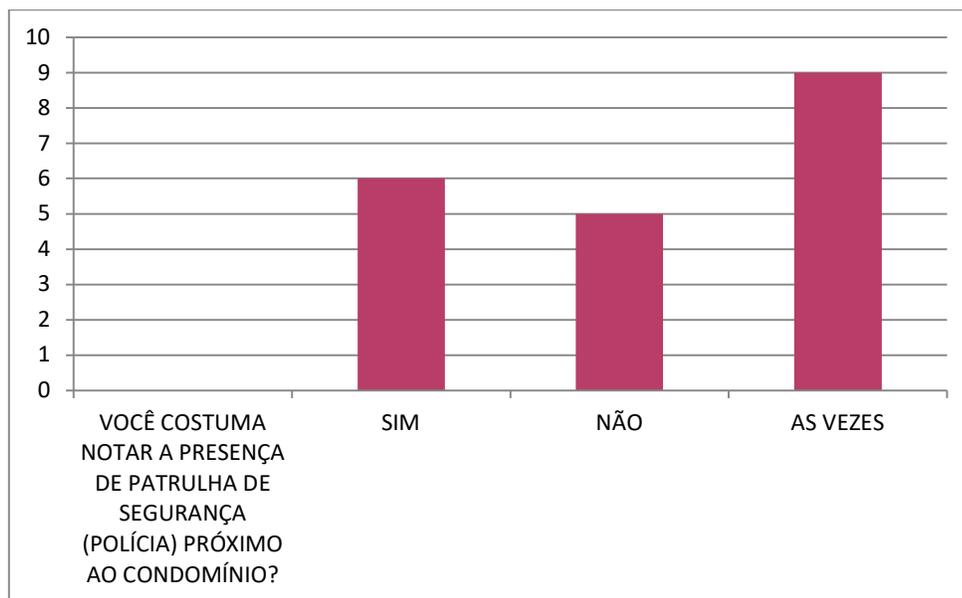


Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

O trajeto do residencial até o CRAS Doutor Fauze Dualibi Amizo (mais próximo) é de 650 metros andando “a pé”.

Quanto ao patrulhamento policial, no Gráfico 22, observamos que cinco mulheres alegaram que não costumam notar o patrulhamento nas proximidades do residencial; nove comentaram que notam, algumas vezes, mas em deslocamento pela Rua Catiguá, pois ela interliga vários bairros; seis disseram notar o patrulhamento com frequência.

Gráfico 22 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Patrulhamento policial (2023).

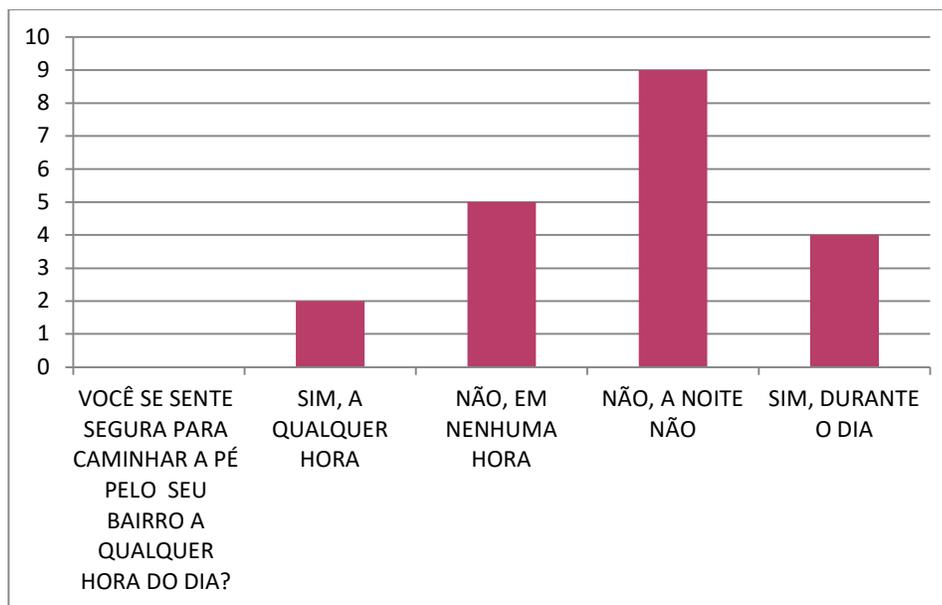


Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

No gráfico 23, vemos que, em um total de quatorze mulheres, há as que não se sentem seguras para caminhar a pé pelo bairro em hora nenhuma e as que não se sentem seguras para caminhar a pé no período noturno.

A sensação de segurança no bairro, em especial durante a noite, é indicativo importante de qualidade de vida e bem-estar. Segurança é um item de relevância na pesquisa; e a insegurança sentida pelas moradoras pode ser o reflexo de dinâmicas socioespaciais como, por exemplo, aumento de criminalidade, falta de iluminação e patrulhamento adequado, falta de oportunidade econômica, falta de confiança no Poder Público.

Gráfico 23 - Campo Grande – MS. Residencial Jardim Canguru. Segurança para transitar “a pé” pelo bairro (2023).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Almeida (2023).

Quando consideramos os estabelecimentos de segurança pública (Polícias Militar, Civil, Guarda Metropolitana), temos o seguinte: o trajeto (figura 26) do residencial até a 6ª Companhia Independente de Polícia Militar; até o 4º Distrito Policial Civil da Moreninha e até o Centro Operacional da Guarda Civil Metropolitana, que ficam na mesma rua.

Figura 26 - Campo Grande MS. Trajeto do residencial até a 6ª Companhia Independente de Polícia Militar, o 4º Distrito Policial Civil da Moreninha e o Centro Operacional da Guarda Civil Metropolitana (2023).



Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

Esse trajeto pode ser realizado por intermédio do transporte coletivo, saindo da Rua Catiguá com a linha 105, seguindo até o terminal de transbordo Guaicurus, onde os passageiros podem acessar a linha 061 até a Rua Barreiras. Para finalizar o percurso é necessário caminhar a pé, cerca de 150 metros, para chegar até os postos policiais, em um tempo total aproximado de 42 minutos.

Também levamos em conta o trajeto em relação à Delegacia Especializada de atendimento à mulher, conforme figura 27.

Figura 27 - Campo Grande MS. Trajeto em relação à Delegacia Especializada de atendimento à mulher (2023).



Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

No tocante ao trajeto do residencial até a Delegacia da Mulher, ele tem início na Rua Catiguá, onde o passageiro segue até o terminal de transbordo Guaicurus. De lá, acessa a linha 089 até o centro, Rua Barão do Rio Branco, segue “a pé” até a Rua Rui Barbosa para acessar o ônibus da linha 409; segue por 17 minutos aproximadamente (contando com 13 paradas até chegar a Avenida Duque de Caxias), e caminha por 240 metros até chegar ao destino.

Relativamente à Delegacia Especializada de Atendimento a Criança e ao Adolescente (DEPCA), o trajeto pode ser observado na figura 28.

Figura 28 - Campo Grande MS. Trajeto do residencial para a Delegacia Especializada de Atendimento a Criança e ao Adolescente (DEPCA) (2023).



Fonte: Google Maps gerado por Almeida (2023).

Ao analisarmos esse trajeto, notamos que ele também se inicia na Rua Catiguá com a linha 105, que segue até o terminal de transbordo Guaicurus, de lá, com a linha 116, seguindo até a Rua 13 de Junho e finalizando com uma caminhada “a pé” por 350 metros até chegar ao destino.

A tabela 02 apresenta uma síntese detalhada das distâncias e tempos de deslocamento até locais essenciais para as mulheres residentes na área de estudo. As informações foram organizadas de forma a permitir a comparação entre o tempo e a distância percorridos a pé, de ônibus e por trajetos combinados.

Essa análise evidencia as dificuldades enfrentadas pelas moradoras, especialmente no que se refere à acessibilidade e ao tempo necessário para acessar serviços essenciais. Observa-se que, em alguns casos, como no trajeto até o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, o deslocamento é longo e pode chegar a até 54 minutos de ônibus, representando uma barreira significativa para quem depende do transporte público. Além disso, a falta de pavimentação e a precariedade das vias locais também influenciam no tempo de deslocamento a pé, como demonstrado no trajeto para a Escola Estadual Teotônio Vilela, que leva cerca de 22 minutos.

Tabela 2 - Campo Grande – MS (2023). Síntese das Distâncias e tempo de deslocamento aos destinos pesquisados.

Destino	Distância a pé (km)	Tempo a pé (minutos)	Distância de onibus (km)	Tempo de onibus (minutos)	Tempo total (minutos)
EMEI Engenheiro Valdemir Corrêa de Resende	0,6	8	/	/	8
Escola Municipal Professora Arlene Marques Almeida	0,65	9	/	/	9
Escola Estadual Teotônio Vilela (trajeto total a pé)	1,8	22	/	/	22
Escola Estadual Teotônio Vilela (trajeto misto)	1,2	15	0,6	5	20
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	0,5	7	5,84	32	39
Posto de Saúde Wagner Bortotto Garcia	1	13	/	/	13
UPA Doutora Aparecida Gonçalves Saraiva (trajeto a pé)	2,4	30	/	/	30
UPA Doutora Aparecida Gonçalves Saraiva (trajeto misto)	0,5	7	1,9	14	21
Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	0,65	9	5,8	44	53
Hospital Regional de Mato Grosso do Sul	0,3	4	6,8	50	54
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Doutor Fauze Dualibi Amizo	0,65	9	/	/	9
6ª Companhia Independente de Polícia Militar	0,15	1	5,7	42	44
Delegacia Especializada de atendimento a mulher	0,24	3,4	13	78	78,24
Delegacia Especializada de atendimento a criança e adolescente	0,35	4,2	10,3	52	56,2
Shopping Campo Grande	/	/	12,5	58	58
Shopping Norte Sul Plaza	0,45	6	8,5	52	58
Praça do Cavalo	0,35	4,2	4,1	33	37,2

Fonte: Almeida, (2023).

Acrescentamos que a análise dos dados coletados apresentou uma realidade marcada pela segregação socioespacial das mulheres que ali residem. A aplicação dos questionários, por exemplo, foi bastante prejudicada pela resistência da síndica em permitir a entrada da pesquisadora e pelo controle de acesso ao residencial, que nos colocou em condição de abordagem das moradoras nas proximidades da portaria, do lado de fora do residencial. Esse obstáculo inicial constitui sinal de alerta quanto à barreira física e social que limita a interação física das moradoras com sua comunidade e o seu acesso às informações.

Outra questão crítica evidenciada pela pesquisa diz respeito à titularidade dos apartamentos. Muitas mulheres que se autodeclararam chefes de família, estavam na realidade ocultando a presença de companheiros com o objetivo de atendimento a um dos critérios de priorização do PMCMV. Essa dinâmica revela a existência de uma forte tendência de encontrar soluções não legais para contornar regras e normas estabelecidas. Embora essa habilidade possa ser vista como uma forma de resistência e adaptabilidade em alguns cenários, também assinala tolerância à quebra de regras e precariedade na fiscalização (realizada pelo governo municipal), quanto ao cumprimento de normativas estabelecidas pelo programa habitacional.

A prevalência de mulheres que se autodeclararam solteiras e chefes de família reflete que elas ocultam sua realidade conjugal para atender às exigências burocráticas do programa. Com isso abrem caminho para possíveis ameaças por parte de seus companheiros quanto a denúncias posteriores. Isso poderá criar um ambiente de controle exercido pelo companheiro, além de possibilidade de violência doméstica e abusos, já que uma denúncia poderia resultar em perda do apartamento. Esse tipo de situação salienta a importância de, cada vez mais, as políticas públicas habitacionais considerarem além da condição de vulnerabilidade socioeconômica, a dimensão de gênero e as complexidades das relações familiares.

Tendo em vista a baixa escolaridade, relacionada à inserção no mercado de trabalho, observada, entendemos que existe limitação de acesso a empregos, reforçando a dependência de empregos informais e mal remunerados.

No quesito autonomia das mulheres, percebemos que a maioria das moradoras exercem atividades autônomas, atividades domésticas sem remuneração ou com má remuneração, sem garantias trabalhistas; condições que acabam reforçando o processo de segregação, à medida que impactam o nível de vida.

Em relação à rede de apoio adequada, algumas moradoras relataram não possuírem, ou seja, não têm com quem deixar seus filhos. A falta desse suporte agrava o isolamento social, pois existe grande dificuldade de conciliação entre trabalho e vida doméstica.

Quando o assunto é acesso à cidade, constatamos que a maioria das moradoras depende do transporte público, considerado ruim por grande parte delas. Essa dificuldade de mobilidade urbana dificulta o acesso a serviços essenciais e a oportunidades de emprego, reforçando também a segregação socioespacial. Salientamos que a maioria das moradoras vão raramente ao centro da cidade, informação que indica uma separação física e social em relação às áreas mais centralizadas.

O nível de satisfação das moradoras relativamente ao residencial sinaliza que a maior parte delas consideram o apartamento melhor do que suas antigas moradias, mas esse índice está bastante atrelado à eliminação dos custos ligados ao aluguel. Além disso, ressaltam-se problemas com violência, infraestrutura falha e distâncias, que continuam impactando o cotidiano e suas vidas.

Vale mencionar que o estudo em torno dos trajetos urbanos em Campo Grande evidencia significativas lacunas na acessibilidade e na mobilidade das moradoras do Residencial Canguru. Embora algumas escolas e postos de saúde encontrem-se localizados nas proximidades do residencial, a maioria das ruas não é pavimentada, e a distância e o tempo de deslocamento para outros serviços essenciais utilizando o transporte público são consideráveis.

Além disso, as mulheres de baixa renda são ainda mais afetadas pelas dificuldades de mobilidade urbana. As longas distâncias para chegarem aos pontos de embarque de ônibus e a necessidade de múltiplas trocas de linhas de ônibus aumentam a vulnerabilidade dessas mulheres, especialmente em trajetos que ocorrem ou em áreas de pouca segurança ou no período noturno. Essa limitação de acesso a serviços essenciais impacta seu cotidiano, suas vidas.

## **CAPÍTULO 5**

### **A MOBILIDADE E A QUESTÃO DE GÊNERO: APONTAMENTOS A PARTIR DOS PERCURSOS CASA-TRABALHO-CASA**

Tratar do percurso acompanhado casa-trabalho-casa pressupõe considerar a questão da mobilidade e de gênero, pois a experiência da mobilidade não é universal. Fatores como idade, nível socioeconômico e gênero podem revelar diferenças estruturais, assim como influenciarem a própria experiência e a maneira como essa prática é vivida, percebida e desenvolvida.

Para Urry (2007), enxergar a mobilidade sob a perspectiva de gênero demonstra que ela é uma prática social, além de ser uma relação social, e, portanto, política, pois expressa, permite, produz ou contesta relações de poder (Cresswell, 2010).

Assim, a mobilidade não só reflete as estruturas sociais, mas também reproduz essas diferenças. Nesse sentido, Cresswell e Uteng (2008) afirmam que compreender a intersecção entre mobilidade e gênero é complexo, já que ambos os conceitos são carregados de significados, poder e entendimentos. Os autores explicam que é necessário entender a mobilidade tanto a partir do movimento físico quanto dos significados desses movimentos, das experiências que resultam dessas práticas e do potencial para realizar esses movimentos, sendo que este último geralmente tem implicações de gênero (Cresswell e Uteng, 2008).

Segundo Walsh (2009), historicamente, os homens têm dominado as narrativas e os estudos sobre transportes e viagens, assim como seu planejamento e gestão. No entanto, as mulheres estão despontando não apenas como consumidoras de transportes e viagens, mas também como trabalhadoras do setor e pesquisadoras da área. Além disso, nos últimos anos, a pesquisa sobre gênero e mobilidade tem se enriquecido como campo interdisciplinar, que, segundo Kronlid (2008), abrange temas variados, por exemplo, transporte e planejamento, teoria cultural, filosofia feminista, teoria do desenvolvimento e teoria pós-colonial. Para Sheller (2008), as crenças patriarcais sobre o direito à mobilidade espacial, fora de casa, das mulheres ainda influenciam a pesquisa e o planejamento na área de mobilidade e transporte.

Law (1999) aponta que, desde a década de 1960, nos EUA, investigações feministas têm promovido estudos sistemáticos sobre a experiência das mulheres em

mobilidade, especialmente em pesquisas sobre transporte público e uso do tempo. Essa perspectiva de gênero, interessada na forma como as mulheres se movimentam pela cidade, destacou práticas e experiências diferenciadas em relação aos homens, tanto nos padrões de mobilidade quanto nas percepções sobre o espaço e estratégias de uso.

Na última década, com a proliferação de estudos sobre mobilidade, alguns autores sugeriram que os estudos de gênero devem enfatizar as relações entre homens e mulheres, meninos e meninas, e não apenas focar na história das mulheres e dos transportes. Em outras palavras, as experiências de mobilidade das mulheres devem destacar as estruturas que permitem que essa experiência seja diferente da dos homens, mas ao mesmo tempo inter-relacionada com a mobilidade de diversas pessoas (Law, 1999; Walsh, 2009).

Hanson (2010) realizou revisão da literatura sobre estudos de mobilidade e gênero nas últimas décadas, em que identificou duas correntes presentes na pesquisa: a primeira busca responder como o gênero molda a mobilidade, focando em como as diferenças de gênero criam, reforçam ou alteram os padrões diários de mobilidade. A segunda se concentra em compreender como a mobilidade molda o gênero, preocupando-se principalmente com como o processo de mobilidade torna visíveis as mudanças nas relações de poder inseridas nas relações de gênero.

Lazo e Contreras (2009) abordam a mobilidade urbana diária específica das mulheres, combinando o uso de dados quantitativos (pesquisa origem-destino) com informações qualitativas (histórias baseadas em entrevistas com mulheres). Jirón (2007) investiga as experiências de mobilidade com o objetivo de revelar diferenças de gênero que muitas vezes permanecem invisíveis na análise estática do espaço urbano. Gutiérrez (2009), por exemplo, destaca a prática da mobilidade como reveladora das desigualdades de gênero, considerando os elementos contextuais envolvidos.

### **5.1. O percurso acompanhado Casa-Trabalho-Casa**

Considerando o apontado, avaliamos que a metodologia dos percursos urbanos é bastante significativa para estudar a relação entre espaço e práticas sociais, oferecendo uma perspectiva dinâmica sobre a forma, por exemplo, como as mulheres interagem com e na cidade.

Por meio da metodologia do percurso acompanhado casa-trabalho-casa, buscamos evidenciar as diversas razões que alteram o trajeto de mulheres residentes em empreendimentos do PMCMV. Tal metodologia permite captar a experiência vivenciada durante o caminho, levando em conta questões, como trânsito; superlotação dos coletivos; gratuidade ou valor do transporte público; interrupções de trajetos para passagem em mercado, creche, escola para buscar os filhos que estudam; condições meteorológicas (chuva, frio ou calor intenso); caronas; condição da iluminação pública; além de estados emocionais dessas mulheres (Jesus, Catelan, Calixto, 2022).

Conforme apresentado, o primeiro contato com as colaboradoras da pesquisa se deu por meio de aplicação de questionário. Nesse momento inicial, foi possível a troca de informações, por meio de contato telefônico, de *whatsapp* (aplicativo de mensagens instantâneas) e de redes sociais com o objetivo de estreitar a relação de confiança e apresentar a ideia do percurso acompanhado.

Por intermédio do *whatsapp* trocamos inúmeras mensagens para esclarecer os objetivos da pesquisa e o procedimento do acompanhamento casa-trabalho-casa, com sete mulheres respondentes do questionário que afirmaram trabalhar fora do lar. Três visualizaram as mensagens e não responderam, duas responderam à mensagem instantaneamente e duas responderam somente no dia seguinte.

Sublinhamos que, durante a fase de implementação da metodologia, enfrentamos desafios significativos em relação à aceitação das moradoras para participar dos percursos. Das sete moradoras que declararam trabalhar fora do lar, apenas duas aceitaram ser acompanhadas pela pesquisadora durante os trajetos.

As razões para a relutância das moradoras em participar variaram, mas destacaram-se os compromissos domésticos e os profissionais. A relutância mais marcante foi a desconfiança geral em relação à participação em pesquisas acadêmicas, por confundirem a atividade à fiscalização municipal quanto a irregularidades.

Para a coleta de dados espaciais e temporais, empregamos uma abordagem que combinou tecnologia móvel e softwares de geoprocessamento. Inicialmente, foram utilizados aplicativos de voz disponíveis em dispositivos móveis para o registro de informações qualitativas em campo. Esses aplicativos permitiram a transcrição

automática das observações e entrevistas realizadas, otimizando o tempo e garantindo maior precisão na captura de dados verbais.

Paralelamente, o aplicativo *Strava* foi usado para o mapeamento dos percursos realizados. O *Strava*, amplamente reconhecido por sua precisão em rastreamento GPS, possibilitou o registro detalhado das rotas, incluindo a geolocalização exata e a duração de cada percurso. Esses dados foram posteriormente trabalhados nos softwares de geoprocessamento.

Uma das principais vantagens da tecnologia empregada foi a precisão e a confiabilidade na coleta de dados, especialmente considerando que a pesquisadora, por necessidade de ajustes na metodologia inicial, realizou os percursos com as moradoras/participantes sem o acompanhamento de outra pesquisadora. Lembramos que, de acordo com a metodologia aplicada em pesquisa piloto de Jesus, Catelan, Calixto (2022), duas pesquisadoras mulheres deveriam realizar os percursos acompanhadas, visando a maior segurança e a troca de observações em campo. No entanto, embora tenhamos tido como parâmetro a referida pesquisa, tivemos de adaptar nosso estudo às circunstâncias e à realidade de nosso campo de pesquisa.

Após a coleta de dados, de maneira manual, eles foram importados para software SimGeo, desenvolvido pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Campo Grande (Planurb). No SimGeo, foram realizados os primeiros ajustes de escala e a definição de simbologia adequada para a visualização inicial dos percursos. Esse passo foi crucial para garantir a coerência e a precisão dos dados espaciais antes de procedermos às análises mais avançadas.

Posteriormente, os dados, ajustados no SimGeo, foram importados para o AutoCAD 2021, onde foram realizados ajustes adicionais de escala e refinamentos de simbologia. O AutoCAD 2021, por sua precisão, permitiu uma visualização detalhada e a realização de edições necessárias para a representação final dos percursos.

Essa metodologia de integração de tecnologias móveis com softwares de geoprocessamento avançado demonstrou-se eficaz na coleta e no tratamento de dados, garantindo a precisão e a qualidade necessárias para as análises subsequentes desta pesquisa, mesmo diante dos desafios operacionais enfrentados.

Destacamos que as linhas de ônibus são operadas pelo Consórcio Guaicurus, que pratica tarifa de R\$4,75 reais e tarifa reduzida de R\$ 1,90 reais em feriados e dias especiais, como Ano novo, Natal, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Trabalhador,

aniversário da cidade e finados. Oferece também a gratuidade para deficientes, idosos, estudantes (nos itinerários casa-escola).

Segundo o Consórcio Guaicurus<sup>16</sup>, existe a integração temporal como benefício tarifário (Decreto 13.601), que permite ao usuário de cartão eletrônico (Vale Transporte ou equivalente, Cartão Cidadão) realizar uma segunda viagem, de maneira gratuita, no prazo de até 60 (sessenta) minutos entre o primeiro e o segundo uso. Isso pode ocorrer, desde que o percurso seja no mesmo sentido, objetivando o deslocamento da origem ao destino final, com pagamento de uma única tarifa, nunca podendo o usuário utilizar-se desse benefício para seu deslocamento de retorno.

O Consórcio Guaicurus oferece também variadas modalidades de cartões de passagem<sup>17</sup>:

- Cartão Cidadão: utilizado por todos os usuários do sistema; pode ser obtido na Central de Atendimento ao Cliente (CAC) – Consórcio Guaicurus – ou nos terminais de transbordo e estações Peg Fácil.
- Vale-Transporte: utilizado pelos trabalhadores. Os créditos são adquiridos pelo empregador.
- Portador: cartão gratuito e, por ser ao portador, dispensa o cadastro do usuário, mas não dá direito à Integração temporal (Decreto 13.601/18) e aos descontos em dia de tarifa reduzida.

Diante disso, tivemos de fazer o cadastro para obtermos o cartão cidadão preteritamente para a realização dos percursos acompanhados.

A seguir, demonstramos a realização do percurso acompanhado casa-trabalho-casa por meio da apresentação de informações, comentários, diálogos (que foram gravados, durante o percurso com as duas mulheres referidas, e transcritos) e de mapas.

#### Percurso Acompanhado Casa-Trabalho-Casa - Joelma (2024)

Joelma, 39 anos, é solteira, terminou o ensino médio no EJA e começou a trabalhar como babá de duas crianças no bairro São Conrado, aos 27 anos. À medida que as crianças cresceram, continuou trabalhando na mesma casa como doméstica. Essa casa em que trabalha fica próxima de sua antiga residência. Ela se mudou para

---

<sup>16</sup> Informação disponível em: <https://www.consorcioguaicurus.com.br/servico/integracao-temporal/> acesso em 25 de abril de 2024.

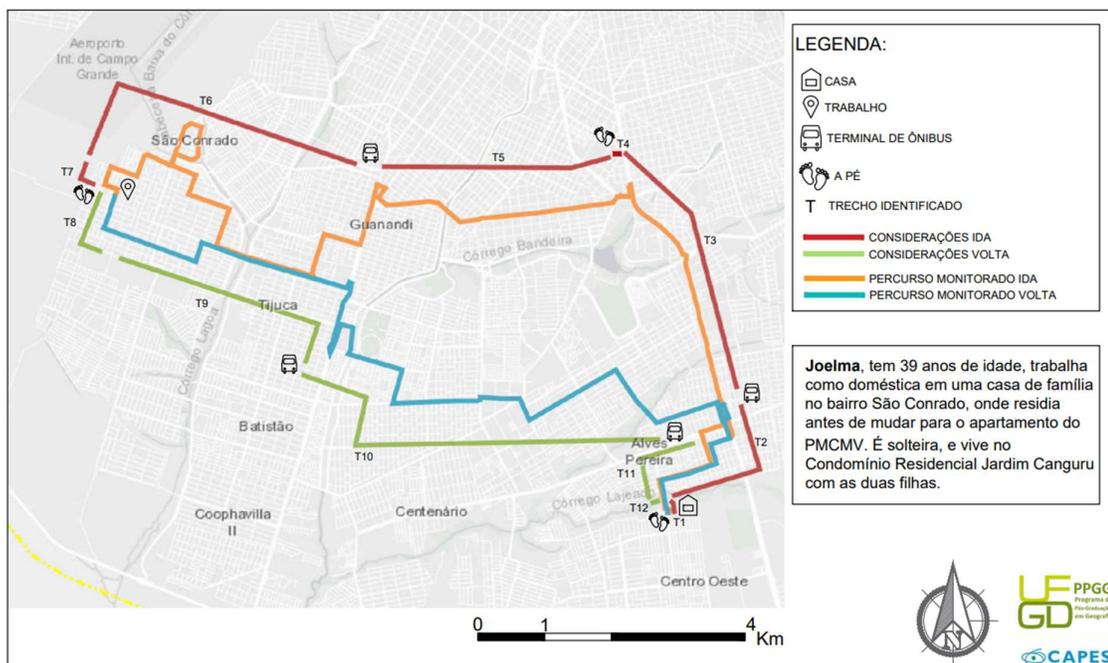
<sup>17</sup> Informação disponível em: <https://www.consorcioguaicurus.com.br/informacao/tipos-de-cartoes/>. Acesso em 25 de abril de 2024.

o residencial Jardim Canguru há dois anos; enfrentou dificuldade de adaptação, pois morava em uma casa de quatro cômodos, mas tinha um quintal pequeno. No apartamento não tem onde plantar seus temperos.

O deslocamento demorado e cansativo já a fez pensar em sair do trabalho e procurar outro, mais perto. Contudo, já está acostumada aos patrões, à casa e aos serviços domésticos. Suas filhas também precisaram mudar de escola. Quando se mudou para o residencial, ficou no cadastro de espera por vaga para a filha menor e, até conseguir a vaga, a filha ficou na casa de parentes no Jardim São Conrado. Isso levou um mês. Antes ela entrava no trabalho às 7h e saía às 16h, com 1 hora de almoço. Como morava próximo ao trabalho, ia para casa almoçar com as filhas. Depois que se mudou, passou a entrar no trabalho às 8h30 e a sair às 17h30, assim como a almoçar no trabalho.

Atualmente, a filha mais velha terminou o ensino médio, mas ainda não está trabalhando; a filha mais nova estuda de manhã na Escola Municipal Arlene Marques (vai e volta sozinha para a escola). No período da tarde, a filha mais velha (que está procurando trabalho) cuida da filha menor. A seguir, o Mapa 14, indicando o percurso acompanhado casa-trabalho-casa, efetuado com Joelma.

Mapa 14 - Campo Grande MS. Mapa de Percurso Acompanhado Casa-Trabalho-Casa - Joelma (2024)



Fonte: <https://simgeocidadeo.campogrande.ms.gov.br/> gerado e adaptado por Almeida (2024).

Neste momento, cumpre informamos que – na apresentação dos percursos acompanhados efetuados tanto com a moradora Joelma quanto com a moradora Maria – passaremos a usar, distintamente a primeira pessoa do singular e a primeira pessoa do plural para marcar, respectivamente, ações que foram ora efetuadas pela pesquisadora ora efetuadas pela pesquisadora junto com as moradoras.

No dia 12 de março de 2024, cheguei ao residencial Jardim Canguru, às 6h25. Segui até a portaria, onde notei que ainda não havia porteiro; diante disso, aguardei 15 minutos para contatar a moradora, por meio do *whatsapp*, para avisar que eu havia chegado.

Joelma, prontamente se deslocou até a portaria para abrir o portão individual com a sua chave. Entramos e seguimos até o bloco do seu apartamento, que fica na parte do fundo do residencial. Perguntei se estava tudo bem para começarmos o percurso, e ela sinalizou positivamente. Acionei os aplicativos de voz e *strava*, simultaneamente, na saída do bloco do apartamento de Joelma, que mora no térreo.

Trecho 1 – Iniciamos o percurso acompanhado casa-trabalho-casa às 6h55; seguimos o trecho 1 a pé, até o ponto de ônibus da Rua Catiguá, trajeto de 280 metros.

As calçadas dentro e em torno do residencial estavam em bom estado, sem irregularidades e com boa caminhabilidade. Indaguei Joelma se todos os dias ela faz esse trecho do mesmo modo; ela respondeu que logo que se mudou costumava levar a filha menor à escola, antes de pegar o ônibus. A Escola Arlene Marques fica a 650 metros do residencial e abre os portões às 6h30.

O ponto de ônibus em que aguardamos o coletivo possui cobertura, mas não possui banco. Ficamos em pé, aguardando. Enquanto conversávamos, notei que estávamos sozinhas no ponto, perguntei se era sempre assim. Ela disse que normalmente as moradoras do residencial pegam o ônibus em um ponto mais perto da escola ou da creche, já que seguem até lá para deixar os filhos.

Trecho 2 – O ônibus 105 chegou às 7h09. Prontamente notamos que o ônibus estava lotado e que não seria possível fazer anotações na prancheta, já que seguiríamos em pé. Guardamos a prancheta e, a partir de então, todas as informações que precisávamos registrar foram gravadas. Perguntamos se o ônibus era sempre lotado nesse horário; ela disse que sim, nesse horário todos os ônibus passam lotados.

O percurso durou aproximadamente 7 minutos e, em cada parada, subiram mais passageiros. Chegamos ao terminal Guaicurus às 7h16. Enquanto aguardávamos o segundo ônibus, perguntei-lhe sobre o terminal; ela respondeu que o terminal é muito quente no verão e muito frio no inverno, já que é aberto dos lados e pega bastante vento. O terminal estava lotado de passageiros; notamos que existia uma guarita com um funcionário para carregar o cartão de passagens. Não vimos a presença de policiais; então perguntei se ela costumava ver policiamento ali, ela me respondeu que nunca tinha visto policial nenhum. Existe um banheiro feminino e um banheiro masculino, mas o banheiro feminino estava interditado para manutenção. Questionei-lhe sobre essa situação, se era rotineira; ela disse que, quando o banheiro está funcionando, está sujo e não tem papel higiênico; acrescentou que os bebedouros nunca têm água gelada.

Trecho 3 – O ônibus 087 chegou às 7h25, lotado; dali seguimos até a Avenida Costa e Silva, onde tivemos que descer; o percurso durou 5 minutos.

Trecho 4 – Caminhamos a pé, por aproximadamente 50 metros; atravessamos a rua e fomos em direção ao ponto de ônibus, que fica na direção contrária. Perguntei a Joelma como era esse trajeto em dias de chuva, ela me

respondeu que normalmente carregava um guarda-chuva com ela, mas não adiantava muito e sempre se molhava bastante em dias de chuva. Aguardamos por 15 minutos o próximo ônibus. O ponto de ônibus tinha cobertura e banco, entretanto, era pequeno e cabia apenas 4 pessoas sentadas. Ficamos em pé, aguardando. Enquanto aguardávamos, indaguei-lhe sobre a existência ou não de outra linha de ônibus que pudéssemos pegar no terminal Guaicurus. Ela me disse que até havia outra linha, mas que teríamos de aguardar por quase 40 minutos para tomarmos o ônibus, o que faria com que ela chegasse atrasada no serviço.

Trecho 5 – O ônibus 079 chegou às 7h45, o fluxo de trânsito era intenso nesse trecho. O veículo estava superlotado e não conseguimos conversar muito; passamos pela ponte sobre o Córrego Segredo, conhecido por alagamentos e desbarrancamentos na região; perguntei a Joelma se ela já havia presenciado algum alagamento, ao passar por ali; ela respondeu que sim, que interditaram a rua e o ônibus precisou desviar a rota, o que provocou atraso de mais de uma hora para sua chegada ao serviço.

Trecho 6 – Chegamos ao terminal Bandeirantes às 8h05; nesse terminal notamos a presença da Guarda Civil Metropolitana. Quando questionada sobre a frequência dessa presença, ela respondeu que esse terminal é um dos poucos que tem policiamento e que se sente mais segura ali; acrescentou que os banheiros geralmente estão sem papel, que os vasos não possuem assento sanitário e que os bebedouros têm água gelada e, então, costuma encher sua garrafinha.

O terminal possui um fluxo de passageiros intenso nesse horário. O ônibus 307 encostou às 8h15m; conseguimos lugares para nos sentarmos e, apesar do trânsito intenso, conversamos um pouco mais. Perguntei-lhe se ela geralmente conversava com alguma pessoa no ônibus; ela me respondeu que usualmente não se comunicava com ninguém, que costumava usar fone de ouvidos para escutar música durante o trajeto. A maioria das pessoas estava com o celular na mão e existia pouco diálogo dentro do ônibus. Aproveitei para perguntar-lhe se ela já havia presenciado ou vivenciado algum tipo de violência dentro do ônibus; ela respondeu negativamente, mas disse não se sentir à vontade quando está em pé, pois os homens passam se esfregando e isso é bem ruim. Em seguida, questionei-lhe sobre o que ela iria fazer, caso sua filha mais velha começasse a trabalhar; Joelma me disse que iria tentar trabalhar como diarista em local/casa que ficasse mais próximo da sua ou colocaria a

filha mais nova para estudar na antiga escola, no bairro onde fica o seu trabalho (o de Joelma); então a filha ficaria com ela no trabalho pela manhã e estudaria durante a tarde, e, ao final do dia, retornariam juntas para casa.

Trecho 7 – Desembarcamos do ônibus 307 às 8h37, na rua General Angelo Frulegui da Cunha; ali não existia ponto de ônibus, somente uma estaca fincada, pintada com a sigla “Agetran” (Agencia Municipal de Transporte e Trânsito), sinalizando que era uma parada de ônibus; seguimos a pé até a rua Nova Trento, local do trabalho de Joelma. O trajeto tem aproximadamente 500 metros; notei que somente as ruas principais eram pavimentadas, as demais ruas do bairro eram de terra, inclusive, a rua Nova Trento. Quanto a isso, indaguei-lhe acerca de como era o transitar por ali em dias de chuva, ela me respondeu que os calçados sujavam bastante; por isso, tinha que levar um calçado de reserva nesses dias. Mencionou também que, em dias de sol, o vento trazia toda aquela terra para dentro de casa, dificultando a limpeza. Como não existia calçada, tivemos que caminhar no meio da rua, dividindo espaço com os automóveis.

Após 1h42 de percurso, ali nos despedimos, depois de os aplicativos *strava* e de voz serem desligados manualmente. Marcamos para nos encontrar ao final da tarde, para fazermos de volta o percurso acompanhado.

No período da tarde, cheguei em frente à casa de família em que trabalha Joelma às 17h10. Avisei, pelo aplicativo *whatsapp*, que estava aguardando. Joelma saiu do trabalho às 17h30.

Trecho 8 – Seguimos a pé até o ponto de ônibus que fica na Rua Engenheiro Edno Machado, uma das poucas ruas asfaltadas do bairro; caminhamos cerca de 700 metros. Passamos por algumas ruas sem pavimentação até chegarmos ao ponto de ônibus. O ponto não possuía abrigo, somente uma estaca fincada escrito “Agetran” para indicar a parada de ônibus. Tinha bastante gente no ponto. Perguntei a Joelma se ela fazia sempre esse mesmo caminho a pé, ao retornar. Ela me disse que às vezes ia até outro ponto de ônibus, que fica na avenida General Alberto Carlos Mendonça Lima; que era um pouco distante para comprar pão e leite na panificadora próxima a esse ponto.

Trecho 9 – O ônibus 317 chegou ao ponto de ônibus às 17h55; Joelma comentou que ele estava atrasado. Entramos e ficamos em pé, já não havia lugar para nos sentarmos. O ônibus fez muitas paradas durante o percurso; em todas entravam

muitas pessoas. Notei que o veículo estava em péssimo estado de conservação. Questionei a moradora se o coletivo fazia sempre a linha; ela disse que sim e que ele apresentava um barulho estranho que parecia que iria quebrar; seguia pedindo a Deus que não fosse enquanto ela estivesse embarcada.

Trecho 10 – Descemos do ônibus no terminal Aero Rancho, às 18h25, e ficamos aguardando em pé o próximo ônibus. O terminal estava muito cheio; os banheiros, com o chão molhado; muitas pessoas em pé. Os ônibus que chegavam estavam todos superlotados; não havia água gelada nos bebedouros. Joelma comentou que aquele era um dos piores terminais que ela utilizava: quando tinha sol, devido à falta de fechamento lateral do terminal e da cobertura estreita, as pessoas ficavam no sol quente; em dias de chuva com vento era inevitável não se molhar. Aguardamos o ônibus 115.

Às 18h45 entramos no ônibus 115. Joelma comentou que era muito difícil essa linha chegar no horário; mas quando chegava era por volta de 18h35. Dentro do ônibus ficava difícil conversar; estávamos em pé e nos segurando, nos esbarrando nas demais pessoas. Questionei sobre a aparência de cansaço de Joelma, ela afirmou que estava exausta e que havia pedido à filha para descongelar a carne, pois ainda faria o jantar ao chegar a casa. Notei que as pessoas que estavam sentadas se encostavam na janela para tirar um cochilo e que algumas (sentadas ou de pé) estavam com fones de ouvido. Vi duas moças com uniformes escolares do estado, conversando e rindo; foi a primeira vez que notei uma conversa mais prolongada dentro do ônibus. Chegamos ao terminal Guaicurus às 19h06, também com fluxo grande de pessoas; a iluminação era insuficiente, havia algumas lâmpadas queimadas.

Trecho 11 – Às 19h23m chegou o ônibus 105; não havia lugar para nos sentarmos, mas poucas pessoas estavam em pé. Joelma comentou que faltava pouco tempo para chegarmos. Perguntei-lhe se ela sempre ia direto para casa, ela respondeu que, às vezes, passava no mercadinho em frente ao ponto de ônibus, perto do residencial, para comprar pão ou algum item que estava faltando em casa; acrescentou que normalmente, quando chega ao bairro, o mercadinho já está fechado. Então preferia comprar na padaria próxima ao trabalho.

Trecho 12 – Às 19h30 chegamos ao ponto de ônibus da rua Catiguá; caminhamos a pé até a portaria do residencial, cerca de 200 metros. Assim, após 2

horas de percurso de volta, chegamos ao residencial de Joelma; ali me despedi, agradeci-lhe a participação na pesquisa. Os aplicativos *Strava* e de voz foram desligados manualmente. A seguir:

#### Percurso Acompanhado Casa-Trabalho-Casa - Maria (2024)

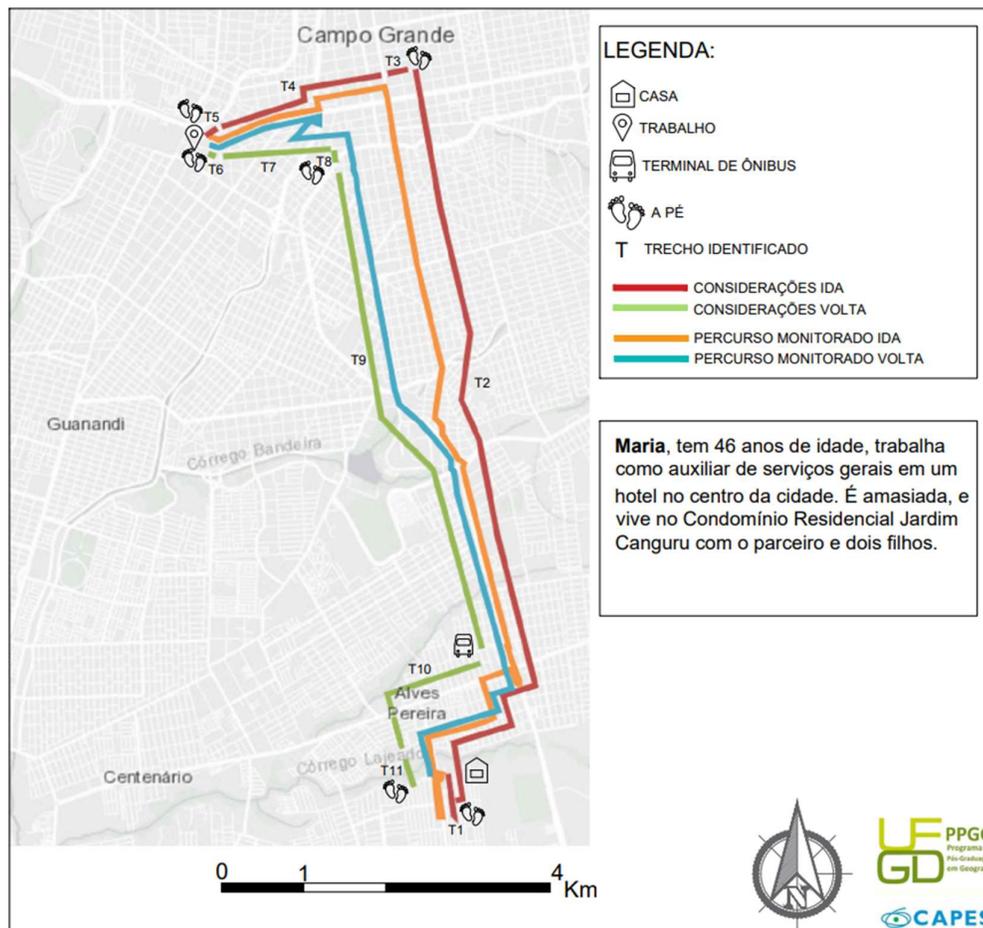
Maria tem 46 anos de idade; estudou até o ensino fundamental II; tem dois filhos pequenos (10 e 13 anos), que estudam na Escola Municipal Arlene Marques. Recebe pensão alimentícia dos pais dos filhos. Residia no bairro Aero Rancho, em uma casa pequena, alugada; mudou-se para o residencial há pouco mais de dois anos. O atual companheiro trabalha na construção civil, como ajudante de pedreiro.

Maria já trabalhou como diarista e, para complementar renda, vendia pão caseiro no próprio residencial. Uma amiga conseguiu emprego para ela em um hotel, no centro da cidade, há pouco mais de 6 meses. No período vespertino, os filhos de Maria ficam aos cuidados de uma vizinha (moradora no bloco ao lado do de Maria) que, além disso, assumiu compromisso de buscá-los na escola – já que seus próprios filhos também frequentam o mesmo estabelecimento de ensino.

Maria paga R\$ 350,00 reais por mês para essa vizinha pelos cuidados com os filhos, no período vespertino. Como trabalha aos sábados até o meio-dia, as crianças ficam em casa e a vizinha vai até lá dar uma olhadinha neles.

Decidiu trabalhar no hotel, pois, apesar de o horário dificultar os cuidados com as crianças, ela ganha vale alimentação, o que muito contribui para o sustento da casa. Na sequência, mapa 15, em que se visualiza o percurso acompanhado casa-trabalho-casa, referente a Maria.

Mapa 15 - Campo Grande MS. Mapa de Percurso Acompanhado Casa-Trabalho-Casa - Maria (2024).



Fonte: <https://simgeocidadao.campogrande.ms.gov.br/> gerado e adaptado por Almeida (2024).

No dia 15 de março de 2024, às 6h15, cheguei ao residencial Jardim Canguru, segui até a portaria, onde Maria já me aguardava. Com os mesmos equipamentos do primeiro percurso acompanhado, iniciei o monitoramento a partir da portaria.

Trecho 1 – Iniciamos o percurso acompanhado às 6h20, saindo da portaria e caminhando a pé até a Escola Municipal Arlene Marques, por aproximadamente 700 metros, totalizando 8 minutos de caminhada. Conversamos um pouco sobre o caminho até a escola. Maria mencionou que gosta de seguir pela calçada do lado esquerdo da Rua Catiguá, pois, apesar de as duas calçadas serem irregulares, essa é melhor do que a do lado direito.

Na escola, aguardamos a abertura dos portões que ocorreu às 6h32. Maria se despediu dos dois filhos e então seguimos para o ponto de ônibus, a 50 metros da escola.

Trecho 2 – O ponto de ônibus era pequeno, possuía cobertura, mas não banco; então ficamos com mais 8 pessoas aguardando o coletivo. Às 6h45 o ônibus 114 chegou ao ponto, não estava lotado, mas já não havia lugar para nos sentarmos. Posicionamo-nos no fundo do coletivo, lado a lado. Maria gosta de conversar, é uma mulher que sorri bastante. Comentou sobre seu relacionamento conjugal. Disse que o parceiro não é o pai das crianças e que cada filho tem um pai diferente. Os pais pagam pensão e raramente levam as crianças para ficar o final de semana com eles.

Perguntei se Maria tinha ajuda de seu parceiro para cuidar das crianças; ela respondeu que ele não ajudava com os filhos; que trabalhava demais e estava sempre cansado; até mesmo aos domingos, quando os filhos dele, de outro relacionamento, vinham passar o final de semana em casa, ele os deixava aos seus (de Maria) cuidados. Indaguei se ela gostava da vida dela como estava; disse-me que sim, que era feliz com o companheiro, que ele a tratava bem e que trazia o sustento para casa; sorriu e afirmou: “ruim com ele, pior sem ele”.

Perguntei sobre os estudos e o lazer; ela mencionou que tentou terminar os estudos, mas ficou muito cansativo, então, desistiu. Contou que há pouco tempo participou de uma oficina de bolachas caseiras, oferecida pela prefeitura no próprio residencial e que, apesar de não trabalhar com isso, fazia bolacha sempre para os filhos. Sobre lazer, afirmou que saía muito pouco do residencial para passear, mas, quando saía, ia para casa de parentes. Justificou que saía pouco do bairro, pois, nos finais de semana a quantidade de ônibus diminuía e havia muita demora para se deslocar. Contou que o marido saía mais, uma vez que possuía moto; que saía junto com ele somente quando os filhos dela estavam com os pais no final de semana.

À medida que nos deslocávamos, aumentava o número de passageiros no ônibus. Questionei, então, se aquela linha era sempre lotada. Ela me respondeu que sim e comentou que, em Campo Grande, as linhas são sempre diferentes, cada dia é um itinerário; brincou que eu teria que acompanhá-la uma semana inteira para que pudesse conhecer todos os ônibus que ela utilizava, além do 114. Citou como exemplo as linhas 081, 082, 080, 064, 061, 301. Dependendo do dia, dependendo do horário, utilizava sempre o ônibus que passasse primeiro ou o que estivesse menos lotado.

Trecho 03 – Às 7h27 chegamos ao ponto de ônibus, na Rua Barão do Rio Branco, e nos deslocamos a pé por 400 metros para chegar ao ponto onde pegamos o ônibus 082. Na rua havia bastante fluxo de carros, mas as calçadas estavam em bom estado. Perguntei a ela se teríamos que pagar nova passagem, ao entrarmos no próximo ônibus; ela respondeu que não, que havia um tempo para embarcarmos em outro ônibus sem termos que pagar nova passagem, mas que não se recordava se eram 20 minutos ou 30 minutos.

Trecho 04 – Chegamos ao ponto de ônibus na Avenida Afonso Pena; ele tinha uma boa estrutura, possuía cobertura e três bancos. Embarcamos no ônibus 082. Às 7h40, o ônibus não estava lotado, pudemos nos sentar; então, perguntei a Maria se aquele trecho era mais tranquilo; ela disse que o trânsito era pior ali, mas que sempre havia lugar para se sentar, pois tinham muitos ônibus que faziam o trajeto até o seu local de trabalho; então, caso se perdesse um coletivo teria outro em seguida.

A Avenida Afonso Pena estava bastante movimentada; escutamos som de sirene de ambulância e observamos os carros, ao lado do ônibus, se afastando, se espremendo em outra faixa para dar passagem. Maria perguntou: “Será que foi acidente de moto?”. Comentou que na Avenida Afonso Pena sempre havia acidente envolvendo motocicletas e demonstrou preocupação com o Antônio (o companheiro). À medida que o ônibus seguia o trajeto, percebemos que não havia acidente à frente; com isso, Maria pôde se tranquilizar.

Trecho 5 – Chegamos ao ponto de ônibus em frente ao hotel em que Maria trabalha às 7:50h, cruzamos a avenida a pé, cerca de 250 metros, até chegarmos à portaria de funcionários. Ali nos despedimos às 7h55m, após 1:35 minutos de percurso acompanhado. Os aplicativos foram desligados manualmente; combinamos o retorno ao final do dia.

Trecho 6 – Por meio do aplicativo *whatsapp*, às 17h50, avisei Maria que havia chegado à portaria de serviços do hotel e em seguida à recepção. Maria chegou à portaria às 18h07. Os aplicativos de monitoramento de voz e *strava* foram ligados manualmente. Caminhamos a pé por cerca de 100 metros pela Avenida Afonso Pena, até chegarmos ao ponto de ônibus; já estava escurecendo e as ruas estavam bem iluminadas; o fluxo de carros era intenso. O ponto de ônibus possuía cobertura e banco para nos sentarmos, ficamos sozinhas no ponto até a chegada do ônibus. Perguntei a Maria se era comum o ponto estar vazio naquele horário; ela disse que

dependia do dia da semana. Indaguei-lhe sobre o fato de se sentir segura ou não naquele ponto de ônibus; ela respondeu que sim, sentia-se segura, pois o fluxo de carros passando era sempre grande e isso fazia com que o local não ficasse ermo.

Trecho 7 – O ônibus 409 chegou às 18h25; não estava tão cheio, mas já não havia lugares para nos sentarmos. Fomos para o fundo do ônibus e ali ficamos nos segurando nos bancos. O fluxo de carros era intenso. Maria demonstrou estar bastante cansada; perguntei-lhe sobre o dia de trabalho e ela mencionou que foi um dia exaustivo. Perguntei ainda se ela havia almoçado bem; ela disse que o almoço do hotel para os funcionários era muito bom, que almoçou e tomou um suco de laranja. Desembarcamos do coletivo no ponto que fica na Rua 26 de Agosto, às 18h33. A via estava bastante iluminada; o ponto estava em bom estado – possuía cobertura e banco para os passageiros se sentarem; havia algumas pessoas esperando pelo ônibus no local.

Trecho 8 – Caminhamos por 125 metros até chegarmos ao ponto da Avenida Calógeras. As vias eram pavimentadas e as calçadas, apesar de serem de materiais diversos, apresentavam boa caminhabilidade. O ponto estava em bom estado de conservação, com cobertura e bancos; a via era bem iluminada e muitas pessoas aguardavam pelo ônibus no local.

Trecho 9 – O ônibus 116 chegou ao ponto às 18h41; estava relativamente cheio, ficamos em pé. Interessante notar que a algumas pessoas dentro do ônibus estavam em silêncio, com fones de ouvido; as poucas que conseguiram se sentar mexiam no celular ou aproveitavam para tirar um cochilo. Maria segurava-se e apoiava o rosto no braço; falou-me que aquele trecho era demorado e que estava com muita dor nos calcanhares por ficar em pé no trabalho. Comentei que logo ela poderia descansar e então ela me respondeu: “Que nada, menina, ainda tenho que mandar as crianças para o banho, olhar as lições de casa nos cadernos e preparar a janta”. Perguntei-lhe se ela ainda auxiliava as crianças no dever escolar, ela me respondeu que nem sempre conseguia ajudá-los, tinha coisas de que já não se lembrava mais; que, quando não entendia o dever de casa, escrevia um recado para a professora na agenda das crianças.

Questionada sobre sua vivência no residencial, ela me relatou que, para viver bem ali, procurava não se envolver muito com a vizinhança, cada um no seu canto para evitar problemas. Disse que tinham acontecido muitas coisas negativas no

residencial; explicou que, logo que se mudou para lá, uma menina de 13 anos foi estuprada por um morador. Explicou também que, ano passado, uma moradora matou o filho de outra moradora com um tiro no rosto. Outro dia uma drogada de outro bloco perdeu os seis filhos pequenos para a justiça, pois os havia deixado sozinhos, sem comida e na sujeira por vários dias. Perguntei se ela tinha medo de deixar os filhos para trabalhar; ela me respondeu que medo ela sempre tinha, sempre pedia a Deus que olhasse pelos filhos. Mas confiava muito na vizinha, porque ela também era mãe, e que também ensinava os filhos a não abrir a porta para ninguém. Acrescentou que precisava trabalhar e que violência tinha em todo lugar.

Trecho 10 – Às 19h03 chegamos ao terminal Guaicurus; o terminal estava com bastante fluxo de ônibus e pessoas, com poucos bancos para os usuários se sentarem; as pessoas permaneciam em pé, esperando pelo ônibus. Maria deu uma passada no banheiro para lavar as mãos e o rosto. Notei que um dos banheiros estava interditado para manutenção; e o outro, sem assento sanitário; não havia papel higiênico nem papel toalha. Maria secou as mãos na própria roupa.

Às 19h07 encostou o nosso ônibus, linha 105; não estava muito lotado, mas já não havia lugar para nos sentarmos. Maria encontrou uma conhecida, que estava sentada, cumprimentou-a e perguntou-lhe sobre o estado de saúde de sua mãe (da conhecida); a passageira respondeu que a mãe estava bem melhor. Então, Maria me apresentou, dizendo que eu era a pesquisadora que tinha andado de ônibus o dia todo com ela “pra lá e pra cá”. Sorri e me apresentei. A conhecida, de nome Marlene, pediu para segurar a bolsa de Maria e ela se recusou, observando que a viagem era curta até sua casa.

Trecho 11 – Chegamos ao ponto de ônibus próximo ao residencial às 19h13; seguimos a pé por aproximadamente 200 metros até a portaria. Notamos que algumas pessoas estavam em um matagal, logo em frente ao residencial. Maria disse que aquele pessoal não era de confiança, que estava sempre ali fazendo bagunça e usando droga. Perguntei-lhe se aquelas pessoas viviam próximo dali; ela me disse que sim, no final da rua, ali na parte de terra; que a Rua Betóia (em frente ao residencial) só é pavimentada até a extensão do residencial, eles vivem por ali. Ali nos despedimos, agradei a participação na pesquisa. Maria me convidou para entrar e jantar com eles; agradei o convite, pois eu também tinha os meus compromissos familiares. Os aplicativos de gravação de voz e *strava* foram desligados manualmente.

Convém sublinharmos que os terminais de transbordo são pontos cruciais no sistema de transporte público, onde os passageiros podem trocar de ônibus para continuar seus percursos. A eficiência e a capacidade dessas estações impactam diretamente na experiência do usuário e na eficácia do transporte público. Importante salientarmos que Campo Grande possui vários terminais de transbordo distribuídos pela cidade, que variam em tamanho e em capacidade. Porém, não diferem quanto ao *layout* dos elementos básicos, como banheiro, guichê de compra e de recarga de passagem, estrutura de cobertura e bancos.

O Terminal Guaicurus atende o bairro de implantação do Residencial Jardim Canguru, sendo considerado um dos maiores terminais da cidade, servindo como um ponto central para várias linhas de ônibus que atendem às porções sul e sudeste da cidade. Embora seja um dos terminais mais movimentados, enfrenta desafios, como a superlotação e a falta de infraestrutura adequada – banheiros em bom estado e áreas de espera confortáveis.

O Terminal Bandeirantes também é um grande terminal em termos de capacidade, atendendo a uma vasta porção e sendo crucial para a mobilidade urbana. Possui policiamento frequente; mas, quanto à infraestrutura, ainda enfrenta problemas de manutenção e de limpeza dos banheiros e dos bebedouros.

O Terminal Aero rancho funciona como um ponto central para várias linhas de transporte público, conectando a região sul da cidade a outras áreas.

Além desses terminais, a cidade conta com mais cinco terminais que não foram visitados durante a realização do percurso<sup>18</sup>.

A seguir, apresentamos registros fotográficos, realizados no Terminal Bandeirantes, um dos maiores; e considerado um dos melhores da cidade pelas pessoas que o frequentam. Frisamos que, em todos os terminais que frequentamos durante a realização dos percursos, duas situações se repetiam: a de pessoas viajando em pé durante os trajetos e a da precariedade dos banheiros. Conforme figuras 29 e 30.

---

<sup>18</sup> Terminal Nova Bahia; terminal Moreninhas; terminal General Osório; terminal Morenã e terminal Júlio de Castilho. Disponível em: <https://www.consorcioaguaicurus.com.br/informacao/terminais-e-pegfacil/>.

Figura 29 - Campo Grande – MS. Terminal Bandeirantes (2024).



Foto: Almeida (2024)

Pessoas caminham apressadamente em direção aos locais de embarque.

Figura 30 - Campo Grande – MS. Terminal Bandeirantes – Pessoas em pé (2024).



Foto: Almeida (2024)

Em horários de pico do final da tarde, as pessoas se aglomeram em pé para aguardar os coletivos.

Na figura 31 é possível evidenciarmos que a porta do banheiro feminino se encontra fechada, pois está com a maçaneta emperrada, o que impossibilita o acesso.

Figura 31 - Campo Grande – MS. Terminal Bandeirantes – Acesso aos sanitários feminino, masculino e PNE (2024).



Foto: Almeida (2024)

Nas figuras 32, observamos a situação dos vasos sanitários. Todos eles estão sem assento sanitário (verificamos que apenas uma das descargas estava funcionando). Há somente uma porta, contudo, sem maçaneta e sem tranca.

Figura 32 - Campo Grande – MS. Terminal Bandeirantes – Interior do banheiro masculino e PNE. (2024).



Foto: Almeida (2024)

Em todos os banheiros que avaliamos, observamos a seguinte situação: práticas de pichação e de vandalismo, o que indicia falta de policiamento para coibir tais ações. Conforme figura 33.

Figura 33 - Campo Grande – MS. Terminal Bandeirantes – Interior do banheiro masculino e PNE, Vandalismo presente. (2024).



Foto: Almeida (2024)

O bebedouro visualizado, na Figura 34, era o único que fornecia água gelada entre todos os terminais que frequentamos.

Figura 34 - Campo Grande – MS. Terminal Bandeirantes – Bebedouro. (2024).



Foto: Almeida (2024)

Enfatizamos que as imagens apresentadas registram diferentes aspectos do Terminal Bandeirantes, um dos maiores e em melhores condições, segundo quem o utiliza. No entanto, constatamos a precariedade das instalações sanitárias e a insuficiência de infraestrutura para atender a demanda de passageiros em horários de pico. A falta de manutenção adequada e as ações de vandalismo (portas de banheiros

danificadas e vasos sanitários sem assento) eram problemas recorrentes. Ademais, a escassez de bebedouros funcionais evidencia a necessidade de melhorias.

Importa notarmos, quanto à infraestrutura do transporte público, o principal meio de locomoção das mulheres selecionadas para participarem desta pesquisa, que há disparidades significativas entre, por exemplo, os pontos de ônibus situados nas áreas centrais e os presentes nas áreas periféricas. Nas áreas centrais, os pontos de ônibus são, geralmente, mais estruturados, contando com abrigos cobertos, assentos adequados, sinalização clara e iluminação apropriada. Características que proporcionam maior conforto e segurança aos usuários, especialmente, às mulheres que frequentemente enfrentam desafios adicionais, relacionados à segurança e à acessibilidade.

Em contraste, os pontos de ônibus nas áreas periféricas apresentam infraestrutura deficiente. Muitos deles não possuem cobertura, expondo os passageiros às intempéries, e carecem de assentos adequados. Alguns contam apenas com uma estaca fincada para sinalizar o local de embarque. A sinalização é, muitas vezes, insuficiente ou inexistente; e a falta de iluminação aumenta os riscos, particularmente durante os períodos noturnos. Essa precariedade de infraestrutura reflete a desigualdade no acesso a serviços públicos de qualidade.

O estado de conservação dos ônibus também varia consideravelmente entre os das áreas centrais e o das periféricas. Nas áreas centrais, os ônibus tendem a ser mais novos, em bom estado de conservação. Esses veículos oferecem uma experiência de viagem mais agradável e segura, o que é particularmente importante para as mulheres que dependem dessa forma de transporte.

Por outro lado, os ônibus que atendem as áreas periféricas geralmente estão em estado de conservação ruim. Comumente são veículos mais antigos. Além disso, a falta de manutenção adequada pode resultar em frequentes quebras e atrasos, afetando a confiabilidade do serviço.

Tais disparidades, relativas à infraestrutura de transporte público, têm profundas implicações para as moradoras dos empreendimentos do PMCMV. A falta de pontos de ônibus adequados e a má conservação dos veículos aumentam as dificuldades diárias enfrentadas por essas mulheres, impactando sua mobilidade, segurança e qualidade de vida.

Aliado a isso, o valor da passagem, de R\$ 4,75, pode representar uma carga financeira relevante para famílias de baixa renda. Com muitos trabalhadores necessitando de duas tarifas por dia, o custo mensal do transporte pode ultrapassar R\$ 200. Esse gasto elevado pode limitar o acesso a outras necessidades básicas. Desse modo, o preço da tarifa e a precariedade do serviço agravam a segregação socioespacial. Em relação às mulheres, há o aprofundamento da segregação socioespacial, revelado, entre outros fatores, pelas condições de deslocamento e pelos desafios enfrentados, sobretudo, por aquelas que residem em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, o residencial Jardim Canguru.

Os relatos das moradoras Joelma e Maria puderam nos levar a compreender as dificuldades cotidianas que envolvem desde o acesso aos serviços básicos, até a relação e/ou interação com a cidade. Da mesma forma, a metodologia, caracterizada pelos percursos casa-trabalho-casa, nos possibilitou identificar e vivenciar os principais trechos percorridos e os obstáculos enfrentados cotidianamente, enfocando aspectos de caminhabilidade, segurança, infraestrutura de transporte público e a influência de tais condições na vida dessas mulheres.

Quando consideramos a infraestrutura e a acessibilidade, percebemos que o residencial Jardim Canguru, apesar de possuir uma calçada interna adequada, apresenta desafios significativos no entorno. O percurso até o ponto de ônibus, durante a noite, é inseguro, principalmente porque em frente à portaria (do outro lado da rua) existe um terreno com mato alto. Ali ficam lixo e entulho acumulados (indicativos da precariedade na infraestrutura); e, segundo as moradoras, a presença de pessoas indesejadas.

Assim, a questão da segurança é uma constante preocupação para as mulheres. Joelma, por exemplo, relata desconforto também com assédio dentro dos ônibus, especialmente quando precisa ficar em pé. Maria, por sua vez, além de se preocupar com a segurança dos filhos enquanto trabalha, menciona episódios de violência extrema, como assassinatos, estupros e negligência dentro do residencial, o que aumenta sua ansiedade e sensação de insegurança.

A longa duração dos deslocamentos diários, somada às condições inadequadas de transporte afetam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar de Joelma e de Maria, que dedicam parte significativa do seu tempo no trajeto casa-

trabalho-casa, o que limita o tempo disponível para atividades familiares e de lazer. A necessidade de trabalhar para sustentar a família, combinada com a falta de infraestrutura adequada resultam em carga mental e física elevadas.

O cotidiano das mulheres entrevistadas e, sobretudo, o de Joelma e o de Maria (que pudemos acompanhar por meio dos percursos), evidenciam a realidade de muitas mulheres que residem em Residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida. De forma geral, o processo de segregação socioespacial, vivenciado por elas é agravado pelas deficiências na infraestrutura de transporte e pela falta de segurança, tanto nos trajetos diários quanto nos próprios locais de residência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar o processo de segregação socioespacial em empreendimento do PMCMV, considerando a realidade cotidiana das mulheres. Por meio da análise, foi possível constatar os desafios enfrentados por mulheres que, ainda que tenham resolvido o problema da moradia, por intermédio de uma importante política pública, enfrentam desafios, de diferentes ordens, impostos pela distância e pelas condições em que foram implantados os empreendimentos.

A pesquisa e, principalmente, a metodologia dos percursos casa-trabalho-casa, foram fundamentais para vivenciarmos e avaliarmos a realidade de mulheres-trabalhadoras, moradoras em áreas periféricas, como as residentes do Residencial Jardim Canguru. O cotidiano de tais mulheres revela uma realidade marcada por carências de diferentes ordens.

O estudo revelou que, embora o PMCMV contribua para a redução do déficit habitacional e para a inserção de mulheres no cenário urbano, muitas beneficiárias ainda enfrentam desafios significativos. As moradias, frequentemente situadas em áreas periféricas, limitam o acesso ao centro e aos serviços urbanos essenciais, como educação, saúde, emprego, reforçando a segregação socioespacial.

Um das dificuldades evidenciadas é a falta de rede de apoio para que as mulheres possam deixar seus filhos em segurança enquanto trabalham. Muitas vezes, a insuficiência de escolas, de atividades no contraturno escolar, de vagas força as mães a depender de familiares, de vizinhos. Algumas precisam até deixar os filhos sozinhos ou sob a supervisão de irmãos mais velhos.

Situação que é agravada pela baixa escolaridade das mulheres e pela predominância de funções, ou mal remuneradas ou não remuneradas, desempenhadas por elas. Fatos que limitam ainda mais suas opções de mobilidade e de acesso.

As condições das vias entre casa e escola são frequentemente inadequadas, com calçadas irregulares e obstruídas pelo comércio local, o que representa riscos à segurança das crianças e aumenta o tempo de deslocamento. A pesquisa também indicou que, em muitos casos, as crianças vão sozinhas para a escola ou

acompanhadas por irmãos mais velhos, expondo-se a perigos adicionais. Essa condição reflete a falta de suporte institucional para as famílias.

Além disso, a pesquisa identificou que as mulheres do Residencial Jardim Canguru geralmente passam seus finais de semana dentro de casa, dentro do residencial ou no bairro, o que funciona como mais um indicativo do processo de segregação socioespacial vivenciado. A ausência de espaços de lazer e convivência adequados contribui para o isolamento social e limita as oportunidades de interação comunitária e de desenvolvimento pessoal.

Várias contradições foram observadas nas falas de algumas moradoras do PMCMV, por exemplo, na daquelas que afirmam não serem casadas (embora tenham um parceiro) para se beneficiarem dos critérios de prioridade do programa; outro exemplo significativo é o relativo à ocupação irregular dos imóveis. Muitos apartamentos são habitados por terceiros, sendo alugados ou cedidos.

A pesquisa também revelou situações de violência dentro do residencial, incluindo assassinatos, violência sexual e negligência. Esses atos de violência ameaçam a segurança e o bem-estar das moradoras, reforçando a cultura do medo e do isolamento. O Residencial Jardim Canguru situa-se próximo a uma área de ocupação, que já foi desfeita, porém aos poucos está se refazendo, com novos barracos sendo construídos. Nesse local, frequentemente o matagal está alto e as pessoas aproveitam para depositar lixos diversos, como resto de materiais de construção, móveis velhos, dentre outros, criando um ambiente ainda mais hostil e insalubre. A proximidade com essas áreas agrava a sensação de insegurança, tornando urgente a necessidade de políticas públicas que abordem a violência de forma integrada, promovendo um ambiente seguro e digno para as mulheres e suas famílias.

Para as mulheres que dependem do transporte público para acessar trabalho, educação e serviços essenciais, há desafios significativos, conforme pudemos constatar nos percursos acompanhados casa-trabalho-casa. A insegurança nos pontos de ônibus e nos veículos pode limitar a liberdade de movimento e exacerbar a sensação de isolamento. Além disso, a baixa qualidade do transporte público, principalmente, nas áreas periféricas, pode desestimular a utilização desse serviço, forçando as moradoras a buscarem alternativas mais caras e menos acessíveis, ou reforçando o isolamento.

A análise das diferenças na infraestrutura de transporte público entre as áreas centrais e as periféricas revela uma faceta crucial da segregação socioespacial feminina. Nesse sentido, é importante que políticas sejam direcionadas para a melhoria da infraestrutura de transporte público, de modo a garantir maior conforto e segurança, assim como é importante a implementação de ações de segurança nos terminais de ônibus.

A distância e a falta de transporte público eficiente ampliam as barreiras à mobilidade. As linhas de ônibus que atendem o residencial, geralmente, possuem muitas paradas em diversos terminais para trocas de ônibus, o que prolonga significativamente o tempo de deslocamento. Essa situação restringe a capacidade das mulheres participarem plenamente na vida urbana e dificulta o acesso a oportunidades de emprego, serviços essenciais e atividades de lazer.

A segregação socioespacial tornou-se evidente e foi ao longo da pesquisa de campo, manifestando-se em várias circunstâncias do cotidiano das moradoras. Um exemplo desta realidade, é o conflito entre os horários de início da jornada laboral e a abertura dos portões das escolas e creches. Muitas mães enfrentam o desafio de conciliar o trabalho com as responsabilidades relacionadas à entrega dos filhos na escola. E, nesse sentido, a incompatibilidade de horários resulta frequentemente em atrasos profissionais e/ou diminuição da produtividade no trabalho.

A maioria dos problemas mencionados resulta do fato de que o governo federal, ao delegar aos municípios a responsabilidade pela escolha dos terrenos destinados às construções dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, tende a favorecer áreas com menor preço de mercado sem considerar adequadamente a infraestrutura existente. Além disso, cabe ao município supervisionar o cumprimento das normativas impostas para os beneficiários, como as restrições contra aluguel ou cessão dos imóveis e verificar as informações relativas ao estado civil das candidatas envolvidas no processo. Contudo, muitos desses agentes municipais enfrentam limitações, tanto em termos técnicos, quanto financeiros, impossibilitando um monitoramento contínuo e eficaz.

Percebemos que são muitas as nuances envolvidas no processo, impondo a essas moradoras uma realidade bastante desafiadora. Portanto, embora o PMCMV signifique um passo importante em direção ao direito à moradia para as mulheres, é fundamental que haja uma reavaliação crítica de implementação. A promoção da

equidade de gênero e da inclusão urbana exige um compromisso constante com o melhoramento de políticas habitacionais que considerem a localização das unidades habitacionais, garantam a mobilidade e o acesso a uma infraestrutura urbana de qualidade.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L.; TODARO, R. *Le coût du travail em Amerique Latine: une analyse sexuée*. In: HIRATA, H.; MARUANI, M.; LOMBARDI, M. R. (Org.). **Regards croisés: France-Europe-Amerique Latine**. Paris: La Découverte, 2008. p. 88- 99.
- ACSELRALD, H. (Org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2008.
- ACSELRAD H.; COLI L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACLSERALD, H. (Org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2008, p. 13-70.
- AGUIAR, A. C. D. **Políticas Públicas Habitacionais e a Produção do Espaço Urbano de Rio Grande/RS**. Para Ondel?, 9 (1): 41-51, jan./jul. 2018. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS, Brasil.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.
- AMORE, C.S. Minha Casa Minha Vida para iniciantes. In: AMORE, C. S. SHIMBO, L. Z. RUFINO, M. B. C. (org). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. - 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 11-27
- ARCHELA, R. S; THÉRY, H. **“Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos”**. Confins, 3, 2008. Disponível em: <http://confins.revues.org/3483>  
. Acesso em: 10 de março de 2023.
- ARRETCHE, M. **Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional**. Espaço & Debates, São Paulo, v. X, n. 31, p. 21-36, 1990.
- AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, 116 p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em março de 2024.
- BARBOSA, Deputado. **"Discurso proferido na sessão de 30-08-1850"**, Annaes ..., JS50. v. 2. p. 735.
- BARREIRA, C. C. M. A; BORGES, E. M. **Dinâmica Metropolitana no Centro-Oeste: concentração, produção habitacional e reconfiguração urbana em Goiânia e Brasília**. Belém, Anais do XV ENANPUR, vol. 15, no 1, 2013.
- BARROS, A. Direito ou discurso? Reflexões sobre o “sonho” da casa própria no Brasil e em Fortaleza-CE (1930-1974). In: **Revista Eletrônica História em Reflexão**. Dourados, MS, v. 11, n. 21, jul./dez. 2017.

BECKER, H. Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante. In: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 2ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 47-64.

BHERING, L. S. **Geografia e Gênero: trajetórias socioespaciais de mulheres chefes de família do bairro de Bom Jesus**. 2014. Monografia (Bacharel em Geografia.) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E.(Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979. p. 37-70

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da Casa Própria**. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p.64.

BOTELHO, A. **O Urbano Em Fragmentos**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

BRASIL. Ministério das Cidades/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida/editado por Fernando Garcia de Freitas e Érica Negreiros de Camargo** – Brasília, DF: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014. 120 p.

BRASIL, F. P. D.; CARNEIRO, R. **Políticas de Habitação de Interesse Social: Avanços e Percalços na Trajetória de Construção do Direito à Cidades**.

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, Alysson Massote (org.). **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados** (Tradução VERONESE, M. A. V.) Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (Original publicado em 1979). 272p.

BRUN, J. *Essai critique sur la notion de ségrégation et sur son usage en géographie urbaine*. In: **La ségrégation dans la ville**. Paris: Editions L'Harmattan, 1994. p. 21-57.

BUONFIGLIO, L. **Habitação de Interesse Social**. In: Mercator, Fortaleza, v. 17, e 17004, 2018, p.1-16.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. In: *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 (3. °), 711-732.

CALDEIRA, T. P. R. **A implosão da vida pública moderna. Cidade de muro: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000, p. 301-340.

CALIXTO, M. J. M. S. **O processo de consolidação da centralidade de Dourados – MS na rede urbana**: uma contribuição para a análise de uma cidade média. 2011. 117p. Relatório (Pós-doutorado em Geografia). Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CAMPOS, M. M.; OLIVEIRA, Marta Kohl de. **“Resenha de: A mulher na sociedade de classe: mito e realidade”**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 15, p. 151-152, 1975.

CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs.) **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1996. p.191-197.

CARLOS, A.F.A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L. PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea**: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAMPO GRANDE NEWS. Conversa de arquiteto. História de Sebastião Caneca o homem que criou as coophas em campo grande. Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/conversa-de-arquiteto/a-historia-de-sebastiao-caneca-o-homem-que-criou-as-coophas-em-campo-grande>. Acesso em 30/01/2023

CASTRO, M. G.. **Feminização da pobreza em cenário neoliberal**. Mulher e trabalho, v. 1, p. 89 – 96, 2001.

COELHO, L. O. **A provisão habitacional e a análise de seu produto**. Dissertação (Mestrado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de engenharia de Construção Civil. São Paulo, 2000. 121p.

COELHO, W. R. **O déficit de moradias**: instrumento para avaliação e aplicação de programas habitacionais. Dissertação (Mestrado) Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo. São Carlos, 2002.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

CORRÊA, R. L. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L. PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea**: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-59.

CRESSWELL, T. (2010) **Towards a politics of mobility**. *Environment and Planning D: Society and Space* vol. 28, pp. 17-31.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. 1ª edição, São Paulo, Boitempo. 2006.

DEAN, W. **Rio Claro um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820- 1920**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1977. p. 33-34.

DELPHY, Christine. (2015). **O inimigo principal**: a economia política do patriarcado. Revista Brasileira de Ciência Política, 2015. 17: 99-119.

DUARTE, R. **A implantação do Programa Minha Casa Minha Vida em Campo Grande – MS**: proposições e contradições. Dourados, 2014. 156p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH/UFGD.

FARAH, M. Diagnóstico tecnológico da indústria da construção civil: caracterização geral do setor. In: **IPT**, Projeto de Divulgação Tecnológica Lix da Cunha. Tecnologia de edificações. São Paulo : IPT:Pini, 1988.

FARAH, M. F. S. Estado e habitação no Brasil: o caso dos institutos de previdência. In: **IPT**, Projeto de Divulgação Tecnológica Lix da Cunha. Tecnologia de edificações. São Paulo: IPT: Pini, 1998.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Coletivo Sycorax. São Paulo, Elefante. 2019.

FERREIRA, R. **Autogestão e habitação**: entre a utopia e o mercado. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FIX, M. A. B. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 288 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FRAISSE, G. **La différence des sexes**. Paris: PUF, 1996.

GUTIÉRREZ, A. (2009) **Movilidad y Acceso: Embarazo y Salud Pública en la Periferia de Buenos Aires**, XV CLATPU. Buenos Aires, Argentina.

LAW, R. (1999) Beyond Women and transport: Towards New Geographies of Gender and Daily Mobility. Progress in Human Geography vol. 23, pp. 567-588.

HARTMAN, H. (1982), **“Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex”**, in A. Giddens e D. Held (orgs.), *Classes, Power and Conflict*: 446-469. Londres: MacMillan Education Ltd.

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. *Travail (le concept de)*. In: HIRATA, H. et al. (Dir.). **Dictionnaire critique du féminisme**. 2. éd. Paris: PUF, 2007. p. 256-262.

HIRATA, Helena. **Comparando relações de cuidado**: Brasil, França, Japão. Estudos avançados, 2020. 34, 98: 25-40.

HOROCHOVSKI, R. R; MEIRELLES, G. **Problematizando o conceito de empoderamento**. II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC, 2007.

IBGE, **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,500270&cat=-15,-16,55,-17,-18,128&ind=4704>>. Acesso em 02/02/2023.

JESUS, P. M.; CATELAN, M. J. V.; CALIXTO, M. J. M. S. Percursos acompanhados casa-trabalho-casa. Perspectivas e construção metodológica. In: **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022, p. 149-172.

JIRON, P. **Implicancias de género en las experiencias de movilidad cotidiana urbana en Santiago de Chile**. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer* vol.12 nro.29, 2007, pp. 173-198.

KERGOAT, D. *Division sexuelle du travail et rapport sociaux de sexe*. In: HIRATA, H. et al. (Dir.). **Dictionnaire critique du féminisme**. 2. éd. Paris: PUF, 2007. p. 35-41.

KOVALESKI, N. V. J. **As escolhas de cursos pelas mulheres: qual formação para quais papéis sociais?**: o caso das estudantes do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - Unidade de Ponta Grossa. 2002.

KOURY, A. P.; BONDUKI, N. G.; MANOEL, S. K. **Análise tipológica da produção de habitação econômica no Brasil (1930-1964)**. 2003, Anais... São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2003.

KRONLID, D. *Mobility and as Capabiilty*. En: Uteng, T. P. y Cresswell, T. (Eds) **Gendered Mobilities**. Aldershot, Hampshire: Ashgate, 2008.

LAZO, A. CONTRERAS, Y. **Aproximación exploratoria al estudio de la movilidad cotidiana de las mujeres**. *El caso de La Pintana*. Santiago de Chile, Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideo, Uruguay, 2009.

LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais**. Presidente Prudente, 2000. 421p. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEFEBVRE, H. **Prefácio de “A produção do espaço”**. Estudos Avançados, 2013.

LETA, J. **As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p.271-284, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/F8MbryppqGsJxTzs6msYFp9m/?lang=pt>. Acesso em 05 julho. 2023.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES, R. C. R.; SOUZA, S. T. **Das políticas habitacionais ao direito à cidade: Reflexões sobre a produção contraditória da cidade de Vitória da Conquista/BA**. In: Revista Pegada, Universidade Estadual Paulista, vol. 18, no 3, 2017, p. 153- 175.

LOPES, J. M. de A.; SHIMBO, L. Z. Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: condições e contradições do PMCMV. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1ª edição. Rio de Janeiro. Editora Letra Capital, 2015. p. 229-253.

LUZ, N. S. da; CASAGRANDE, L. S. (Org.). **Entrelaçando gênero e diversidade:** matizes da divisão sexual no trabalho. Curitiba: UTFPR Editora, 2016. 397 p.

MARICATO, E. Entrevistador: FELLET, J. **Minha Casa, Minha Vida piorou cidades e alimentou especulação imobiliária, diz ex-secretária do governo Lula.** Entrevista concedida à BBC Brasil, 2018. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520>>. Acesso em Junho de 2022.

MARIANO, S. **Cidadania na perspectiva das mulheres pobres e papéis de gênero no acesso a políticas assistenciais.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 119-157.

MARTINS, G. de A. Estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo:** Oposição ou Complementaridade? Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): p. 239-262, jul/set, 1993.

MARGUTI, B. Políticas de habitação. In: **A Nova Agenda Urbana e o Brasil:** insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília: Ipea, 2018.

MORAES, M. L. Q. de. **A nova família e a ordem jurídica.** Cadernos Pagu, n. 37, p. 407 – 425, 2011.

MORENO, R. “Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades” In R. Moreno (org.), **Reflexões e práticas de transformação feminista.** São Paulo, SOF, 2015.

OLIVEIRA, V. Do BNH ao Minha Casa Minha Vida: mudanças e permanências na política habitacional. In: **Caminhos de Geografia,** Uberlândia v. 15, n. 50 Jun/2014 p. 36–53.

OXFAM. **País estagnado:** um retrato das desigualdades brasileiras. 2018 Disponível em <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>, consultado em 20/3/2024.

PAULILO, M. A S. **A pesquisa qualitativa e a história de vida.** Serviço Social em Revista. Londrina, v.2, n. 2, p. 135-148, jul/dez.1999 <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf> > Acesso em 05/07/2023.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: SIMMEL, George et. al. **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p.29-72.

PECHMAN, R. M. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PRÉTECEILLE, E. **A construção social da segregação urbana**: convergências. Espaços e Debates: segregações urbanas. V. 24 n. 45 jan/jul2004. p 11-23.

PONTAROLO, T. M. **Negócio do Estado e negócio privado**: o Programa Minha Casa Minha Vida em Guarapuava – PR. Guarapuava, 2015. 246p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

OBSERVATÓRIO DE ARQUITETURA E URBANISMO UFMS. **Os vazios urbanos na cidade de Campo Grande**. Relatório final. Disponível em <https://www.ufms.br/observatorio-de-arquitetura-e-urbanismo-apresenta-relatorio-final-sobre-vazios-urbanos/>. Acesso em 30/01/2023.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.

ROESE, M. **A metodologia do estudo de caso**. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre, v.9, p. 189-200, 1998.

RODRIGUES, A. M. **Na procura do lugar o encontro da identidade**. Um estudo do Processo de Ocupação de Terras: Osasco. São Paulo, 1988. 332p. Tese (Doutorado em Geografia). - FFLCH/USP.

SALAS, M. M.; CASTRO, F. S. **Segregacion urbana: un acercamiento conceptual**. Revista de Ciências Sociales, Costa Rica, nº 61, p. 17-26, set, 1993.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCOTT, J. W. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **História das mulheres**: o século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. v. 4. p. 443-475.

SCHWEBEL, D. F. *Travail domestique*. In: HIRATA, Helena et al. (Dir.). **Dictionnaire critique du féminisme**. 2. éd. Paris: PUF, 2007. p. 248-254.

SHELLER, M. *Gendered mobilities*. En: Uteng, T. P. y Cresswell, T. (Eds) **Gendered Mobilities**. Aldershot, Hampshire: Ashgate, 2008.

SILVA, K. A. C. da. **Mulheres e o direito à moradia**: uma análise a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SPOSITO, M. E. B. **Reflexões sobre a natureza da segregação espacial**. Revista de Geografia. Dourados: AGB, set/out/nov/dez, p. 71-85, 1996.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. (Orgs.). **Espaços fechados e cidades: Insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: UNESP, 2013a, 376 p.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013b. p. 61-94.

TASCHNER, S. P. **Política Habitacional no Brasil: retrospectivas e perspectivas**. São Paulo: FAU/USP, 1997. (Cadernos de pesquisa do LAP-21).

URRY, J. **Mobilities**. Cambridge: Polity Press, 2007.

UTENG, T. P. y CRESSWELL, T. **Gendered Mobilities**. England: Ashgate, 2008

VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VIEIRA, A. B. **O lugar de cada um: indicadores e desigualdade intraurbana**. Presidente Prudente, 2006. Dissertação (Mestrado—FCT/UNESP/PPP).

VILLAÇA, F. **A segregação urbana. In: Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

WEINGARTNER, G. **A construção de um sistema: Os espaços livres públicos de recreação e de conservação em Campo Grande, MS**. São Paulo, 2008. 196p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU/USP.

WALSH, M. *Gender and Travel: Mobilizing New Perspectives on the Past*. En: LETHERBY, G. REYNOLDS, G. (Eds) **Gendered Journeys, Mobiles Emotions**. Farnham: Ashgate, 2009.

WIRTI, D. H. **Uma Análise socioespacial do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - em Campo Grande - MS. 2019**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019.

# APÊNDICE

## I – ROTEIRO DE ENTREVISTA - MORADORAS DO RESIDENCIAL

1. Nome (opcional):
2. Qual sua idade?
3. Qual seu estado civil?
4. Qual sua escolaridade?
5. Qual sua profissão?
6. Você tem filhos?
7. Idade dos filhos?
8. Se precisar deixar os filhos sob os cuidados de alguém, tem com quem deixar?
9. O que costuma fazer nos finais de semana?
10. Tem algum hobby?
11. Há quanto tempo mora no residencial?
12. Onde você morava antes de morar no residencial?
13. Por que você veio morar aqui?
14. Viver no Residencial é melhor que viver na sua antiga moradia? Por quê?
15. Você já sofreu algum assédio verbal ou sexual no residencial canguru ou no bairro?
16. Quem faz as atividades domésticas (lavar, passar, limpar, cozinhar, etc.)?
17. Qual o meio de transporte mais utiliza?
18. Se sua resposta anterior foi ônibus, como você avalia o transporte coletivo?
19. Costuma frequentar o centro da cidade?
20. Com que frequência?
21. Você costuma caminhar a pé pelo seu bairro?
22. Em quais lugares costuma ir?
23. Você costuma notar a presença de patrulha de segurança nas proximidades do residencial?
24. Você se sente segura para caminhar a pé pelo seu bairro a qualquer hora do dia?